

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL E MEIO AMBIENTE

A AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA EM MUNICÍPIOS DE
PEQUENO PORTE: O CASO DE PRADÓPOLIS - SP

Guilherme Cyrino Carvalho

ARARAQUARA
2013

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E
MEIO AMBIENTE

A AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA EM MUNICÍPIOS DE
PEQUENO PORTE: O CASO DE PRADÓPOLIS - SP

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, curso de Mestrado, do Centro Universitário de Araraquara – UNIARA – como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente.

Área de Concentração: Dinâmica Regional e Alternativas de Sustentabilidade.

Orientado: Guilherme Cyrino Carvalho

Orientador: Prof. Dr. Zildo Gallo

FICHA CATALOGRÁFICA

C323a Carvalho, Guilherme Cyrino.

A agroindústria canvieira em município de pequeno porte: o caso de Pradópolis-SP / Guilherme Cyrino Carvalho.- Araraquara: Centro Universitário de Araraquara, 2013.

124f.

Dissertação (mestrado) – Centro Universitário de Araraquara.

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente.



Centro Universitário de Araraquara

Rua Voluntários da Pátria, 1309 - Centro - Araraquara - SP
CEP 14801-320 - Caixa Postal 68 - Fone/Fax: (16) 3301-7100

www.uniara.com.br

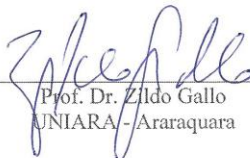
FOLHA DE APROVAÇÃO

NOME DO ALUNO: Guilherme Cyrino Carvalho

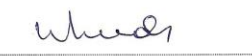
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, curso de Mestrado, do Centro Universitário de Araraquara – UNIARA – como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente.

Área de Concentração: Dinâmica Regional e Alternativas de Sustentabilidade.


BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Zildo Gallo
UNIARA - Araraquara



Prof. Dr. Oriowaldo Queda
UNIARA – Araraquara



Prof. Dr. Pedro Ramos
UNICAMP – Campinas

Araraquara – SP, 28 de maio de 2013.

À Anice e Julia

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Professor Doutor Zildo Gallo;

À FERAESP, na pessoa de Élio Neves.

Ao corpo docente do Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente da UNIARA, na pessoa do Professor Doutor Oriowaldo Queda;

As funcionárias da Secretaria de Mestrado, na pessoa de Ivani Ferraz Urbano;

Aos meus colegas de Mestrado da turma de 2011.

RESUMO

Essa dissertação intenta contribuir com a vasta produção acadêmica acerca da agroindústria canavieira, propondo uma reflexão sobre a influência dessa atividade econômica em municípios de pequeno porte, onde comumente se encontram instaladas suas unidades produtoras. Escolheu-se, para tanto, avaliar os reflexos da atividade da usina sobre os aspectos sociais e econômicos do município de Pradópolis-SP, que tem uma população de 17.857 habitantes e abriga em seu território a unidade sede do Grupo São Martinho, um dos maiores grupos canavieiros do mundo, sendo a usina São Martinho uma das maiores unidades esmagadoras de cana-de-açúcar do país.

Os resultados encontrados sustentam a hipótese inicial de que o município é dependente da atividade da usina tanto do ponto de vista da economia local, como das finanças públicas municipais. Observa-se também que o município tem uma produção agrícola extremamente especializada em cana-de-açúcar voltada para o abastecimento da usina. A produção agrícola de cana-de-açúcar ocupou praticamente toda a terra agricultável do município, fazendo com que a produção de alimentos seja ínfima, expondo sua população à insegurança alimentar, tendo em vista o fato de que todos os alimentos consumidos pelos munícipes são obtidos de outras regiões produtoras. Encontra-se em Pradópolis uma equação perigosa do ponto de vista da segurança alimentar: renda baixa somada a não produção local de alimentos. Isso coloca em risco o acesso da população a uma alimentação minimamente equilibrada, uma vez que os munícipes encontram-se demasiadamente expostos aos aumentos de preços.

ABSTRACT

This dissertation intends to contribute to the vast academic production about the sugarcane industry, proposing a reflection on the influence of this economic activity over small towns, where their production units are commonly installed. For this purpose, the municipality of Pradópolis-SP was chosen to be assessed for the effects of the plant's activity on its social and economic aspects, since, along with its population of 17,857 inhabitants, it houses in its territory the headquarters unit of Grupo São Martinho, one of the largest sugarcane groups in the world, with São Martinho mill being one of the largest units of sugar cane crushing in the country.

The results support the initial hypothesis that the municipality is dependent on the activity of the plant from both the local economy's point of view, and the municipal public finance. It was also noted that the county has a highly specialized agricultural production in sugarcane, geared to supply the plant. Production of sugarcane occupied virtually all agricultural land in the municipality, causing food production to be limited, exposing its population to food insecurity, given the fact that all the food consumed by householders are obtained from other regions. There is a dangerous equation in Pradópolis from the standpoint of food security: low income added to non-local food production. This endangers the population's access to a minimally balanced nutrition, since the inhabitants are too exposed to price increases.

ABREVIATURAS E SIGLAS

- CATI – Coordenadoria de Assistência Técnica Integral;
- CSC – Centro de Serviços Compartilhados do Grupo São Martinho;
- EBITDA – *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*;
- EDR – Escritório de Desenvolvimento Regional;
- EUA – Estados Unidos da América;
- FEPASA – Ferrovia Paulista Sociedade Anônima;
- FPM – Fundo de Participação dos Municípios;
- GEE – Gases de Efeito Estufa;
- IAA – Instituto do Açúcar e do Alcool;
- ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviço de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação;
- IDH – Índice de Desenvolvimento Humano;
- IDH-M – Índice de Desenvolvimento Humano-Município;
- IEA – Instituto de Economia Agrícola;
- IFPRI – *International Food Policy Research Institute*;
- IGC – Instituto Geográfico e Cartográfico;
- INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária;
- IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados;
- IPVA – Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores;
- IPVS – Índice Paulista de Vulnerabilidade Social;
- IR – Imposto de Renda;
- ITESP – Instituto de Terras de São Paulo;
- MAPA – Ministério da Agricultura e Pecuária;

OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo;
P.A. - Projeto de Assentamento;
PAS – Programa de Assistência Social;
PEA – População Economicamente Ativa;
PIB – Produto Interno Bruto;
PPA – Plano Pluri Anual;
PROALCOOL – Programa Nacional do Alcool;
PMDRS – Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável;
R.A. - Região Administrativa;
SEADE – Sistema Estadual de Análise de Dados;
TCE – Tribunal de Contas do Estado;

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Participação das regiões de Campinas e Ribeirão Preto na produção de cana-de-açúcar no estado de São Paulo (em %).

Tabela 2: Evolução de Área para corte e Produção de cana-de-açúcar no EDR de Ribeirão Preto.

Tabela 3: Evolução da Área para corte e da produção de cana-de-açúcar na RA de Ribeirão Preto.

Tabela 4: Participação acionária no Grupo São Martinho.

Tabela 5: Produção do Grupo São Martinho, entre 2007 e 2011.

Tabela 6: Produção da usina São Martinho, no período entre 2008 a 2011.

Tabela 7: Evolução dos resultados financeiros do Grupo São Martinho S/A entre as safras 2007/2008 a 2010/2011.

Tabela 8: Dados populacionais gerais do município de Pradópolis, 2010/ 2011.

Tabela 9: Porcentagem da população atendida por infraestrutura urbana, ano referência 2000.

Tabela 10: Taxa de mortalidade infantil, nos anos de 2000 e 2009; e número de consultas pré-natal, nos anos de 2004 e 2009.

Tabela 11: Evolução do coeficiente de profissionais de saúde por mil habitantes, no período de 2008 a 2010.

Tabela 12: Classificação dos Grupos do IPVS segundo condições de vulnerabilidade social.

Tabela 13: Resultado do IPVS 2010 para o município de Pradópolis.

Tabela 14: IPVS de Pradópolis em comparação ao estado de São Paulo, em porcentagem.

Tabela 15: Ocupação do solo do município de Pradópolis, por tipo de cultura, no período 2007/2008.

Tabela 16: Área cultivada no município de Pradópolis, por lavouras, no período 2007/2008.

Tabela 17: Evolução e composição do PIB total (por setor econômico), no período entre os anos 2000 e 2010.

Tabela 18: Relação entre Vínculo Empregatício e População total; e População Economicamente Ativa; em Pradópolis, no período entre 2000 e 2010.

Tabela 19: Evolução de Vínculos Empregatícios Totais por Setor Econômico em Pradópolis, no período de 2000 a 2010.

Tabela 20: Variação do resultado de PIB *per capita* e Renda *per capita* do município de Pradópolis, no período entre 2000 e 2010.

Tabela 21: PIB *per capita* e Renda *per capita* de alguns dos principais municípios da RA de Ribeirão Preto

Tabela 22: Composição da Receita Pública Total de Pradópolis, dividida pela participação percentual de cada um dos entes federativos, no período de 2000 a 2010.

Tabela 23: Participação dos impostos no total de receitas públicas arrecadadas.

Tabela 24: Participação por ente federativo na composição das Receitas Públicas Municipais provenientes de impostos de Pradópolis, no período de 2000 a 2010.

Tabela 25: Participação do ICMS na composição da Receita proveniente de impostos no município de Pradópolis no período de 2000 a 2010.

Tabela 26: Participação do ICMS na composição das Receitas Totais do município de Pradópolis no período de 2000 a 2010.

Tabela 27: Uso do solo de Pradópolis, 2009.

Tabela 28: Principais lavouras estabelecidas no município de Pradópolis.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa da divisão do estado de São Paulo por Escritórios de Desenvolvimento Regional – EDR.

Figura 2: Divisão do estado por Região Administrativa – RA.

Figura 3: RA de Ribeirão Preto.

Figura 4: Propriedades da família Prado no interior do estado de São Paulo.

Figura 5: A Fazenda São Martinho em 1926.

Figura 6: Lavoura de cana-de-açúcar na fazenda São Martinho, em 1926.

Figura 7: Vista panorâmica das atuais instalações da usina São Martinho.

Figura 8: Destaque da localização do município de Pradópolis no mapa da Região Administrativa de Ribeirão Preto.

Figura 9: Vista panorâmica do município de Pradópolis.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	16
2. REVISÃO DE LITERATURA.....	25
2.1. Aspectos estruturais do sub setor	
2.2. O sub setor no município de Pradópolis	
2.2.1. A família Prado e a fundação do município	
2.2.2. A usina São Martinho	
3. RESULTADOS.....	61
3.1. Pradópolis	
3.2. O complexo canavieiro e a economia local	
3.3. O ICMS nas receitas públicas de Pradópolis	
3.4. Entrevistas	
4. DISCUSSÃO.....	89
4.1. Diversificação da atividade econômica em comparação aos municípios de Sertãozinho e de Piracicaba.	
4.2. A atividade canavieira e seus reflexos socioeconômicos e nas finanças públicas	
4.3. A usina e a produção de alimento	
5. CONCLUSÃO.....	110
6. BIBLIOGRAFIA.....	111

“Os trabalhos e os dias das gentes, no campo e na cidade, estão influenciados, ou amplamente determinados, pela reprodução do capital aplicado nos canaviais e nas usinas. Para uns, a cana é doce; para outros, a maioria, ela é áspera”.

Otávio Ianni.
(IANNI, 2004, p, 39).

1. INTRODUÇÃO

A atividade canavieira é um sub setor¹ da agropecuária² de grande relevância histórica e econômica para o país, tendo seu crescimento – desde a época colonial até os dias de hoje – marcado por intensos momentos de expansão e retração, que se funde com a história do desenvolvimento³ econômico do Brasil, apresentando como uma de suas principais características a forte presença do Estado⁴.

A cultura da cana-de-açúcar se caracteriza por ser uma monocultura extensiva, que tem o crescimento de sua produção baseado mais na expansão das áreas plantadas do que no possível aumento do rendimento por área. Essa cultura é semi perene e suas unidades de transformação (as usinas⁵) se encontram instaladas na mesma localidade dos plantios, isso dificulta a reversão de sua expansão (SZMRECSÁNYI, 2007), influenciando diretamente no desenvolvimento do local onde se fixam.

¹ Segundo Szmrecsányi: “A agroindústria canavieira é um dos ramos do setor agropecuário (...). Trata-se também do sub setor no qual o planejamento governamental se fez sentir de forma mais completa e consequente, abrangendo praticamente todas as suas atividades.” (SZMRECSÁNYI, 1979, p. XXI).

² “Segundo as definições convencionais, o setor agropecuário engloba o conjunto de atividades econômicas vinculadas à exploração, direta ou indireta, do solo, para obtenção de alimentos e matérias-primas de origem vegetal e animal. A delimitação de tais atividades costuma ser um tanto fluida, mas, via de regra, eles incluem a produção propriamente dita e a primeira fase de comercialização dos produtos agropecuários. Os preços dessa fase são geralmente utilizados para dimensionar o valor da produção.” (SZMRECSÁNYI, 2010, p. 23).

³ Toma-se por desenvolvimento a definição de Furtado, na qual: “... o conceito de desenvolvimento compreende a idéia de crescimento, superando-a. Com efeito: ele se refere ao crescimento de um conjunto de estrutura complexa. Essa complexidade estrutural não é uma questão de nível tecnológico. Na verdade, ela traduz a diversidade das formas sociais e econômicas engendradas pela divisão do trabalho social. Porque deve satisfazer às múltiplas necessidades de uma coletividade é que o conjunto econômico nacional apresenta sua grande complexidade de estrutura. Esta sofre a ação permanente de uma multiplicidade de fatores sociais e institucionais que escapam á análise econômica corrente.” (FURTADO, 1977, p. 90).

⁴ “A história do regime capitalista de produção, conforme ele se desenvolve nos países da América Latina, no século XX, mostra que o Estado e a economia sempre estão relacionados. O que tem variado, segundo o país e a época, ou a composição das forças econômicas e políticas internas e externas, é a forma desse relacionamento. Seja amplo ou restrito, há sempre um compromisso entre o aparelho estatal e o sistema econômico.” (IANNI, 1974, p. 121).

⁵ Toma-se por definição de usina “(...) estabelecimentos agroindustriais verticalmente integrados que hoje conhecemos, possuidores de vastas extensões de terras para a produção da maior parte de sua matéria-prima”.(QUEDA; SZMRECSÁNYI, 1996, p. x).

Introduzida em território brasileiro pelos portugueses no início do processo de colonização, fundamentalmente com o objetivo de fomentar a ocupação da nova colônia, a atividade canavieira foi decisiva na conformação das características civilizatórias encontradas no Brasil, mantendo suas configurações estruturais intactas durante o decorrer dos séculos (RAMOS, 1999), numa demonstração inequívoca do poder político que as elites canavieiras sempre gozaram⁶.

A aposta na instalação dos engenhos⁷ de cana-de-açúcar se mostrou bem-sucedida, pois conseguiu Portugal ocupar o território da colônia, e transformar a região nordeste do Brasil na maior produtora mundial de açúcar. Iniciado em 1532, o plantio da cana-de-açúcar avançou de maneira avassaladora pelo litoral nordestino, provocando enorme devastação das matas, a escravização de índios, o tráfico negreiro, a concentração de poder político e econômico (através da monopolização da produção), além da instituição da monocultura e do latifúndio características ainda hoje visíveis na sociedade brasileira. (BUENO, 2010); (CASTRO, 2005).

Graças à atividade canavieira, Pernambuco constituiu-se numa das primeiras e mais respeitadas capitanias, tendo seu desenvolvimento fundado nas tradições portuguesas expansionistas, anterior ao período pombalino⁸, enquanto São Paulo era

⁶ A forma como se constituiu a sociedade brasileira, seus contornos, as marcas de sua evolução histórica, são partes do conjunto de suas atuais características, conforme destacado por Chuí: “Conservando as marcas da sociedade colonial escravista, ou aquilo que alguns estudiosos designam como ‘cultura senhorial’, a sociedade brasileira é marcada pela estrutura hierárquica do espaço social que determina a forma de uma sociedade fortemente verticalizada em todos seus aspectos: nela, as relações sociais e intersubjetivas são sempre realizadas como relação entre um superior, que manda, e um inferior, que obedece. (...). A divisão social das classes é naturalizada por um conjunto de práticas que ocultam a determinação histórica ou material da exploração, da discriminação e da dominação, e que, imaginariamente, estruturam a sociedade sob o signo da nação una e indivisa, sobreposta como um manto protetor que recobre as divisões reais que a constituem.” (CHAUÍ, 2000, p. 89).

⁷ “Os engenhos propriamente ditos constituíam, como se sabe, unidades produtoras bastante rudimentares, caracterizados por uma baixíssima eficiência. Movidos a tração animal durante grande parte do período colonial, já que a força hidráulica exigia um dispêndio muito maior de recursos financeiros para a construção do sistema de armazenagem e de queda d’água. (...). Trabalhavam com moendas verticais até meados do século XVIII.” (RAMOS, 1999, p. 38).

⁸ “A política pombalina de expansão econômica, de diversificação dos setores de investimento e de amparo aos empreendimentos que promoviam a capitalização interna, culmina com a instalação da Corte portuguesa no sul do país, onde se havia desenvolvido o centro dinâmico de uma economia mercantil complexa. A transferência da Corte portuguesa para o Brasil em 1808, a abertura dos portos brasileiros ao ‘livre comércio’, as iniciativas do Estado no amparo à ‘indústria nacional’, no desenvolvimento do ensino e da pesquisa, na expansão e organização do crédito público e privado, são

uma capitania militarista, usada para garantir a defesa do território da colônia e para servir de suporte para as expedições ao interior em busca de metais preciosos. A capitania paulista foi se desenvolvendo lentamente com o passar do tempo⁹, mas as mudanças mais expressivas ocorrem no período das minas de ouro, quando a capitania conheceu importância e acumulou grandes volumes de capitais ao passar a ser um fundamental abastecedor de víveres e de produtos diversos para as populações que se arriscavam na exploração do metal. (FERLINI, 2009).

A atividade canavieira começou a ganhar vulto em terras paulistas, em fins do século XVIII, devido ao movimento de reestruturação da Capitania, dirigido pela Coroa, com o intuito de fortalecer a produção de excedentes na colônia para equilibrar suas contas. Isso fez com que, paulatinamente, São Paulo abandonasse sua *expertise* na exploração do sertão e se voltasse para a integração na produção agrícola geral da Colônia, dirigida para a exportação. É a partir dessa orientação que, em 1765, a economia canavieira se desenvolve de fato no estado¹⁰. (FERLINI, 2009).

Na primeira metade do século XIX, mantendo-se a economia agrário-exportadora, o café passa a ser o principal produto de exportação do país. (FURTADO, 2000), tendo o açúcar assumido importância secundária na economia nacional, voltado para o abastecimento do mercado interno.

Ainda em fins do século XIX o governo Imperial procurou modernizar a produção açucareira, estimulando a entrada de capital internacional através da tentativa de implantação de um novo modelo de produção, que buscava separar as atividades agrícolas das industriais, baseado nos engenhos centrais (RAMOS, 2007a). No entanto,

fenômenos que apenas aceleram o processo de transformação da economia interna do país e são fenômenos antes induzidos do que autopropulsores.” (GNACARINNI, 1980, p. 32-33).

⁹ “Enquanto as sesmarias no Nordeste de então ganhavam cada vez maior opulência, o Sul vegetava. São Paulo nos primeiros séculos era uma das regiões mais pobres do País. As bandeiras, por exemplo, surgiram como uma exigência dos lavradores lusos, como uma necessidade de braço escravo de suas fazendas”. (VINHAS, 1968, p.117).

¹⁰ “A estratégia da Coroa, no sentido de alterar a fisionomia daquela que era uma de suas capitanias mais pobres, iniciou-se com a ascensão do Marquês de Pombal ao governo português. O novo dirigente, marcado por fortes ideias fisiocráticas e iluministas, tentou, por intermédio de governadores mais bem preparados e da introdução da monocultura de exportação, encontrar uma alternativa para a, cada vez mais crônica, queda nas arrecadações fiscais, causada principalmente pelo esgotamento do fluxo aurífero das minas do Brasil Central.” (BACELLAR, 1997, p. 26).

essa tentativa fracassou, devido “(...) ao atraso de sua economia na época, aos seus elevados índices de concentração da propriedade fundiária, conjugados com o excessivo poder político e a falta de preparo técnico de seus principais detentores”.(QUEDA; SZMRECSÁNYI, 1996, p. x).

Mesmo assim, nesse período, ocorreu um processo parcial de desenvolvimento dos meios de produção¹¹, concentrado no processo fabril, que originou o aparecimento de novas fábricas – as usinas – responsáveis pela ampliação quantitativa da produção dos engenhos, cuja inovação tecnológica se deu pela introdução da centrifugação que possibilitou a produção do açúcar branco¹². (RAMOS, 2007a). A economia açucareira recuperou certa vitalidade no início do século XX, acompanhando o início do período de industrialização, tendo Pernambuco como seu principal centro produtor.

Nessa época acentuou-se o processo de substituição dos engenhos pelas usinas, com o aumento paulatino do papel intervencionista do Estado no sub setor, que resultou em gradual crescimento da produção da região Sudeste em relação à produção da região Nordeste do país. (BRAY, 1989). Rapidamente, os antigos – e míticos – senhores de engenho perdem poder e prestígio, se transformando em meros fornecedores de cana para as avançadas usinas.

¹¹ As profundas mudanças políticas (que impactam na organização do setor agropecuário) e as mudanças tecnológicas (que alteram o modo de acumulação agrícola), influenciam diretamente nas relações sociais e na constituição do trabalho no setor: “A nova agricultura dispensa o trabalhador tradicional, que dividia seu tempo entre as atividades agrícolas e as não agrícolas, passando a interessar-se apenas pelo semiproletário agrícola que, apoiado em nova tecnologia, produz em alguns meses mais do que o antigo agricultor produzia durante todo o ano laboral, de todos os membros capazes de trabalhar da família. Assim, a nova agricultura – empresa capitalista agrícola – somente se interessa por parte do tempo de trabalho de parte dos membros da família.” (RANGEL, 2005, p. 223).

¹² Transformações econômicas (provocadas principalmente pelas sucessivas crises de preço no mercado internacional do açúcar); políticas (marcadas pelo advento do regime republicano); e sociais (principalmente com o fim da escravidão), afetam sensivelmente a estrutura do poder agrário. Isso tudo, aliado ao fim do engenho e ao surgimento imperioso da usina, modificam as relações de poder, provocando uma crise no patriarcado agrário, fazendo surgir um novo tipo de senhor, com características próprias do empresário burguês, adaptado ao desenvolvimento capitalista que emergia no Brasil entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX: “O desaparecimento do velho engenho, engolido pela usina moderna, a queda de prestígio do antigo sistema agrário e a ascensão de um novo tipo de senhores de empresas concebidas à maneira de estabelecimentos industriais urbanos indicam bem claramente em que rumo se faz essa evolução”. (HOLANDA, 1997, p. 176).

A grande concentração de poder político por parte dos usineiros é assim descrita por José Lins do Rego no último romance da série que ficou conhecida no ambiente literário como o ciclo do açúcar¹³:

“Usineiro. Usineiro era um nome que enchia a boca. Os de Pernambuco se enchiam de ouro. O açúcar cristal fazia fortuna da noite para o dia. Os senhores de engenho seriam pobres bonecos diante da riqueza da Catunda, da Tiúma, da Goiana Grande. Não precisava ir longe. Fosse à São Félix. Em menos de oito anos o dr. Luiz, que chegara lá com dinheiro emprestado, era hoje o homem mais rico, o mais temido de todo o vale. Nunca ninguém, por aquelas paragens, alcançou maior soma de poder, mais força perante os pobres e os ricos. A São Félix valia por um estado. O governo temia sua importância. (...). Os júris, as eleições, os padres, os juízes obedeciam às vontades do usineiro.” (REGO, 2010, p. 87-88).

No início da década de 1920, a produção paulista sofreu profundo revés devido ao surgimento do mosaico – praga que atacou violentamente os canaviais e que provocou queda abrupta de produtividade. A decadência da produção paulista eleva os preços do açúcar, do álcool e da aguardente, propiciando grandes ganhos aos demais estados produtores, gerando nova expansão do sub setor na região Nordeste. (BRAY, 1989).

Esse fato possibilitou a entrada em cena do governo paulista, que passou a investir pesadamente no combate às doenças dos canaviais, inclusive com a criação da Estação Experimental em Piracicaba, responsável pela modernização da lavoura canavieira no estado. (QUEDA, 1972); (BRAY, 1989). Note-se que o desenvolvimento e aplicação de novas tecnologias¹⁴ na atividade canavieira, entre os anos 1920 e 1930,

¹³ “José Lins do Rego publicou *Usina*, o seu quinto romance, em 1936, três anos após a criação do Instituto do Açúcar e do Alcool. A nova autarquia do governo Getúlio Vargas visava regular a produção sucroalcooleira, combater a prática do *dumping* e estabelecer cotas de produção a fim de evitar o oligopólio e a anarquia dos preços. A crise das cotações internacionais e o crescimento da capacidade interna andavam par a par com a concentração das propriedades produtoras. Aos poucos, o moente engenho patriarcal ficava de fogo morto e passava a vender suas canas às grandes centrais de fabrico, chamadas de usina.” (PASSOS, 2010, p. 9).

¹⁴ “(...), durante milênios a agricultura foi a grande ‘indústria’ dos homens. Mas a história das técnicas foi quase sempre estudada como pré-história da Revolução Industrial, e aí a mecânica, a metalurgia, as fontes de energia passam para primeiro plano, embora as técnicas agrícolas, tanto pelas suas rotinas como pelas suas transformações (porque a agricultura muda, por mais lenta que seja essa mudança), acarretem poderosas consequências”. (BRAUDEL, 1997, p. 393).

fizeram surgir a primeira variedade adaptada de cana-de-açúcar em São Paulo, resistente às doenças que dizimaram os canaviais no estado em 1923, a partir do melhoramento de variedades importadas de Java que se tornaram apropriadas para o cultivo em São Paulo. (BELIK, 1985).

Prevaleceu, no caso específico da agroindústria canavieira, o fato de que as mudanças (ou revoluções) tecnológicas modificaram seu sistema produtivo e suas relações sociais e econômicas, porém não transformaram as estruturas¹⁵ que marcam historicamente esse sub setor, ou mais exatamente: “As inovações açucareiras vão renovando-se sem jamais destruir totalmente as organizações ou as estruturas que existem desde o seu aparecimento”. (BYE ET AL, 1993, p. 37).

Nos anos 1930, no primeiro governo Getúlio Vargas (1930-1945), foram implementadas densas transformações econômicas, políticas e socioculturais, que objetivaram sobrelevar o Estado oligárquico. Procurava solapar um Estado caracterizado pelo poderio concentrado regionalmente, secularmente instalado no poder, cujos traços principais eram o autoritarismo e o personalismo (próprios de regimes patrimoniais), sendo que as relações econômicas dominantes – sejam atividades mineradoras, extrativistas ou agropecuárias – eram subordinadas aos interesses e à estrutura política oligárquica¹⁶ (IANNI, 1991).

No âmbito específico da economia canavieira, a intervenção modernizadora¹⁷, a partir da instalação do Estado Novo e até o início dos anos 1970, se apresenta de maneira inequívoca e pode ser dividida em três partes: a primeira tem contornos econômicos e está ligada à criação do Instituto do Açúcar e do Alcool – IAA; a segunda

¹⁵ “A inovação do passado constitui uma das estratégias mais comuns nas interpretações do presente. O que inspira tais apelos não é apenas a divergência quanto ao que ocorreu no passado e o que teria sido esse passado, mas também a incerteza se o passado é de fato passado, morto e enterrado, ou se persiste, mesmo que talvez sob outras formas. Esse problema alimenta discussões de toda espécie – acerca de influências, responsabilidades e julgamentos, sobre realidades presentes e prioridades futuras.” (SAID, 1995, p. 33).

¹⁶ “Em última instância, o governante reproduz a imagem do fazendeiro, em dimensões nacionais. Ele governava segundo as condições e exigências econômicas, políticas e sociais abertas pelas atividades produtivas predominantes, às quais pode estar ligado por seus interesses pessoais diretos ou pela sua condição de classe”. (IANNI, 1991, p. 61).

¹⁷ Reforça-se que, para os fins desse trabalho, a expressão *modernizadora* é utilizada no sentido de exprimir as ações implementadas pelo Estado com vistas a adaptar a economia brasileira às exigências da expansão capitalista da primeira metade do século XX.

é institucional e tem como marco o Estatuto da Lavoura Canavieira; a terceira é tecnológica e é representada pela criação da Estação Experimental de Cana de Araras e pela fundação do Laboratório de Análises em Piracicaba, ambos no estado de São Paulo. (QUEDA, 1972). Complementa-se essa fase de intervencionismo estatal no sub setor com a criação do Programa de Desenvolvimento do Álcool Combustível – PROALCOOL – em meados da década de 1970.

O período da II Guerra Mundial provocou duas situações que influenciaram fortemente o mercado internacional do açúcar: (1) diferentemente do que havia ocorrido na I Grande Guerra, o transporte marítimo (principal via de transporte para as operações de mercado internacional) havia sido duramente afetado pelo conflito mundial entre os anos de 1939 e 1944, dificultando sobremaneira a circulação mundial do açúcar, fazendo ruir as exportações brasileiras do produto; (2) isso resultou num aumento de preços internacionais, o que possibilitou que o IAA (como detentor do monopólio da exportação do produto), pela primeira e única oportunidade em toda sua existência, não operasse em prejuízo. Note-se que o comércio internacional nessa época se realizou principalmente com países da América do Sul. (SZMRECSÁNYI; MOREIRA, 1991).

Nesse período a economia da região centro-sul ganhou extraordinário impulso, pois essa região já possuía estrutura industrial produtiva capaz de absorver a demanda interna, fato não verificado em outras regiões do país. Isso proporcionou um desenvolvimento econômico desequilibrado em favor da região sudeste, com destaque para o estado de São Paulo, o que afetou sobremaneira as relações entre as regiões do país, situação que se evidenciou no desenvolvimento consistente da economia canavieira paulista em detrimento ao cadenciado definhamento da economia canavieira pernambucana. (QUEDA, 1972).

Nos anos 1970, ocorre um fato que seria determinante para resolver o problema causado pela queda abrupta dos preços internacionais do açúcar: a primeira crise do petróleo (1973). É criando, em 1975, o Programa Nacional do Álcool – PROALCOOL, que permitiu ao Estado construir uma alternativa de negócios que atendesse aos

anseios¹⁸ do sub setor, propiciando a utilização da ociosa capacidade instalada das usinas.

Entre os anos de 1975 e 1986 verifica-se um forte crescimento da produção de álcool, graças às políticas implementadas pelo PROALCOOL, alicerçado na expansão das áreas cultivadas por cana e também na modernização da atividade, através do aumento na utilização de tecnologia. Esse crescimento acabou por repercutir em favor da concentração de renda; (ANDRADE, 1994); da concentração industrial através da concentração do capital das usinas (através de aquisições e unificação entre capitais); e da concentração fundiária (RAMOS, 2007b).

Os anos 1990 representam uma nova fase na economia brasileira, marcada pela abertura econômica e pela desestatização. No âmbito do sub setor canavieiro, se verifica o início de um processo de desregulamentação; de concentração de capital (que se intensificou em meados dos anos 2000); e também da produção em pequeno número de empresas de grande porte.

Entre os anos de 1998 e 2000 conclui-se oficialmente a desregulamentação do mercado sucroalcooleiro, com o Estado não mais intervindo diretamente no setor e iniciando o período de reestruturação da agroindústria canavieira.

Com o início das vendas de automóveis equipados com motores flexíveis (movidos a etanol e/ ou a gasolina), em 2003, e o conseqüente aumento da demanda, o etanol se torna um produto atrativo para o capital, sendo observado a partir desse ano um grande esforço de grupos empresariais nacionais e internacionais¹⁹ na busca pelo controle e pela monopolização da produção e comercialização do produto, não se reconhecendo nenhuma barreira que impeça – ou prejudique – as corporações de

¹⁸ O Estado, como de costume, atendendo as demandas dos proprietários: “(...) em períodos em que o mercado externo deixava de ser atraente, parte dessa agricultura patronal passava a pressionar intensamente o Estado para que os preços internos lhe garantisse os mesmos níveis de captação de renda corrente até ali obtidos via exportação.” (VEIGA, 1991, p. 197).

¹⁹ “São cada vez mais raras as empresas que se apresentam como tendo passado de pai para filho desde décadas atrás. Desaparecem, dando lugar a conglomerados de anônimos acionistas, cuja sobrevivência pode também ser curta, arruinados pela volatilidade das condições financeiras do país, pela competição errática ou por uma reformulação de políticas específicas que redefinem os termos dos contratos e dos compromissos, ainda que sem ferir vetustas normas jurídicas. Descontada a ênfase estilística, é esta a dinâmica biografia do Brasil contemporâneo.” (SANTOS, 2006).

atingirem esses objetivos, sejam essas barreiras as econômicas, as políticas, as ideológicas ou as institucionais. (CARVALHO, 2007).

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1. Aspectos estruturais do sub setor

Historicamente o desenvolvimento das atividades agroindústrias resulta numa divisão de trabalho entre a agricultura e a indústria, separando-se essas atividades e constituindo nova forma de relação entre elas, na qual, comumente, a indústria desempenha papel protagonista (RAMOS, 1999).

Essa separação não ocorreu na agroindústria canavieira brasileira, principalmente devido ao fato de que os usineiros desenvolveram suas atividades baseados na acumulação de terras e de recursos financeiros e não pela reprodução de seus capitais industriais²⁰ (RAMOS, 1999), caracterizando o usineiro não como um empresário industrial, mas fundamentalmente como um latifundiário.

Com efeito, essa característica do sub setor tem atravessado os séculos e foi fundamental no padrão civilizatório brasileiro²¹, tendo conseguido manter sua forma integrada praticamente intacta desde seu nascimento até os dias de hoje.

Isso foi possível em razão do papel desempenhado pelo Estado desde o surgimento do sub setor até hoje, tendo o ente estatal agido ativamente para criar (e garantir) as condições propícias ao processo de acumulação do sub setor. Ramos destaca o “grau de profundidade da ação estatal”, denominando-o de “intervenção estatal”, tal foi o modo como o Estado atuou nas relações internas do sub setor, “(...) para administrar conflitos que surgiram ao longo de seu processo de expansão”. (RAMOS, 1999, p. 19).

²⁰ “Para isso tem sido fundamental a estreita vinculação com o componente político, que se expressa na ação do Estado como elemento fundamental do processo histórico. O que se quer dizer é que, no caso daquela agroindústria, as coisas mudam (...) mas, no essencial, continuaram as mesmas, como sentenciou o Príncipe de Lampedusa.” (RAMOS, 1999, p. 18).

²¹ “Do ponto de vista econômico, a instalação da grande lavoura de exportação em São Paulo não reproduziu padrões produtivos e de configuração social que se haviam formado (no Nordeste e no Rio de Janeiro) nos primeiros séculos. Agora, o padrão produtivo, as técnicas, a mentalidade empresarial forjaram-se dentro de uma nova relação, de um novo padrão de colonização, (...). Gradativamente, os referenciais econômicos e sociais enquadravam-se, de um lado, em padrões de lucratividade e racionalidade, e, de outro, na crescente valorização do trabalho sistemático. Nesse sentido, tanto as apreciações dos governadores em relação aos pobres livres da capitania, como a intensa adoção do escravismo nas áreas açucareiras revelam a influência desses referenciais.” (FERLINI, 2009, p. 242-243).

Esse estado de coisas foi decisivo para influenciar a estrutura produtora açucareira, marcando os métodos, processos de produção e as relações de trabalho aos moldes do que era o sub setor no período colonial. Em trezentos e cinquenta anos de história a única mudança estrutural proposta foi a tentativa de implementação dos Engenhos Centrais, motivada pela crise econômica, em especial no sub setor, e pelo momento social e político vivido no país àquela época. (RAMOS, 1999).

Baseado na ideia de separação entre a indústria (a usina) e a agricultura (o plantio de cana), os Engenhos Centrais²² foram concebidos a partir do modelo implementado nas Antilhas e procurava modernizar o sub setor a partir da atração de capital internacional que seria investido essencialmente na parte industrial do complexo, deixando para os usineiros nacionais o plantio de cana-de-açúcar. (RAMOS, 1999).

Os senhores de engenho logo perceberam a separação entre a produção de matéria-prima e o processamento industrial seria uma ameaça ao poderio político (e também econômico) acumulado durante séculos pela via do controle que exerciam no processo produtivo do açúcar e acabaram por refutar a ideia de se transformarem em fornecedores de cana aos Engenhos Centrais.

Assim os velhos senhores de engenho pressionavam os governos locais (e também o governo Imperial) para que promovessem a modernização de seus velhos engenhos, na concepção de que “(...) haveria que modernizar, mas sem mudar o que estava dando certo havia séculos. A infra-estrutura teria que se adequar à superestrutura.” (RAMOS, 1999, p. 57).

A partir de meados da década de 1880, governos locais e o próprio governo Imperial cederam as pressões dos senhores de engenho e acabaram apoiando a modernização dos velhos engenhos. Paulatinamente os seculares senhores de engenho foram se transformando em usineiros²³.

²² “O engenho central era o resultado da aplicação de diversos conhecimentos e avanços técnicos resultantes da Revolução Industrial. Era algo novo no Brasil, onde significava a passagem para a modernidade aplicada à produção açucareira.” (RAMOS, 1999, p. 55)

²³ “Para a economia brasileira isso tem uma importância fundamental, especialmente porque o fracasso do novo na luta contra o velho, contra o arcaico, já que aponta para uma transição sem rupturas, para uma modernização que assegura o poder preestabelecido.” (RAMOS, 1999, p. 58).

Mantida intacta a estrutura do complexo canavieiro, a economia brasileira pôde adentrar ao período republicano sem rupturas, sustentando uma transição do fim da escravidão para o trabalho livre sem que isso significasse mudanças significativas nas estruturas de poder. (RAMOS, 1999, p. 67).

O sub setor a partir do Estado Novo

Em 1925 ocorreu uma quebra importante de safra devido a moléstias que atacaram violentamente os canaviais paulistas, com destaque para o mosaico. A devastação causada pelo ataque do mosaico²⁴ colocou à mostra o problema da fragilidade dos empreendimentos agrícolas, muito expostos às ocorrências naturais que podem levar esse tipo de atividade econômica à bancarrota.

Essa constatação de fragilidade ante aos eventos naturais acionou os mecanismos de intervenção estatal para salvaguardar a sobrevivência da agroindústria canavieira paulista. Foram criadas então as Estações Experimentais, instituições destinadas ao estudo e a produção de soluções que permitissem a troca dos canaviais suscetíveis ao mosaico por variedades de cana resistente à doença²⁵. Num período de quatro anos a troca dos canaviais foi concluída e a produção voltou a crescer: no quinquênio de 1925/26 a 1929/30 a participação paulista no total de açúcar produzido no país era de 8,66%; sendo que no quinquênio 1930/31 a 1934/35 essa participação saltou para 17,31% (QUEDA, 1972).

Mesmo com o advento da crise econômica mundial de 1929²⁶, a grande (e rápida) recuperação do sub setor ocorreu num contexto de desenvolvimento da economia nacional – amparado especialmente na necessidade de substituição de

²⁴ “Ficava, assim, seriamente comprometida a posição açucareira paulista, pois, para um consumo avaliado na época, de 2.500.000 de sacos por ano, a indústria açucareira paulista, na safra de 1925/26, alcançava pouco mais de 150.000 sacos, quando na realidade tinha capacidade produção superior a um milhão de sacos por ano. (QUEDA, 1972, p. 87).

²⁵ “Isto explica porque o mosaico, apesar de ter prejudicado os produtores paulistas, seria um dos responsáveis pelo grande aumento da produção de São Paulo e do Rio de Janeiro. Essa renovação ocorreu rapidamente, em menos de três anos e, foram substituídos quase que integralmente os canaviais da região.” (MEIRA, 2010, p. 170).

²⁶ Sobre o impacto do *crash* de 1929 na agroindústria canavieira paulista: “É verdade que São Paulo se ressentiu da grave crise de preços. Mas a distribuição excepcional das suas usinas nas áreas geográficas do consumo atenuou aqueles efeitos, mesmo levando-se em conta que a indústria açucareira paulista estava emergindo de sua crise de produção, devido ao mosaico”. (QUEDA, 1972, p. 92)

produtos importados – que se mostrou extremamente vantajoso para o estado de São Paulo.

Foi a partir do primeiro governo Vargas, nos anos 1930, que ocorreu de fato a integração dos mercados regionais, principalmente com a abolição das tarifas interestaduais, o que permitiu que empresas de um estado pudessem disputar mercados de outros estados, fazendo com que o ente federado que possuísse estrutura industrial mais robusta se aproveitasse dessa vantagem e abocanhasse mercados para além de suas fronteiras. Ainda nesse contexto de substituição de importações, surgem as indústrias voltadas para a confecção, reparos e adaptações de equipamentos pesados para as usinas, como as Oficinas Dedini em Piracicaba. (QUEDA, 1972).

Como São Paulo já detinha uma infraestrutura industrial diferenciada, essa nova situação fez aumentar os lucros de suas empresas, o que passou a atrair maiores investimentos nacionais e internacionais, demandando maiores investimentos públicos em energia e transporte, exercendo maior poder de atração a trabalhadores nacionais e estrangeiros que se dirigiam ao país, aumentando seu mercado interno e sua demanda por produtos. Enfim, criou-se um círculo econômico virtuoso que fez com que a indústria paulista – incluída a agroindústria canavieira – se confirmasse como a maior indústria do país. (QUEDA, 1972).

O sentimento de que os paulistas vinham sendo beneficiados com a falta de regulação da produção de açúcar, latente nos usineiros e na elite política de Pernambuco desde o início dos anos 1920, se aprofunda com a crise de 1929 e provoca uma ação mais organizada dos pernambucanos na defesa da ideia de que era necessária a implantação de uma política consistente de controle da produção nos estados, de modo a evitar a superprodução. (RAMOS, 1999).

A partir da revolução de 1930 e a ascensão ao poder de Getúlio Vargas, esse movimento de ideias ganha vulto, sendo que já em 1931 se verifica um conjunto de ações ainda incipientes nesse sentido, capitaneadas com a criação da Comissão de Defesa da Produção do Açúcar – CPDA, embrião do Instituto do Açúcar e do Alcool – IAA. (RAMOS, 1999)

Em 1933 é criado o IAA e se inaugura oficialmente a política de limitação da produção de açúcar no país, implementado-se as quotas de produção divididas por estado.

Essa política atingia em cheio o momento de expansão da produção na agroindústria paulista, mas isso não se configurou como algo ruim para a economia canavieira daquele estado, principalmente por dois motivos: (1) garantiu-se a estabilidade de preços, sendo esse o argumento que fez com que os usineiros paulistas aceitassem sem muitas resistências o intervencionismo estatal; (2) eliminou a disputa por novas zonas entre usinas vizinhas, o que permitiu que vultuosas somas de recursos que antes eram utilizadas para a aquisição de áreas cada vez maiores de terra fossem utilizadas para a melhoria do parque industrial.

Isso, de certo modo, fez com que os usineiros paulistas estivessem prontos a se aproveitar da política de incentivos do governo federal para a produção de álcool para ser misturado à gasolina²⁷, o que diminuiria a superprodução de açúcar. Aqueles que não possuíam destilarias acopladas as suas usinas forneciam suas quotas extra limites para as destilarias centrais de álcool do IAA, ao mesmo tempo em que eram estimulados (a partir de financiamento público) a montar suas próprias destilarias. (QUEDA, 1972).

Note-se que, sob o pretexto da limitação da produção açucareira, na década de 1930, a produção de álcool foi usada como alternativa para o sub setor, fato que acabou por auxiliar na intensificação do processo usineiro. Ao mesmo tempo em que restringia a produção de açúcar fomentando a produção do álcool, o governo buscava equilibrar as relações sociais e econômicas entre usineiros, fornecedores e trabalhadores, instituindo da Lei nº178 de 9/01/1936 que, em breve síntese, obrigava os usineiros a receber as canas de fornecedores, medida logo burlada através da absorção das cotas de fornecimento de produtores externos pela própria usina²⁸. (RAMOS, 1999).

²⁷ “Embora tenha nascido ‘não como indústria autônoma, mas como um dos remédios para o tratamento da crise açucareira’ ela mostrava, já em 1949, resultados altamente positivos alterando profundamente sua posição na economia açucareira. Naquele ano, havia no País 63 fábricas de álcool-anidro, com uma capacidade diária de 984.000 litros, quando em 1933 havia uma única destilaria com capacidade de produção diária de 12.000 litros. Em 1933, a produção era de apenas 100.000 litros de álcool anidro atingindo em 1949 cerca de 466.752.000 de litros”. (QUEDA, 1972, p. 96).

²⁸ “(...) estava em curso um processo de concentração/ centralização que tinha duplo caráter: industrial, pelo fechamento dos engenhos e concentração da produção em usinas de maior porte; fundiário, por meio das aquisições de terras feitas pelas usina e usineiros que conseguiam se sobrepor aos

O processo de concentração aprofundou-se durante a segunda metade da década de 1930, intensificando os embates entre os fornecedores (com destaque para os senhores de engenho) e os usineiros, fazendo com que a intervenção estatal aumentasse, com o intuito de estancar os conflitos. Em 1939 são concebidos instrumentos legais para regular a absorção de cotas de fornecimento pelas próprias usinas. (RAMOS, 1999).

Ao mesmo tempo em que o governo Vargas se esforçava para tentar equilibrar as relações sociais internas do complexo, atuava também para estimular o crescimento do sub setor. Em 1940 o IAA elabora uma revisão das quotas de produção de açúcar destinadas a cada estado baseadas em quatro itens primordiais: (1) na demanda; (2) nos índices de expansão da produção de cada estado; (3) na desproporção entre produção e consumo naqueles estados que compravam açúcar de outros estados; (4) na permissão de aumento de produção das usinas que tinham sua capacidade de produção sub utilizadas.

Em 21/11/1941 é editado o Decreto-Lei nº 3.855, conhecido como Estatuto da Lavoura Canavieira – ELC, que pode ser considerado, segundo Ramos “(...) o mais importante documento legal de toda a história da legislação canavieira no Brasil, (...)” (RAMOS, 1999, p. 96).

O ELC buscava fortalecer o papel dos fornecedores de cana como um dos atores no processo de produção do complexo canavieiro. Dentre seus principais pontos desçam-se: (1) a determinação que as usinas não poderiam moer mais do que 60% de canas próprias; (2) no caso de usinas que utilizassem de matéria-prima de fornecedores maior que os 40%, não poderiam reduzir esse percentual; (3) a ressalva de que as usinas que não tivessem nenhuma relação de fornecimento, que apenas usavam cana própria, ficavam dispensadas dessa obrigação de compra de 40% de fornecedores; (4) aquelas usinas que usassem menos do que os 40% determinados pelo Estatuto deveriam aumentar a participação de fornecedores externos em 2% a cada ano, até atingirem o mínimo explicitado na lei²⁹. (RAMOS, 1999).

demais. Fundamentalmente, tratava-se de um processo de expropriação que, contudo, era caótico (...).” (RAMOS, 1999, p. 92).

²⁹ “O objetivo das determinações legais deve ficar absolutamente claro: o que se queria era impedir a continuação do processo de diferenciação para baixo entre os senhores de engenho. Ou seja, dever-se-ia buscar os meios para que eles também se transformassem em usineiros, evitando que se transformassem

O aumento das quotas fixadas para cada estado seria distribuído para aquelas usinas com capacidade instalada não utilizada, sendo o restante destinadas a transformação dos antigos engenhos turbinadores³⁰ em usinas e à fundação de novas fábricas. Como resultado dessa revisão, em 1946 a quota de produção de açúcar pelas usinas em São Paulo passou para 5.000.000 de sacos de 60 kg, influenciando no crescimento do número de usinas e no melhoramento do parque agroindustrial estadual, através principalmente da transformação dos antigos engenhos turbinadores em usinas. (QUEDA, 1972).

Durante os anos da Segunda Grande Guerra, o IAA foi alterando a política de cotas na tentativa de equilibrar o abastecimento mercado interno, bastante afetado pelos efeitos gerados a partir do conflito mundial. Em essência, essas políticas procuraram de um lado aumentar as cotas para usinas já instaladas e com capacidade ociosa de produção e, de outro lado, buscavam fomentar o surgimento de novas usinas.

Foi nesse contexto que a agroindústria paulista deu um grande salto, sendo que no decorrer dos anos pós-guerra os paulistas foram galgando aumentos sucessivos de quotas, igualando na primeira metade dos anos 1950 sua produção à dos pernambucanos. Cumpre destacar que nessa época o grande diferencial paulista estava calcado no desenvolvimento de seu parque agroindustrial, que acumulava maiores avanços tecnológicos³¹ que suas coirmãs pernambucanas. (QUEDA, 1972).

O início dos anos 1960 marca a reorientação da política de cotas do IAA visando a entrada do açúcar brasileiro no concorrido mercado estadunidense, devido à interrupção no fornecimento proveniente de Cuba graças à revolução comunista naquele país. Esse fato provocou nova fase de expansão do complexo em terras paulistas, com a constituição de novas usinas e com o aumento dos limites de produção para aquelas já

em fornecedores-proprietários. Portanto, havia clareza quanto ao fato da transformação dos senhor de engenho em fornecedor da usina constituir o primeiro passo na direção de sua completa expropriação.” (RAMOS, 1999, p. 97).

³⁰ “O que caracterizava os engenhos turbinadores era a ausência de cozedores a vácuo (nos engenhos turbinadores, o cozimento é feito em tachos abertos.)”. (QUEDA, 1972, p. 103).

³¹ Sobre o emprego de tecnologia, São Paulo há muito se diferencia de outros estados produtores: “Em São Paulo, dado que a terra não vem sendo trabalhada em extensão, mas com emprego de tecnologia moderna o resultado é uma lavoura de cana-de-açúcar de padrões capitalistas com índices de produtividade mais elevados”. (QUEDA, 1972, p. 171).

existentes. (RAMOS, 1999). Como a entrada do açúcar brasileiro nos EUA não ocorreu da forma como desejavam os técnicos do IAA, uma nova crise de superprodução foi registrada nos anos 1960.

Em 1965 é editada a Lei nº 4.870, que modificava os os percentuais definidos pelo ELC para garantir a participação de fornecedores em 60% da cana utilizada para acompanhar o aumento das cotas autorizados pelo IAA. Essa lei foi a última ação institucional no sentido de “(...) continuar distribuindo os benefícios da expansão da agroindústria canavieira aos fornecedores já inseridos no complexo.” (RAMOS, 1999, p.139).

No final dos anos 1960, já sob a égide da fase de endurecimento do regime militar que assumiu o governo após o golpe de Estado de 1964, surge a Resolução nº 2.008, que definiu uma mudança de rumo na orientação do Estado em relação às preocupações sociais exposta no ELC. Além de anular o alcance das cláusulas sociais do Estatuto, a Resolução nº 2008 modificou a definição sobre fornecedores, passando a considerar como tal as empresas de acionistas das usinas, o que na prática inviabilizou a detecção da participação de fornecedores no total de cana utilizada pelas usinas. (RAMOS, 1999).

Ramos salienta que as alterações da legislação que regulava o sub setor havidas após o recrudescimento do regime militar, que foram fundamentais para as mudanças estruturais do complexo, advém da posição de hegemonia assumida no interior do complexo pelos canavieiros paulistas, capitaneada pela Copersucar “(...) verdadeiro cartel constituído para a comercialização e divulgação da produção regional, e que ganhou notoriedade exatamente naquele período.” (RAMOS, 1999, p. 159).

No início da década de 1970, na esteira das mudanças institucionais, o IAA promoveu nova política de modernização, retratada em parte pelo Decreto-Lei nº 1.186/1971 e pelo Decreto-Lei nº 1.266/1973: o primeiro facilitou a transferência de cotas de produção para aquelas usinas que possuíssem cotas maiores do que 400 mil sacos por safra; e o segundo especificou os locais onde deveriam ser destinados os financiamentos (voltados especialmente para a expansão dos canaviais). Mais tarde, houve também a adoção de uma política de subsídios de juros desses financiamentos. (RAMOS, 1999).

O principal resultado dessa nova fase de atuação do IAA na estrutura do sub setor, foi possibilitar o fechamento de unidades fabris adquiridas por um mesmo grupo, que eram mantidas em funcionamento devido à legislação anterior que buscava proteger os fornecedores de cana, oficializando a concentração da produção em unidades fabris com melhor localização e que se encontravam com capacidade produtiva ociosa, consolidando o processo de concentração em grandes grupos incorporadores, iniciado em São Paulo na década de 1950. (RAMOS, 1999).

Note-se que a política adotada pelo IAA no início dos anos 1970 estava voltada para preparar as empresas do sub setor para o atendimento da crescente demanda internacional pelo açúcar. Projeções demasiadamente otimistas davam conta de que os preços internacionais permaneceriam atrativos para a produção nacional, algo que não se confirmou. (RAMOS, 1999).

Os preços internacionais do açúcar entraram em descenso ainda na primeira metade da década de 1970, gerando uma retração nas exportações do produto justamente no momento em que as usinas paulistas estavam prontas para utilizar o aumento de sua capacidade de esmagamento da cana, situação que ameaçava lançar o sub setor em aprofundada crise. (GUEDES ET AL, 2002); (RAMOS, 2007b).

Em resposta à pressão exercida pelos grupos canavieiros, em especial os grupos paulistas, o governo militar lança o Programa Nacional do Álcool – PROÁLCOOL³², aproveitando-se da crise do petróleo para investir na produção de álcool para ser misturado ao combustível fóssil, diminuindo a dependência energética em relação ao petróleo importado (com preços determinados pela Organização de Países Produtores de Petróleo – OPEP). Dessa maneira, pôde o Estado construir uma alternativa de negócios que atendesse aos anseios³³ do sub setor, propiciando a utilização da ociosa capacidade instalada das usinas.

³² “Em meados dos anos 70 do século XX, a sustentabilidade da agroindústria canavieira brasileira esteve gravemente ameaçada pela severa depressão dos preços internacionais do açúcar (...). Nesse ambiente, o forte e eficiente grupo de interesses dessa agroindústria defendeu a criação de um amplo e ambicioso programa de subsídios públicos que incorporou a questão ambiental e a necessidade de uma política energética sustentável. Esse expediente criou as bases para um novo padrão de sustentabilidade que perdurou até metade dos anos 80.” (GUEDES ET AL, p. 311-312, 2002).

³³ O Estado, como de costume, atendendo as demandas dos proprietários: “(...) em períodos em que o mercado externo deixava de ser atraente, parte dessa agricultura patronal passava a pressionar intensamente o Estado

Para o período de expansão pós 1975, o PROÁLCOOL passa a ter importância vital no padrão de desenvolvimento do sub setor, que pode ser caracterizado como uma modernização não homogênea combinada com uma evolução diferenciada, concentrada nas usinas instaladas no Centro-Sul do país, em especial, no estado de São Paulo. (RAMOS, 2002).

Em suma, o PROÁLCOOL significou a garantia de preços pelo Estado para a realização da produção de álcool, à semelhança da política estatal implementada no início da década de 1930 para sustentar a expansão do sub setor, baseada principalmente no auto abastecimento de cana para moagem, na adaptação das usinas já instaladas para a fabricação de álcool e na construção de novas³⁴. Além disso, as vantajosas condições de financiamento subsidiado pelo Estado, constante no Decreto nº 76.596 de 14/11/1975 (que instituiu o PROÁLCOOL), financiaram também a infraestrutura de estocagem de álcool nas destilarias. (RAMOS, 1999).

Isso se torna mais claro quando se verificam os dados de média de cana moída em São Paulo nas safras 1974/1975 – 1975/1976, de 32.648,30 (em mil toneladas); e nas safras 1979/1980 – 1980/1981, de 62.878,51 (em mil toneladas); num aumento percentual de 92,59 pontos entre os dois períodos. Em se observando a participação percentual em relação ao total de cana moída no estado em relação ao total de cana moída na região Centro-Sul, o resultado varia entre 72,94 e 78,18 pontos considerados os dois períodos em análise. (RAMOS, 2002).

A segunda fase do Programa se inicia com a segunda crise do petróleo, em 1979, e tem como objetivo produzir álcool combustível para abastecer unidades automotoras exclusivamente movidas a álcool. Com o fim da crise do petróleo (1986) e com a paulatina diminuição de financiamento do Estado, a produção de veículos movidos a álcool foi decaindo, passando de 94,4% do total de veículos produzidos em 1984 para 10% em 1990. (SEGATTI, 2009).

para que os preços internos lhe garantisse os mesmos níveis de captação de renda corrente até ali obtidos via exportação.” (VEIGA, 1991, p. 197).

³⁴ “A estrutura do complexo foi resguardada e reforçada pelo Proálcool, já que se tomou o cuidado de se dificultar a instalação de destilarias autônomas onde elas fossem competir com as usinas na obtenção de matéria prima. Nos locais onde isso não ocorresse, os proprietários fundiários puderam instalar tais destilarias. Assim, convém insistir que, conforme já foi demonstrado, é a propriedade fundiária que permitiu o acesso às benesses do Estado e à constituição de usinas e/ ou destilarias.” (RAMOS, 1999, p. 174).

Entre os anos de 1975 e 1986 verifica-se um forte crescimento da produção de álcool, graças às políticas implementadas pelo PROALCOOL, alicerçado na expansão das áreas cultivadas por cana e também na modernização da atividade, através da utilização intensa de tecnologia. Esse crescimento acabou por repercutir em favor da concentração de renda; (ANDRADE, 1994); da concentração industrial através da concentração do capital das usinas (através de aquisições e unificação entre capitais); e da concentração fundiária (RAMOS, 2007b).

Entre meados dos anos 1980 e até o final dos anos 1990 o consumo de álcool sofre reiteradas oscilações, situação revertida a partir do início dos anos 2000 (mais precisamente em 2003) quando do lançamento dos veículos equipados com motores flexíveis – que rodam movidos a etanol e/ ou a gasolina. Esse fato possibilitou a agroindústria canavieira recuperar sua posição no mercado de combustíveis automotores, experimentando substancial incremento na demanda. (TRENNEPOHL, 2010).

Os anos 1990 representam uma nova fase na economia brasileira, marcada pelo processo de abertura econômica e por um forte processo de desestatização. No âmbito do sub setor canavieiro, se verifica o início de um processo de desregulamentação; de concentração de capital (que se intensificou em meados dos anos 2000); e também da produção em pequeno número de empresas de grande porte. Nesse contexto, as diferenças entre empresas situadas em diferentes estados produtores se aprofundam.

De fato, o processo de desregulamentação do sub setor tem início em fins do ano de 1988 com o fim do monopólio do governo federal para as exportações de açúcar, assim como o fim da política de cotas para a comercialização do produto no mercado interno. Em março de 1990 é extinto o IAA e as cotas para a produção do açúcar deixam de existir em 1991. No final dessa década (mais precisamente entre os anos de 1997 e 1999) foram liberados os preços primeiro do açúcar, do álcool e finalmente da cana. É nesse momento que se concretiza um movimento ensaiado ainda nos anos 1950 pelos usineiros paulistas de extinção do IAA e o conseqüente fim da intervenção do Estado no mercado canavieiro, pretensão contida pela força política de usineiros pernambucanos e fluminenses, que conseguiram manter a atuação direta do Estado nesse mercado até praticamente o final do século XX. (SZMRECSÁNYI; MOREIRA, 1991).

As principais características do sub setor no início dos anos 1990 são a heterogeneidade da produção, produção restrita, praticamente, a cana, ao açúcar e ao álcool, competitividade baixa entre as empresas, baixos salários, aumento da produção baseada na expansão extensiva; tudo isso resultado da forte intervenção estatal que foi, paulatinamente diminuída a partir do final da década de 1980. (RAMOS, 2002); (BELIK; VIAN, 2002).

Mas é entre os anos de 1998 e 2000 que oficialmente ocorre à desregulamentação do mercado sucroalcooleiro, com o Estado não mais intervindo diretamente no setor e iniciando o período de reestruturação da agroindústria canavieira.

É exatamente no sentido de possibilitar a sustentação do sub setor que, mesmo economistas liberais defendiam (e ainda defendem) considerável nível de intervenção³⁵ do Estado, especialmente com a adoção de mecanismos tributários que permitissem a elevação (artificial em relação das leis de mercado) dos preços da gasolina e a manutenção dos preços do etanol em níveis que tornassem possível a remuneração do capital investido na sua produção. (DIAS ET AL, 2002). Foi isso o que se viu nos últimos anos do segundo governo Cardoso (1998-2002).

Contudo, apenas com o início das vendas de automóveis equipados com motores flexíveis (movidos a etanol e/ ou a gasolina), em 2003, e o consequente aumento da demanda, é que o etanol se torna um produto atrativo para o capital, sendo observado a partir desse ano um grande esforço de grupos empresariais nacionais e internacionais na busca pelo controle e pela monopolização da produção e comercialização do etanol, não se reconhecendo nenhuma barreira que impeça – ou prejudique – as corporações de atingirem esses objetivos, sejam essas barreiras as econômicas, as políticas, as ideológicas ou as institucionais. (CARVALHO, 2007).

Além das questões empresariais, esse processo de reorganização atende também a interesses do Estado, uma vez que as exportações crescentes do setor primário da

35 Importante observar que, segundo o pensamento liberal, não há contradição nas posições de economistas liberais – ou neoliberais – quando esses vociferam a intervenção do Estado sempre que se fizer necessária a defesa dos interesses dos proprietários. Socorre-se, nesse sentido, em Losurdo, para descrever a tradição do pensamento liberal: “O Estado é ‘mínimo’, porque não deve intervir nas relações de propriedade existentes; mas, no restante, a autoridade política não está em discussão. Até mesmo quando com Constant é evidenciada a sua orgânica dependência com respeito à riqueza, isso, longe de constituir motivo de denúncia, vale, no caso, como confirmação do seu correto funcionamento, diríamos, como sociedade anônima, no âmbito da qual o governo é uma espécie de conselheiro-delegado dos proprietários-acionistas.” (LOSURDO, 1998, p.125).

economia (com destaque para o setor sucroalcooleiro) vêm auxiliando no equilíbrio do Balanço de Pagamentos, porém apresentando como efeito indesejado a reprimarização da economia brasileira, gerando ampliação da desigualdade social com possibilidade de aumentos inflacionários – dado que essa situação causa pressão sobre os preços agrícolas. (DELGADO, 2009).

Com a concentração e a internacionalização³⁶ do capital, iniciou-se a reestruturação interna da agroindústria, fundada em dois pontos principais: a forma de administração, que se constitui na troca do modelo de administração familiar pela adoção do modelo gerencial (próprio de empresas de ponta da indústria e do mercado financeiro); e o paradigma produtivo, que passou a se adequar às exigências institucionais nas relações trabalhistas e em relação às questões ambientais, principalmente através da intensiva mecanização.

A reestruturação da agroindústria abrange as divisões internas de produção de matéria-prima, de indústria e de administração da agroindústria, apresentando-se como parte da reestruturação que objetiva o aumento da produtividade, melhoria da qualidade dos produtos e redução de custos, características próprias de um empreendimento industrial competitivo. É baseada na intensa utilização de tecnologia, resultando na introdução da mecanização em todas as fases do ciclo produtivo; no uso de novos produtos químicos para a produção³⁷; na adoção de plataformas informatizadas e na automação microeletrônica no controle do processo industrial; na diversificação da produção industrial; no uso de rigorosos sistemas de controle de qualidade nos processos industriais; na terceirização de determinadas etapas da produção; e na implantação de atualizadas políticas de recursos humanos. (SCOPINHO, 2000).

Nesse contexto de profundas mudanças, o país voltou a ser – na segunda metade dos anos 2000 – um relevante ator nos negócios mundiais nesse sub setor, sendo

36 “O processo de internacionalização envolvendo a cultura canavieira vem ganhando contornos novos, no circuito do qual, usinas sustentadas por relações familiares têm fechado, o que tem prejudicado os pequenos municípios que têm sua vida econômica norteada pela presença das agroindústrias e agravado as condições, já difíceis, dos trabalhadores rurais que vivem da cana.” (FERRANTE ET AL, 2008, p. 21).

37 “No setor agropecuário, mais do que em qualquer outro, tais transformações e o progresso técnico que delas deriva dependem fundamentalmente de alterações já foram tentadas no passado na agroindústria canavieira do Brasil, mas sem qualquer êxito, já que sua estrutura fundamental vem mantendo-se praticamente a mesma desde os tempos coloniais. Agora, porém, elas estão tornando-se inadiáveis para garantir a sobrevivência e o desenvolvimento desse importante segmento da economia nacional”. (SZMRECSÁNYI, 2002, p. 119).

responsável por 32% do total de cana-de-açúcar produzida no mundo, por 33% da produção mundial de etanol, e por 19% da produção global de açúcar. (CUNHA FILHO, 2009).

Importante destacar que, com relação à produção da agroindústria, em que pese o sensível aumento da produção de álcool entre as safras de 1990/1991 e 2006/2007 – de 11,52 bilhões de metros cúbicos para 17,76 bilhões respectivamente – a produção de açúcar variou mais intensamente, passando de 7,37 milhões de toneladas para 29,68 milhões de toneladas respectivamente. (MATOS ET AL, 2008).

A segunda metade da década de 2000 marca um novo período de crescimento do sub setor, com um importante aumento do interesse do capital internacional em aportar investimentos no Brasil com vistas a explorar o crescente mercado interno de etanol e os bons preços do açúcar no mercado internacional, conjugado com a utilização em escala comercial dos demais produtos da cana, em especial da geração de energia elétrica a partir do bagaço e do desenvolvimento da sucroquímica.

Nota sobre o PAS

Há um estatuto legal vigente que obriga as usinas a aplicarem parte de seu faturamento em ações e programas sociais. É a lei nº 4.870/ 1965 que determina os percentuais que devem ser recolhidos pelas usinas, destilarias e fornecedores de cana-de-açúcar, sobre aquilo que foi produzido e comercializado, nas seguintes proporções: 1% do preço oficial do saco de açúcar; 2% do total do valor oficial do litro de etanol; e 1% sobre a tonelada de cana.

Esses percentuais sobre o total dos principais produtos do sub setor compõe os recursos financeiros do Programa de Assistência Social – PAS, programa composto de ações sociais voltados aos trabalhadores do sub setor, especialmente nas áreas de higiene e saúde, educação profissional e média, esporte e cultura, habitação, recreação, assistência alimentar, entre outras. (JORNAL CANA, 2013).

Essa lei foi promulgada em 1965, e permanece vigente, em que pese a extinção do IAA, órgão estatal responsável pela fiscalização de sua aplicação. Esse fato gerou intensa polêmica, pois, de um modo geral, as empresas do sub setor consideravam que

com a extinção do IAA a lei perderia sua eficácia, tendo que ser considerada, então, também extinta³⁸.

Desse modo, o recolhimento do percentual estabelecido pela lei deixou de ser realizado, o que gerou um passivo considerável. Esse assunto permaneceu latente durante alguns anos, porém voltou a ser abordado no final da década de 1990, pois entidades sindicais e organizações da sociedade civil passaram a questionar o Estado sobre o cumprimento do dispositivo legal.

O entendimento jurídico majoritário, que vem se sedimentando nos tribunais, é que o PAS não é uma obrigação tributária e sim um direito dos trabalhadores³⁹, uma vez que a Lei determina que os recursos descontados do sub setor sejam aplicados diretamente em ações voltadas diretamente ao trabalhador canavieiro, não afetando o princípio da isonomia, pois entendem os magistrados e os membros do Ministério Público que os trabalhadores da cana vivem situação especial, devido a natureza penosa de seu ofício⁴⁰.

Em sendo considerado um direito do trabalhador, o argumento comumente utilizado pelas empresas canavieiras de que a extinção do IAA promoveu, por extensão, a extinção da Lei, não prospera, principalmente porque a o desaparecimento do Instituto

³⁸ “Entendeu-se que, com a extinção do IAA – Instituto do Açúcar e do Alcool – produtores de cana, de açúcar e de etanos estariam desobrigados em investirem em serviços de assistência médica, hospitalar, farmacêutica e social de seus trabalhadores. Mas as decisões dos tribunais matem esta obrigatoriedade, o que faz com que as usinas, destilarias e produtores de cana tenham que prestar conta dos investimentos feitos de acordo com a Lei 4870 que criou o PAS – Plano de Assistência Social”. (JORNAL DA CANA, 2013).

³⁹ “Em síntese, a diferenciação entre a obrigação tributária do artigo 35 e a obrigação trabalhista do artigo 36 decorre, sobretudo, do sujeito ativo. Enquanto o artigo 35 veiculava contribuição devida à União para composição da receita do extinto IAA, o artigo 36 traduz imposição devida aos trabalhadores industriais e agrícolas das usinas, das destilarias e dos fornecedores do setor canavieiro.” (TAKAHASHI, 2012).

⁴⁰ “O que se observa, assim, é que o artigo 36 da Lei nº 4.870/65 traduz em uma obrigação trabalhista a cargo de uma categoria específica de empregadores ou tomadores de serviço: os produtores de cana, açúcar e álcool. Tais são os sujeitos passivos da obrigação que devem aplicar recursos diretamente ou por meio de associações de classe, mediante plano de sua iniciativa a ser submetido à aprovação e à fiscalização do IAA (§ 1º) ou então mediante depósito em conta vinculada em estabelecimento indicado pelo órgão específico da classe dos fornecedores e à sua ordem (§ 2º). O sujeito ativo seriam os próprios trabalhadores, .” (TAKAHASHI 2012).

não tem impacto na vigência da Lei⁴¹. Além disso, é comum à magistratura tratar direitos sociais como direitos garantidos pela Constituição, considerando esses direitos inscritos em cláusula pétrea, ou seja, em cláusula Constitucional que não pode ser modificada nem mesmo através de Emenda Constitucional.

Mais precisamente, o fato de ter ocorrido a desregulamentação do sub setor não afasta a obrigatoriedade do cumprimento da Lei, com destaque para o PAS, afinal esse direito não está diretamente ligado à necessidade de uma intervenção estatal, considerando-se que é um direito social voltado trabalhadores canavieiros, tem fonte determinada de custeio que independe de recursos estatais, tendo o Estado o papel de fiscalizar sua aplicação e nada mais. (TAKAHASHI, 2012).

A celeuma em torno do PAS motivou uma intensa movimentação do Ministério Público do Trabalho que ajuizou inúmeras ações na justiça cobrando a aplicação da Lei 4870/65. Esse movimento provocou reações tanto no seio do sub setor, quanto no governo federal.

No sub setor já há discussões tanto no sentido da defesa judiciária daquelas empresas que foram condenadas a prestar os serviços previstos no PAS, quanto no meio político, aglutinando suas forças para modificar a Lei. As principais discussões giram em torno do artigo 36, que preocupam os empresários com destaque para dois motivos: a perda de lucros no sub setor devido aos descontos no faturamento; e às decisões judiciais que tem obrigado as empresas, em alguns casos, a arcar com custos altos de ressarcimento de direitos⁴². (MAPA, 2012).

⁴¹ “De outro giro, na seara dos direitos humanos fundamentais vige o princípio do não retrocesso social, agora previsto expressamente no Pacto de São Salvador, ratificado recentemente pelo Brasil. Por esse pacto, os direitos fundamentais, uma vez reconhecidos e implementados, não admitem retrocesso e, além disso, devem, obrigatoriamente, ser reconhecidos progressivamente pelos países signatários.” (TAKAHASHI 2012).

⁴² “O presidente Luiz Custódio fez um histórico das circunstâncias que levaram à edição da Lei 4870/65, lembrando que o modelo época se encontra ultrapassado, (...). Então, Francesco complementou que há um consenso quanto à revogação do art. 36. (...). O representante da ÚNICA lembrou que o art. 36 tem criado enormes prejuízos ao Setor, não só com relação aos tributos, mas também com os custos associados às demandas judiciais advindas dos questionamentos. O Presidente informou que o assunto está em fase final de análise por parte da Consultoria Jurídica do MAPA”. (MAPA. 2012, p. 3).

Com relação ao governo federal, o assunto tem sido tratado de forma sistemática, tanto em reuniões internas de governo como nas reuniões setoriais com a participação de representantes do sub setor. Além dessas discussões, o resultado das decisões judiciais obrigou o governo a se adequar para cumpri-las. Tanto assim que o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA – e o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE – constituíram grupos conjuntos de fiscalização para acompanhar o cumprimento da Lei, especificamente na implantação dos projetos previstos no PAS.

Essas ocorrências, comuns à época da existência do IAA, ao que parece sobrevivem na propagandeada ação que empresas do sub setor desenvolvem socialmente, dando a entender que usineiros são empreendedores bastante preocupados com a questão social do mundo que os cerca, não sendo raro verificar a construção de campos de futebol nos arredores das usinas; estímulos diversos à prática desse esporte como a doação de jogos de camisas aos times formados por trabalhadores canavieiros; doação de veículos a entidades de caridade do município e toda a sorte de benemerências; além do patrocínio das atividades em defesa do meio-ambiente, como palestras e outros meios de mobilização pública.

2.2. O sub setor no município de Pradópolis

Pradópolis é um município paulista, localizado na mesorregião de Ribeirão Preto, Região Noroeste do estado de São Paulo, região que concentra a agricultura de maior valor comercial do estado, sobretudo dos complexos agroindustriais da cana-de-açúcar e da laranja. (JÚLIO ET AL, 2006).

A partir da década de 1870 a região viveria grande transformação, principalmente por causa da procura de novas terras pelos cafeicultores que viviam o esgotamento das terras do Vale do Paraíba. É nessa década que dois importantes empreendedores ligados ao café chegam à região para avaliar a potencialidade de seu solo.

Em 1876 o agrônomo Luís Pereira Barreto coletou amostras de terra da região e enviou-as à Europa para uma cuidadosa análise, publicando os resultados extremamente positivos. Martinho Prado explorou a região em 1877 e publicou artigos

propagandeando as qualidades do solo da região para o plantio do café. Em resposta aos esforços de Martinho Prado, em 1880 a região vive uma verdadeira invasão de compradores de terras vindos de outras regiões de São Paulo e do estado do Rio de Janeiro, interessados no estabelecimento de grandes fazendas de café. (WALKER; BARBOSA, 2002).

Em 1883 foi inaugurada a linha férrea de propriedade da Companhia Mojiana, interligando Ribeirão Preto a Campinas e a cidade de São Paulo, fato que foi decisivo no vertiginoso crescimento da região. A prosperidade agrícola incentivou o crescimento do comércio e da indústria, transformando Ribeirão Preto num polo para vendedores e comerciantes na região nordeste do estado.

Uma das mais relevantes mudanças promovidas pelo desenvolvimento econômico sustentado pelo café na região foi sua composição étnica, pois foi a imigração europeia que propiciou os braços para o trabalho na cultura do café, uma vez que a abolição da escravidão impossibilitou o uso da força de trabalho escrava. Provenientes principalmente da Itália, da Espanha e de Portugal, os estrangeiros respondiam por 41,83% da população local em 1912. (WALKER; BARBOSA, 2000).

A imigração se constitui como uma parte importante na composição do conjunto de fatores que estruturaram a empresa capitalista do café na região, juntamente com a instituição do crédito proveniente de capitais europeus e estadunidenses. Mão de obra livre, crédito estrangeiro, produção voltada à exportação, são características que fizeram das fazendas de café do Oeste paulista empresas capitalistas avançadas, controladas por Senhores que desempenhavam o duplo papel de proprietários/ produtores e comerciantes. (GNACARINNI, 1980).

A década de 1920 marcou o declínio da economia do café, num conjunto de fatores dos quais se destacam a superprodução e a crise econômica mundial de 1929, que impactou negativamente a economia da região, porém possibilitou o crescimento de outras atividades que se desenvolviam à sombra do café e que, com sua derrocada, puderam progredir, fazendo com que a região superasse de maneira satisfatória o baque da economia cafeeira, diversificando a agricultura e a atividade industrial, com destaque para a atividade canavieira. (ELIAS, 2003).

A rápida substituição de culturas contribuiu para que a região se caracterizasse como grande produtora de matéria-prima para o já arraigado parque industrial, que passou a viver um período de expansão. Nesse sentido, a agroindústria desenvolveu papel relevante na transmutação empresarial que sofreu a propriedade agrícola, aproveitando e modernizando a experiência da produção em larga escala do café do início do século XX para outras culturas, entre elas a laranja e, em especial, a cana-de-açúcar. (SCOPINHO, 1995).

A década de 1960 marca a superação do antigo sistema produtivo da agricultura, baseado nas formas mais tradicionais de produção, com instrumentos rudimentares e relações de trabalho, que ainda guardavam características advindas do regime de colonato⁴³. No período de intensa modernização tecnológica na agropecuária de forma geral, a região de Ribeirão Preto se transformou numa área com intenso desenvolvimento urbano, modificando as relações econômicas e sociais, em especial na divisão social e territorial do trabalho agrícola, que influenciou na forma com que as cidades da região se organizaram para atender às novas demandas da atividade econômica modernizada instalada em seus territórios, o que gerou um novo sistema urbano, mais diferenciado e complexo do que o existente na primeira metade do século XX. (ELIAS, 2003).

As rápidas transformações resultantes do processo de modernização da produção agropecuária fizeram com que em pouco mais de uma década a atividade econômica da região se reorganizasse, de tal modo que atingiu alto grau de especialização na produção de poucas culturas agrícolas, resultando em maior rentabilidade financeira e maior integração com as modernas agroindústrias⁴⁴. Dentre os mais relevantes impactos dessa

⁴³ “Desenvolveu-se o colonato, devido, principalmente, às políticas de intensificação da imigração italiana. A concessão de terras aos colonos garantia a mão de obra necessária ao desenvolvimento da cultura do café, assim como possibilitava a produção de outros gêneros alimentícios, através das culturas intercalares.” (SCOPINHO, 1995, p. 22).

⁴⁴ “O processo de modernização da agricultura modificou radicalmente o perfil do setor industrial, com a expansão da agroindústria a se caracterizar como um dos elementos centrais desse processo, dada a crescente interdependência da agricultura regional com vários segmentos industriais que compram seus produtos, assim como lhe vendem insumos. Muitos embora a presença dos setores industriais de transformação de produtos agrícolas seja bastante antiga na região em estudo, é somente a partir de meados da década de 1960 e de forma intensa na década de 1970 que ocorre maior desenvolvimento do setor.” (ELIAS, 2003, p. 132)

nova configuração, destacam-se a substituição da tradicional cultura de alimentos, processo verificado em todas as cidades da região, o que foi fundamental para atrelar a atividade agrícola às necessidades das agroindústrias, os motores da economia regional. (ELIAS, 2003).

No início da década de 1970 ainda era possível observar alguma diversificação na produção agropecuária na região quando se levava em conta a área plantada: milho (28,5%); cana-de-açúcar (21%); arroz (13,5%); e algodão (11%). A situação se modifica uma década depois, sendo que a área plantada passa a ser ocupada pelas culturas destinadas ao abastecimento de matéria-prima da agroindústria: cana-de-açúcar (33%); soja (20%); citrus (14,5%); café (10%). (ELIAS, 2003).

Os impactos das políticas implementadas pelo PROÁLCOOL, a partir de meados da década de 1970, foram relevantes para a organização da produção agropecuária na região. Muito embora se observe um crescimento generalizado na produção de cana-de-açúcar em todo o país, com destaque para o estado de São Paulo, é na região de Ribeirão Preto que os investimentos se concentraram, principalmente por causa da tradição no cultivo da cana; do alto desenvolvimento tecnológico na agroindústria sucroalcooleira; e da expansão de área para a produção, o que fez a região suplantar a região de Campinas no topo do ranking de maior região produtora do Brasil⁴⁵. (ELIAS, 2003).

Tabela 1: Participação das regiões de Campinas e Ribeirão Preto na produção de cana-de-açúcar no estado de São Paulo (em %).

ANO	REGIÃO ADMINISTRATIVA	
	CAMPINAS	RIBEIRÃO PRETO
1950	52,5	32,5
1960	44,0	30,5
1970	37,5	33,5
1975	31,0	36,5
1980	25,5	41,0

Fonte: Próprio autor, com base nos dados de ELIAS, 2003.

⁴⁵ “Independentemente do tipo de análise que se queira realizar, temos que considerar o Proálcool como um marco referencial para o processo que se desenvolve na região de Ribeirão Preto nestes últimos vinte e cinco anos, quando as instâncias de cooperação (circulação, distribuição, consumo, entre outros) do processo produtivo passam a primar sobre as instâncias técnicas (a produção propriamente) na formação da mais-valia no setor canavieiro.” (ELIAS, 2003, p. 147).

O PROÁLCOOL fomentou a grande expansão da agroindústria da cana na região, fortalecendo a posição de principal responsável pelo crescimento econômico, desigual e concentrador de renda, em torno da qual se organizaram a vida socioeconômica e política dos municípios da região⁴⁶.

O desenvolvimento do sub setor na região foi possível graças ao uso intensivo de capital aliado ao desenvolvimento tecnológico e de informação, promovendo a acumulação de capital num ritmo bastante acelerado e propiciando a concentração de capital, concentrando também riqueza, o que no caso da agroindústria canavieira se concretiza na posse da terra para a produção de matéria-prima (cana) e até na fabricação de maquinário para a transformação industrial. Isso permite corroborar a dimensão da influência da agroindústria canavieira na evolução econômica, territorial e, até mesmo, demográfica nas cidades onde se encontram instaladas suas unidades produtivas. (ELIAS, 2003).

Juntamente com a concentração de riqueza acontecem os problemas socioeconômicos que também caracterizam a região, muito embora, no mais das vezes, esses problemas sejam escamoteados pela visão enviesada do sucesso do sub setor, com seu ufanismo exagerado sobre a ideia de que a agroindústria canavieira é a grande promotora de benefícios econômicos e sociais, disseminando o bem-estar nos municípios onde se encontram instaladas suas usinas⁴⁷.

A região de Ribeirão Preto inicia a década de 2000 com aumento de produtividade por área plantada, diferentemente do que ocorreu em outras regiões do estado de São Paulo, onde o fenômeno do aumento da produção de cana está diretamente ligado a expansão de área ocupada pelo plantio de cana.

⁴⁶ “(...) na região de Ribeirão Preto, se por um lado o Proálcool fomentou o crescimento econômico, por outro, contribuiu para acentuar as desigualdades sociais, já que esse crescimento seguiu unicamente a lógica da obtenção e acumulação de lucros. (...), o Proálcool abriu definitivamente as portas para a consolidação das relações de produção capitalistas na agricultura de Ribeirão Preto.” (SCOPINHO, 1995, p. 32).

⁴⁷ “A cidade, como lócus privilegiado para a difusão de inovações e da econômica e consumo globalizados, tornou-se também centro de todas as frustrações e desesperanças que afligem o homem contemporâneo, fato esse provocado por tantas desigualdades sociais, econômicas e espaciais que envenenam o cotidiano e tronam as pessoas individualistas, as quais visam muito mais à satisfação do consumo do que a conquista da cidadania.” (ELIAS, 2003, p. 352).

Analisando a expansão da área de cultivo da cana-de-açúcar, a partir dos municípios constituintes dos Escritórios de Desenvolvimento Regional – EDR – da região de Ribeirão Preto⁴⁸, verifica-se que a área agricultável apresenta-se saturada devido a expansão ocorrida na década de 1990, período no qual a região apresentou taxa de variação média de 24,53%. Já entre os anos de 2000 a 2007, essa taxa variou em 2,61%, pelo fato de que a cana já ocupava grande área de terras agricultáveis na região. (FRONZAGLIA, 2007).

Figura 1: Mapa da divisão do estado de São Paulo por Escritórios de Desenvolvimento Regional – EDR.



Fonte: IEA: <http://www.iea.sp.gov.br/out/banco/mapas-edr-ra.php>. Acessado em 09 de junho de 2013.

⁴⁸ “ O Escritório de Desenvolvimento Rural (EDR) de Ribeirão Preto engloba os municípios de Brodósqui, Cajuru, Cássia do Coqueiros, Cravinhos, Dumont, Guatapará, Jardinópolis, Luis Antônio, Pontal, Pradópolis, Ribeirão Preto, Santa Cruz da Esperança, Santa Rita do Passaquatro, Santa Rosa de Viterbo, São Simão, Serra Azul, Serrana e Sertãozinho.” (IEA, 2007, p.1).

Tabela 2: Evolução de Área para corte e Produção de cana-de-açúcar no EDR de Ribeirão Preto.

ANO	ÁREA PARA CORTE (em ha)	PRODUÇÃO (em t)
2000	294.873,00	21.497.598,00
2001	283.550,00	20.640.598,00
2002	286.765,00	21.552.550,00
2003	286.813,00	21.649.660,00
2003	290.563,00	22.189.660,00
2005	296.913,00	22.699.660,00
2006	301.063,00	23.645.410,00
2007	315.413,00	24.686.475,00
2008	351.844,60	28.845.565,50
2009	367.283,30	31.322.534,50
2010	362.583,50	29.926.410,00

Fonte: Elaborado pelo próprio autor, a partir de dados do IEA, 2013.

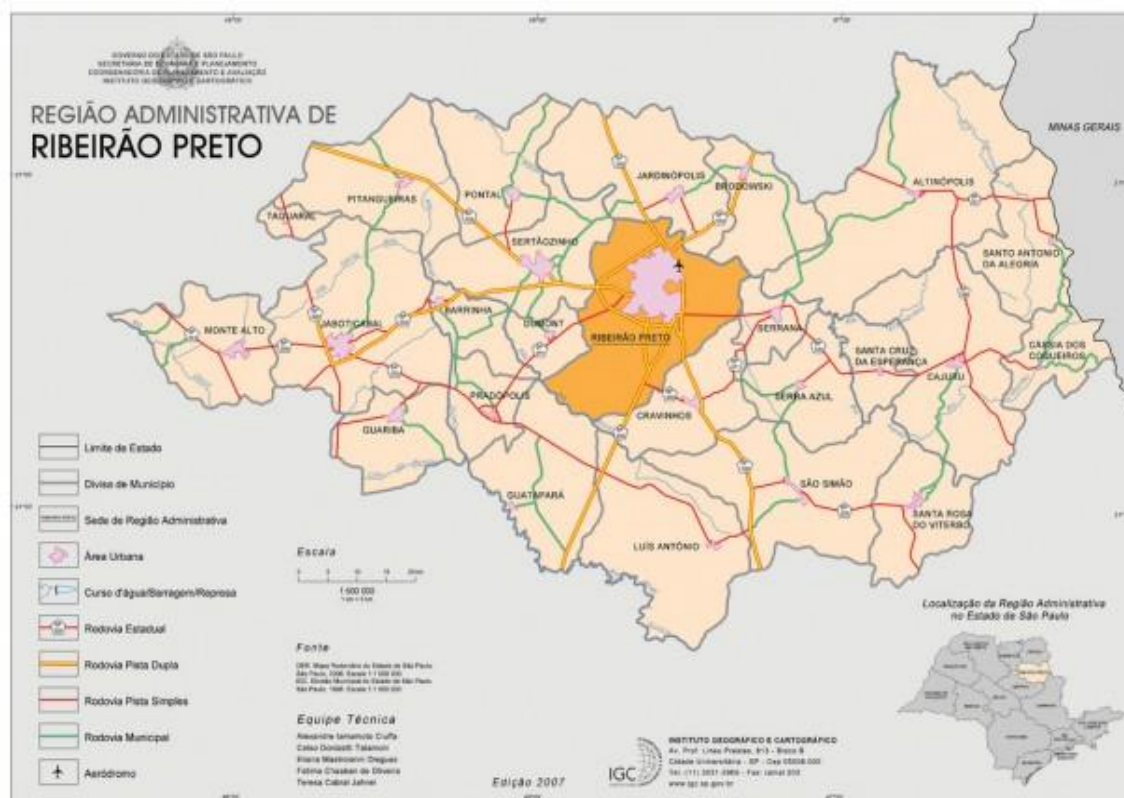
Analisando-se a expansão da lavoura de cana a partir dos municípios da Região Administrativa – RA – o aumento tanto de área para corte quanto de produção são ainda mais visíveis. A variação referente ao aumento de área foi de 80,98% no período de 2000 a 2010. No mesmo período, a variação na produção foi de 70,09%.

Figura 2: Divisão do estado por Região Administrativa – RA.



Fonte: IEA. <http://www.iea.sp.gov.br/out/banco/mapas-edr-ra.php>. Acessado em 09 de junho de 2013.

Figura 3: RA de Ribeirão Preto



Fonte: www.igc.gov.br/produtos/mapas_ra.aspx?ra=5

Tabela 3: Evolução da Área para corte e da produção de cana-de-açúcar na RA de Ribeirão Preto.

ANO	ÁREA PARA CORTE (em ha)	PRODUÇÃO (em t)
2000	387.053,00	28.410.398,00
2001	381.745,00	28.622.800,00
2002	384.645,00	30.136.950,00
2003	384.758,00	30.457.260,00
2004	388.308,00	30.555.260,00
2005	397.028,00	31.188.860,00
2006	400.838,00	31.677.710,00
2007	414.728,00	33.321.475,00
2008	447.214,60	36.907.655,50
2009	479.171,30	41.401.374,50
2010	477.948,50	40.531.435,00

FONTE: Elaborado pelo próprio autor, a partir de dados do IEA 2013.

2.2.1. A família Prado e a fundação do município de Pradópolis

O surgimento do município de Pradópolis está ligado diretamente à história da família Prado no Brasil. A trajetória dessa família se inicia com a chegada de seu fundador, Antônio da Silva Prado⁴⁹, a São Paulo na primeira década do século XVIII.

Os Prado desempenharam papel relevante no processo de mudanças econômicas e sociais na capitania, ocorridas a partir dos anos 1770, quando figuras proeminentes da economia regional, simbolizadas pelo fazendeiro primitivo e pelo bandeirante desbravador e oportunista, são paulatinamente substituídas por personagens dos novos tempos: os fazendeiros que exploravam racionalmente suas terras e os comerciantes itinerantes. (LEVI, 1977).

Antônio Prado se estabeleceu na pequena vila de Parnaíba, juntou terra e dinheiro, se aventurou na procura de ouro em Goiás e construiu uma sólida rede de amigos influentes, o que garantiu que seus descendentes pudessem continuar prosperando em terras paulistas. O primeiro Martinho Prado (1722/23-1770) foi seu herdeiro mais importante, tendo ocupado consideráveis cargos na estrutura de Estado, na cidade de Jundiaí, localidade onde se estabeleceu depois da morte de seu pai e onde amealhou terras, dinheiro e influência. (LEVI, 1977).

A segunda geração da família Prado intensificou suas atividades políticas, expandindo decididamente sua rede familiar, através de casamentos com importantes membros de famílias igualmente influentes. Os membros mais proeminentes desse período foram dois dos oito filhos do primeiro Martinho Prado, o segundo Antônio Prado e seu irmão mais novo Eleutério, que inauguraram a bem sucedida permanência desse ramo da família na principal cidade do estado, São Paulo. Foi o segundo Antônio Prado quem ocupou cargos políticos relevantes na São Paulo do final do século XVIII e quem desenvolveu atividades econômicas bem-sucedidas como empreendedor mercantil urbano, atuando como no comércio e nas finanças, como credor. (LEVI, 1977).

⁴⁹ “O fundador da família da Silva Prado, foi o sargento-mor Antônio da Silva Prado, que chegou a São Paulo de sua nativa cidade do Prado, Portugal, na primeira década do século dezoito. (...), um dos primeiros atos de Antônio da Silva Prado foi estabelecer ligações familiares na nova terra. Em algum dia, antes de 1710, ele se casou com Felippa do Prado, membro de uma família cujas origens em São Paulo datavam do século dezesseis e incluíam muitos bandeirantes notáveis em suas fileiras. A primeira esposa de Antônio da Silva Prado morreu em data desconhecida, provavelmente antes de 1720, e ele se casou com Francisca de Siqueira Moraes, também de uma antiga família da alta classe paulista.” (LEVI, 1977, p. 49-50).

Com a morte do segundo Antônio Prado (1793), a família tratou de se reorganizar em torno da manutenção da fortuna angariada por Antônio, através do casamento de sua esposa, Ana Vicenta (1768/69-1854), com seu irmão mais novo Eleutério. Mantida resguardada a herança do segundo Antônio, pôde Eleutério se dedicar aos seus importantes afazeres públicos e a uma atividade que marcaria esse ramo da família durante os séculos subsequentes: o plantio de cana e o comércio de açúcar⁵⁰.

A terceira geração dos Prado encontra a família estabelecida em São Paulo, desenvolvendo atividades sólidas no comércio, além de outros parentes que detinham terras e que produziam produtos diversos, com destaque para o açúcar. Antônio Prado terceiro (1788-1875) é o personagem de destaque nesse período, tendo desenvolvido variadas atividades no comércio e tendo-se aventurado ainda muito jovem a exploração de tropas de mulas de São Paulo a Goiás e Bahia. Sua vida foi marcada pelo desenvolvimento de atividades ligadas ao comércio e a especulação capitalista, envolvendo açúcar e comércio de escravos, mantendo-o afastado das atividades rurais, circunscritas a seus irmãos e descendentes⁵¹. (LEVI, 1977).

As atividades comerciais do terceiro Antônio, juntamente com suas habilidades para os negócios, o fizeram se aproximar da política, ganhando projeção junto à família Real graças as suas destacadas atividades como recolhedor de impostos. Essa projeção fez com que Antônio estabelecesse laços de amizade com a família Andrada da cidade de Santos, tendo desenvolvido papel de destaque em eventos políticos importantes como na decisão de permanecer no país tomada por D. Pedro, fato fundamental para a independência do Brasil em relação a Portugal. A lealdade do influente Prado a D.

⁵⁰ “(...), Eleutério tornou-se um plantador de cana relativamente próspero em Jundiá. Em 1817 o censo o encontrou com cinquenta escravos, o terceiro total no local. A maior parte do açúcar que ele produziu depois de 1816 era enviado aos seu sobrinho, o terceiro Antônio Prado, para ser comercializado.” (LEVI, 1977, p. 54).

⁵¹ “De 1817 a pelo menos 1829, foi um comerciante de açúcar e um coletor de impostos, atividades intimamente relacionadas, já que o açúcar era então a principal fonte de riquezas em São Paulo e os impostos eram comumente pagos em espécie. Durante o auge do negócio mercante de açúcar, Antônio deve ter vendido de seis a dez por cento do açúcar de São Paulo. (...). O comércio de açúcar envolveu Antônio no comércio de escravos. (...). Mais ambiciosa e especulativa foi sua participação, com outros mercadores, no financiamento de dois carregamentos de açúcar para serem trocados por negros em Moçambique.” (LEVI, 1977, p. 59).

Pedro lhe conferiu ainda mais prestígio, tendo-se tornado Cavaleiro da Ordem Real de Cristo e, em 1826, assumido o posto de Capitão-Mor da cidade de São Paulo. Os fortes laços de amizade que uniram a família Prado com a Corte de D. Pedro duraram até o fim da Monarquia em 1889. (LEVI, 1977).

O terceiro Antônio Prado também se dedicou, com igual afinco com o qual tratava de seus negócios, aos assuntos familiares e assumiu, com desenvoltura, o papel de principal fomentador de casamentos de interesse da família Prado. Dentre os mais importantes desses casamentos de contrato, se destaca o de sua irmã Veridiana (1825-1910) com seu meio-irmão Martinho (1811-1891). (LEVI, 1977).

Martinho Prado e Veridiana geraram a quarta geração da família. Estabeleceram-se em uma fazenda localizada no município de Mogi-Mirim e só se mudaram para a cidade de São Paulo em 1848. Dessa união nascem oito filhos, dos quais seis sobrevivem, dentre eles Martinho Prado Júnior (1843-1906), conhecido como Martinico Prado.

Mesmo tendo cursado Direito pela Faculdade São Francisco, tendo participação ativa em movimentos urbanos na juventude, tendo ido à Guerra do Paraguai, o jovem Martinico não perdeu sua identificação com as raízes rurais cultivadas pelo seu pai. Martinico, como observou seu irmão mais novo Caio, tinha mesmo habilidades para o trato das propriedades rurais da família. Em 1868 Martinico se casou com Albertina Moraes Pinto e constituiu um extenso clã com doze filhos. (LEVI, 1977).

Martinico e seu irmão mais velho, Antônio, assumem a tarefa de administrar e expandir as rentáveis fazendas de café criadas pelo pai. Em 1868 Martinico passa a comandar as fazendas Campo Alto e Santa Cruz. Na década de 1870 torna-se um importante líder pioneiro na abertura da nova fronteira do café em direção ao oeste e ao noroeste do estado, deslocamento que ficou conhecido como ocupação do Oeste, o que resultou em acúmulo de riqueza e poder⁵². (LEVI, 1977).

⁵² “É em estreita vinculação com essa oposição entre área velha e área nova, que se vai travar a disputa pela extensão da via férrea então com fim de linha em Campinas, entre os anos de 1870 e 1872 e posteriormente em 1883. O principal protagonista dessa disputa é um membro abolicionista de uma família ferrenhamente monarquista. Esse personagem é Martinho da Silva Prado Júnior, irmão mais novo de Antônio da Silva Prado; fundador e dos maiores acionistas da Cia Paulista, (...), fundador das colossais fazendas de café ‘Guatapará’, ‘Dumont’, ‘São Martinho’, (...)” (GNACCARINI, 1980, p. 54).

A primeira fazenda adquirida por Martinico em Ribeirão Preto foi a Albertina, batizada com esse nome em homenagem a sua esposa. Em 1885 compra uma fazenda ainda maior, a Guatapar, de 6.000 alqueires. Só para os afazeres de limpeza do terreno foram contratadas centenas de trabalhadores vindos da Bahia, sendo que para o plantio de meio milhão de ps de café foram utilizadas mão de obra de imigrantes italianos⁵³.

Finalmente, no ano de 1889, em sociedade com seu pai e seu irmão Antônio, Martinico adquire a fazenda São Martinho, uma enormidade de terra com 14.000 alqueires, com 3.400.000 ps de café plantados. Essa aquisição coincide com o advento da República, novos tempos que abriram novas oportunidades de negócios muito bem aproveitadas pelos Prado. Com influência política consolidada, os Prado fortaleceram suas posições no mercado financeiro nacional, através da fundação do Banco Comércio e Indústria por Antônio, além de assumirem a frente em posições chave no desenvolvimento econômico do estado, como a fundação e o comando da Companhia Paulista de Vias Férreas e Fluviais pelo próprio Antônio em 1892. Essas posições influentes garantiram o contínuo crescimento dos negócios da família. (LEVI, 1977).

⁵³ “Em oito anos, de 1887 a 1896, entraram em São Paulo meio milhão de imigrantes italianos; a esses somaram-se os milhares de migrantes nordestinos que na grande seca de 1877 começavam a afluir a este Estado. Estes últimos constituíram o braço que procedeu  derrubada da floresta virgem e às queimadas preparatórias.” (GNACCARINI, 1980, p. 58).

Figura 4: Propriedades da família Prado no interior do estado de São Paulo



Fonte: LEVI, 1977, p.13

Em 1906, ano da morte de Martinico, a família Prado consolidava seu poderio econômico, desenvolvendo atividades lucrativas no circuito de negócios que abrangiam o café, a carne (Frigorífico Barretos e Curtume Água Branca), exportações (Casa de Exportação Prado Chaves), a ferrovia. Essa confortável posição nos negócios possibilitou aos Prado a entrada na indústria, através de um de seus principais negócios, a Vidraçaria Santa Marina, fundada em 1895, fazendo com que a família desempenhasse importante papel também durante o início da industrialização no estado de São Paulo, mantendo-se em posição privilegiada no desenvolvimento econômico no estado até os anos 1930.

No bojo de tão impressionante poderio empresarial familiar, a fazenda São Martinho teve importância especial sendo considerada sua propriedade rural mais

impressionante, diante de sua extensão de terra, de sua produção de café e dos quatro mil trabalhadores que abrigava em suas fronteiras⁵⁴.

A constituição da fazenda São Martinho foi dos feitos mais importantes de Martinico Prado, originando o distrito de Pradópolis, mais tarde transformado em município.

Figura 5: A Fazenda São Martinho em 1926.



Fonte: Grupo São Martinho, 2013.

O município nasceu a partir da construção de uma vila no interior da Fazenda São Martinho, em 1905, que na época era a segunda maior fazenda de café do país. O povoamento do município foi incrementado inicialmente pela chegada de imigrantes europeus, viabilizada principalmente graças aos esforços de Martinico Prado e, posteriormente, por imigrantes japoneses. Após um período de declínio do café, iniciado entre o final dos anos 1920 e o início da década de 1930, finalmente essa lavoura cede lugar a um antigo negócio da família: a produção de açúcar.

⁵⁴ “Dentro deste impressionante conjunto de posses da família havia uma variação considerável. De 1889 a 1899, antes da proibição do estado quanto às plantações, 1.268.000 pés foram plantados em ‘São Martinho’, a gema das propriedades dos Prado. Muito deste trabalho foi feito evidentemente por empreiteiros italianos que haviam transcendido suas origens como mão de obra rural. Em 1908, ‘São Martinho’ foi incorporada com um capital de 5000 contos, com Antônio Prado como seu presidente: noventa e nove por cento das ações eram de posse da casa de exportação Prado Chaves. Chegou a possuir 3,4 milhões de pés de café, e era um mundo completo em si mesmo para seus 4 mil trabalhadores.” (LEVI, 1977, p. 261-262).

Figura 6: Lavoura de cana-de-açúcar na fazenda São Martinho, em 1926.



Fonte: Grupo São Martinho, 2013.

Isso ocorre a reboque de um novo processo de expansão da produção açucareira no estado, tendo como símbolo o surgimento da usina São Martinho. Originalmente construída por familiares e herdeiros de Martinico Prado com equipamentos de segunda mão a grande fazenda transformou boa parte de sua imensa extensão de terra, em 1948, em lavoura de cana-de-açúcar. A volta da família Silva Prado às suas origens de produtores de açúcar não durou muito tempo, sendo a fazenda São Martinho vendida aos Ometto ainda em 1948 (RAMOS, 1999).

A consolidação da produção de açúcar na fazenda São Martinho influencia a organização da agropecuária local como um todo, ocasionando a substituição de lavouras de café e de outros alimentos por plantio de cana, sendo que a partir desse ano essa cultura passa a ser incorporada decisivamente na economia local. Em 1958, o então distrito de Pradópolis é elevado à categoria de município.

Outro fato marcante para o município foi a fundação pela Companhia Paulista de Estrada de Ferro – FEPASA – do Horto Florestal Guarani, numa área de 4.000 hectares. O local era utilizado pela Companhia para o cultivo de madeira para o fabrico de dormentes e abrigava uma grande colônia de trabalhadores. O fim da FEPASA e a conseqüente desativação do horto fomentaram, em 1992, a ocupação das terras por trabalhadores que reivindicavam a destinação do horto para a reforma agrária. O Projeto de Assentamento foi criado apenas em 1999 pelo governo do estado, contando com 273 lotes. (CATI, 2009).

2.2.2. A usina São Martinho

Uma parte da história do município de Pradópolis está intimamente ligada à família Prado e à fazenda de café São Martinho, a outra parte dessa história está intimamente ligada à família Ometto e a usina São Martinho.

Os graves problemas econômicos enfrentados pelos países europeus em meados do século XIX foram o principal motor para o processo de emigração para o continente americano, notadamente para os Estados Unidos e para o Brasil. Em especial a Itália foi responsável pela emigração de grande contingente de pessoas, em sua maioria agricultores muito pobres que saíram de sua terra natal procurando condições mais apropriadas de vida na América. (TAFNER JR.; SILVA, 2012).

Com as dificuldades de suprir a mão-de-obra escrava, devido ao fortalecimento do movimento abolicionista, em 1870 tanto o governo brasileiro quanto os fazendeiros de café financiam, em sociedade com o governo italiano, a vinda de imigrantes daquele país, processo intensificado com a abolição da escravatura em 1888. (TAFNER JR.; SILVA, 2012).

Em 1887 Martinico Prado, presidente da Sociedade Promotora de Migração, funda um escritório em Genova para contratar famílias italianas que se interessassem em trabalhar nas fazendas de café brasileiras. Em 22 de agosto de 1887, por meio do escritório fundado por Martinico, Antônio Ometto, sua esposa Caterina e seus filhos Constante e Carolina partem para o Brasil, aportando no Rio de Janeiro em 17 de setembro de 1887. No ano de 1889, na fase de intensificação da imigração italiana, chega ao Brasil Girolano Ometto juntamente com sua numerosa família. (TAFNER JR.; SILVA, 2012).

Os Ometto são um dos exemplos mais acabados da importância do regime de colonato para a acumulação de recursos que permitia que as famílias dos colonos pudessem ter outras formas de renda advinda da exploração de suas porções de terra para pastagem e plantio, garantindo acesso de seus membros à alimentação e a venda do excedente não consumido. O salário do colono da cana era, portanto, apenas uma parte de sua renda total. (RAMOS, 1999).

Esse acúmulo de capital permitiu que a família Ometto fosse adquirindo sítios na região de Piracicaba, sendo que, em 1932, um de seus membros, Pedro Ometto, decidiu

comprar os equipamentos de uma usina do Rio de Janeiro que parara de funcionar devido à crise de 1929. Auxiliado pelos conhecimentos sobre o maquinário das usinas de Mario Dedini, Pedro fecha o negócio e inicia a bem sucedida saga da família nos negócios do açúcar. (RAMOS, 1999).

Da segunda metade dos anos 1930 até o final da Segunda Guerra Mundial, os Ometto seguem adquirindo propriedades de terra e montando usinas e destilarias de pequeno porte: em 1935 obtém uma fazenda em Araras (interior de São Paulo) e a fazenda Costa Pinto em Piracicaba; em 1937 incorporam a fazenda Iracema em Iracemápolis; e em 1943 uma fazenda no município de Barra Bonita e uma em Américo Brasiliense. (RAMOS, 1999).

A usina São Martinho, montada com equipamentos de segunda mão, foi fundada em 1948 pela família Silva Prado, na tentativa de salvar seus negócios que iam mal por causa da debacle do café. Nesse mesmo ano a fazenda foi adquirida pela família Ometto, fazendo cruzar os destinos de ambas pela segunda vez: em fins da década de 1880 os primeiros Ometto vêm ao Brasil por intermédio de um escritório de imigração mantido na Itália pelos Prado; em fins da década de 1940 os Ometto arremataram a fazenda São Martinho, propriedade símbolo do período áureo dos Prado.

De segunda maior fazenda produtora de café do país, a São Martinho se transformar numa das maiores usinas processadoras de cana-de-açúcar do mundo. Nas palavras de Pedro Ramos: “A leitura da obra dedicada à saga dos Ometto não deixa dúvidas: chega-se à produção açucareira/ alcooleira com base no acesso à terra.” (RAMOS, 1999, p. 110).

No ano de 2000, já no período de reorganização do sub setor originado a partir da desregulamentação iniciada pelo governo federal em 1999, é criada uma estrutura unificada para administrar o negócio, profissionalizando a gestão e preparando a companhia para a abertura de capital, o que acabou se consolidando no ano de 2007. (GRUPO SÃO MARTINHO, 2013).

O Grupo São Martinho é composto pelas usinas São Martinho (Pradópolis-SP); Boa Vista (Limeira-SP); Iracema (Iracemápolis-SP); pela empresa Nova Fronteira Bioenergia, em sociedade com a Petrobras Biocombustíveis, que detém a usina Santa

Adélia (Quirinópolis-GO); e a OMTEK, uma unidade de biotecnologia localizada em Itacemópolis.

Além das unidades produtoras, o Grupo ainda possui um escritório corporativo localizado na cidade de São Paulo; e o Centro de Serviços Compartilhados – CSC – unidade que concentra as áreas administrativa, jurídica, de recursos humanos, financeira, de suprimentos, de informática e de controladoria, localizado em Pradópolis-SP. (GRUPO SÃO MARTINHO, 2013).

Atualmente a usina São Martinho é a maior processadora de cana-de-açúcar do mundo, com moagem aproximada de 8,5 milhões de toneladas por safra. Possui elevado índice de mecanização, segundo a própria empresa, que se apresenta como um grande diferencial competitivo.

Outros dois grandes diferenciais da usina, apresentado pelo Grupo, é sua área de armazenamento de açúcar a granel e a infraestrutura própria de armazenagem e embarque de açúcar em transporte ferroviário que passa pela usina, o que garante que sua produção de açúcar e etanol chegue diretamente ao Porto de Santos. Além disso, todas as usinas do Grupo geram, a partir da queima do bagaço da cana, energia elétrica suficiente para garantir a autossuficiência de suas unidades, possibilitando a venda da energia excedente. (GRUPO SÃO MARTINHO, 2013).

Figura 7: Vista panorâmica das atuais instalações da usina São Martinho



Fonte: Grupo São Martinho, 2013.

O Grupo São Martinho abriu seu capital em 2007 e, atualmente, seu quadro de acionistas apresenta-se da seguinte maneira.

Tabela 4: Participação acionária no Grupo São Martinho:

Acionistas	Ações	%
João Ometto Participações S.A.	28511900	25,23
Luiz Ometto Participações S.A.	28511894	25,23
Nelson Ometto Participações Ltda	12159718	10,76
Administradores	3633128	3,21
Tesouraria	139000	0,12
Free Float	40044360	35,44
Total	113000000	100

Fonte: GRUPO SÃO MARTINHO, 2013 www.saomartinho.com.br/composicaoacionaria

Considerando todas as suas unidades o Grupo processa cerca de 13,1 milhões de toneladas por safra, numa produção que vem aumentando desde a abertura de capital (safra 2007/2008), como pode ser verificado na tabela abaixo:

Tabela 5: Produção do Grupo São Martinho entre 2007 e 2011.

Grupo São Martinho S/A	SAFRA			
	2007/2008	2008/2009	2009/2010	2010/2011
Cana Processada (milhões de ton)	10,2	12	12,9	13,1
Açúcar (mil ton)	527	555	702	873
Etanol (mil m³)	520	674	594	565
Energia Elétrica (Mwh)		89,4	158,5	163

Fonte: Próprio autor, a partir de dados/ informações do Grupo São Martinho, 2013 www.saomartinho.com.br

Segundo dados da empresa, o Grupo São Martinho é responsável por 3,04% do total de etanol produzido no país; por 2,41% do volume de açúcar; e por 2,20% de cana. Na tabela 23, destaca-se a produção da usina São Martinho nas safras 2008/2009, 2009/2010, 2010/2011.

Tabela 6: Produção da usina São Martinho entre 2008 a 2011.

Usina São Martinho	Safr		
	2008/2009	2009/2010	2010/2011
Cana Processada (milhões de ton)	8,0	8,1	8,4
Açúcar (mil ton)	446,0	518,0	654,4
Etanol (mil m³)	411,0	319,0	311,5
Energia Elétrica (MWh)	24,8	28,4	28,1

Fonte: Próprio autor, a partir de dados/ informações do Grupo São Martinho, 2013

www.saomartinho.com.br/

Os resultados financeiros permitem visualizar o poderio econômico do Grupo. A tabela 24 apresenta os dados consolidados de todas as unidades, nas safras 2007/2008 até a safra 2010/2011.

Tabela 7: Evolução dos resultados financeiros do Grupo São Martinho entre as safras 2007/2008 a 2010/2011.

R\$ Milhões	2007/2008	2008/2009	2009/2010	2010/2011
Receita Bruta	787,4	867,6	1282,1	1079,2
Receita Líquida	712,4	774,4	1183,3	1014,5
Lucro Líquido	-48,8	-71,9	93,2	123,4
EBITDA Ajustado	132,8	189,8	363,6	411,4
Margem EBITDA Ajustada (%)	18,8	24,5	30,7	40,6

Fonte: Próprio autor, a partir de dados/ informações do Grupo São Martinho, 2013

www.saomartinho.com.br

A Companhia está em fase de crescimento, tendo como estratégias principais incrementar sua política de fusões e aquisições de outras usinas brasileiras; fortalecer sua participação no mercado fornecedor de energia elétrica; iniciar a venda de créditos de carbono no mercado global aos países que não atingem os níveis de emissão previstos em protocolos internacionais.

O Grupo também vem envidando esforços no sentido de aumentar seus níveis de eficiência, principalmente através de investimentos em tecnologia nos seus processos agrícolas, industriais e logísticos. (GRUPO SÃO MARTINHO, 2013).

3. RESULTADOS

3.1. Pradópolis

Pradópolis localiza-se longitudinalmente a oeste, na Região Administrativa de Ribeirão Preto, a uma altitude de 538 metros do nível do mar, possuindo área total de 167,383 metros quadrados, com população de 17.857 pessoas.

Figura 8: Destaque da localização do município de Pradópolis no mapa da Região Administrativa de Ribeirão Preto.



Fonte: Fundação SEADE, 2012.

Figura 9: Vista panorâmica do município de Pradópolis:



Fonte: Lamark dos Reis em <http://www.panoramio.com/photo/81343003>, acesso em 04 de junho de 2013.

Conta com uma população jovem, com taxa geométrica de crescimento populacional acima da média regional e estadual, com índice de envelhecimento abaixo da média e com a população com menos de quinze anos de idade um pouco acima das médias regional e estadual. Tem taxa de urbanização menor do que as médias regional e estadual, mas, ainda assim, se caracteriza como um município fortemente urbanizado.

Tabela 8: Dados populacionais gerais do município de Pradópolis, 2010/ 2011:

Variável	Ano	Município	Reg. Gov.	Estado
População	2011	17857	1266820	41692668
Densidade Demográfica (Habitantes/km ²)	2011	106,8	136,21	167,97
Taxa Geométrica de Crescimento Anual da População – 2000/2010 (Em % a.a.)	2010	3,01	1,64	1,09
Grau de Urbanização (Em %)	2010	92,65	97,52	95,94
Índice de Envelhecimento (Em %)	2011	42,9	56,62	53,79
População com Menos de 15 Anos (Em %)	2011	22,22	20,87	21,48
População com 60 Anos e Mais (Em %)	2011	9,53	11,81	11,55

FONTE: Próprio autor, adaptado da Fundação SEADE, 2012.

Dessa forma, o município apresenta boas condições de habitação e infraestrutura, com resultados acima da média regional e estadual.

Tabela 9: Porcentagem da população atendida por infraestrutura urbana, ano referência 2000.

Habitação e Infraestrutura Urbana	Município	Reg. Gov.	Estado
Domicílios com Infraestrutura urbana adequada	98,98	96,49	89,29
Coleta de Lixo – Nível de Atendimento	99,77	99,34	98,90
Abastecimento de Água – Nível de Atendimento	99,94	98,37	97,38
Esgoto Sanitário – Nível de atendimento	99,65	96,91	85,72

FONTE: Próprio autor, adaptado da Fundação SEADE, 2012.

Indicadores de Saúde

Os números apresentados pelas estatísticas de saúde não acompanham a evolução dos números apresentados nas estatísticas de economia. Os valores analisados de mortalidade infantil e de número de consultas pré-natal indicam piora nos índices nos períodos avaliados.

Tabela 10: Taxa de mortalidade infantil, nos anos de 2000 e 2009; e número de consultas pré-natal, nos anos de 2004 e 2009.

ESTATÍSTICAS DE SAÚDE	LOCALIDADES	PERÍODO		
		2000	2004	2009
Taxa de mortalidade infantil ¹	Estado	16,97		12,48
	RA Ribeirão Preto	13,36		9,75
	Pradópolis	4,50		15,94
Sete ou mais consultas de pré-natal ²	Estado		72,61	76,61
	RA Ribeirão Preto		77,49	75,12
	Pradópolis		91,80	62,20

¹ Taxa de mortalidade por mil nascidos vivos

² Porcentagem de mulheres grávidas que tiveram acompanhamento pré-natal.

Fonte: Próprio autor, com base nos dados da Fundação SEADE, 2012.

Quando analisado o número de alguns dos principais profissionais de saúde no município, comparado com a média observada na Região Administrativa de Ribeirão Preto e do estado de São Paulo, verifica-se uma diferença considerável entre Pradópolis e a região da qual faz parte.

Tabela 11: Evolução do coeficiente de profissionais de saúde por mil habitantes, no período de 2008 a 2010.

Enfermeiros	Estado	1,39	1,57	1,69
	RA Ribeirão Preto	1,56	1,74	1,81
	Pradópolis	0,3	0,47	0,46
Dentistas	Estado	3,36	3,50	3,53
	RA Ribeirão Preto	4,37	4,49	4,4
	Pradópolis	0,49	2,73	2,65
Médicos	Estado	2,29	2,35	2,39
	RA Ribeirão Preto	3,19	3,26	3,33
	Pradópolis	0,12	0,12	0,17

¹Número de profissionais por habitantes

Fonte: Próprio autor, a partir de dados de Fundação SEADE, 2012.

O Índice Paulista de Vulnerabilidade Social.

O Índice Paulista de Vulnerabilidade Social⁵⁵ – IPVS – é um instrumento de gestão de políticas públicas, cujo principal objetivo é possibilitar a localização espacial de áreas que concentram os segmentos populacionais mais frágeis, que seriam o público-alvo das políticas públicas, em especial aquelas de transferência de renda. (SEADE, 2010).

O IPVS foi criado em 2002 pela Fundação SEADE, por solicitação da Assembleia Legislativa do estado de São Paulo e passou a ser utilizado também por grupos de interesses como pesquisadores e sociedade civil organizada, além dos gestores de políticas públicas e dos membros do poder legislativo estadual. (SEADE, 2010).

Utilizando dados do Censo Demográfico 2010, o IPVS compõe-se de variáveis que podem ser divididas em duas dimensões: (1) a socioeconômica – renda domiciliar per capita; rendimento médio da mulher responsável pelo domicílio; porcentagem de domicílios com renda domiciliar per capita até ½ salários mínimos; porcentagem de domicílios com renda domiciliar per capita até ¼ do salário mínimo; porcentagem de pessoas responsáveis pelo domicílio alfabetizados; e (2) a demográfica – porcentagem de pessoas responsáveis de 10 a 29 anos; porcentagem de mulheres responsáveis de 10 a 29 anos; idade média das pessoas responsáveis; porcentagem de crianças de 0 a 5 anos de idade. (SEADE, 2010).

Quanto à classificação, o IPVS 2010 é dividido em sete grupos de vulnerabilidade (conforme quadro abaixo), sendo o primeiro, denominado de Baixíssima Vulnerabilidade, a melhor classificação que pode ser obtida; e o último, denominado de Vulnerabilidade Muito Alta, a pior classificação, onde se encontram os grupos socialmente mais expostos à pobreza.

⁵⁵ “(...) o IPVS operacionaliza o conceito de vulnerabilidade social proposto por KATZMAN, 1999 de que a vulnerabilidade de um indivíduo, família ou grupo social refere-se a sua maior ou menor capacidade de controlar as forças que afetam seu bem-estar, isto é, a posse de controles de ativos que constituem recursos requeridos para o aproveitamento das oportunidades propiciadas pelo Estado, mercado e sociedade. Desse modo, a vulnerabilidade à pobreza não se limita a considerar a privação de renda, mas também a composição familiar, as condições de saúde, e o acesso aos serviços médicos, o acesso e a qualidade do sistema educacional, a possibilidade de obter trabalho com qualidade e remuneração adequadas, a existência de garantias legais e políticas, etc.” (SEADE, 2010, p. 8).

Tabela 12: Classificação dos Grupos do IPVS segundo condições de vulnerabilidade social:

Grupos	DIMENSÕES SOCIOECONÔMICAS	CLASSIFICAÇÃO IPVS 2010	SETORES POR GRUPO SITUAÇÃO E TIPO
1	Muito alta	Baixíssima Vulnerabilidade	Urbanos e rurais não especiais e subnormais
2	Média	Vulnerabilidade muito baixa	Urbanos e rurais não especiais e subnormais
3	Média	Vulnerabilidade baixa	Urbanos e rurais não especiais e subnormais
4	Baixa	Vulnerabilidade média	Urbanos e rurais não especiais e subnormais
5	Baixa	Vulnerabilidade alta	Urbanos não especiais
6	Baixa	Vulnerabilidade muito alta	Urbanos subnormais
7	Baixa	Vulnerabilidade alta	Rurais

Fonte: Próprio autor, adaptado de SEADE, 2010.

IPVS de Pradópolis

Pradópolis apresenta o seguinte resultado na avaliação da Fundação SEADE com base no IPVS 2010:

Tabela 13: Resultado do IPVS 2010 para o município de Pradópolis

IPVS	RESULTADOS	
	População (nº absolutos)	População (em %)
1 – Baixíssima	0	0
2 - Muito baixa	3.784	21,8
3 – Baixa	3.902	22,5
4 - Média (urbanos)	5.438	31,3
5 - Alta (urbanos)	3.242	18,7
6 - Muito altas (aglomerados subnormais)	0	0
7 - Alta (rurais)	1.011	5,8
Total	17.377	100

Fonte: Próprio autor, adaptado de Fundação SEADE, 2010.

Considerando-se os índices de vulnerabilidade Alta (urbanos), Muito Alta e Alta (rurais), Pradópolis tem 24,5% de sua população, ou 4.253 pessoas, expostas à situação preocupante de vulnerabilidade.

Em se comparando com os números verificados no estado de São Paulo, Pradópolis apresenta 24,5% contra 16,5% da população estadual exposta a essa situação.

Tabela 14: IPVS de Pradópolis em comparação ao estado de São Paulo, em porcentagem:

IPVS	RESULTADOS (em %)	
	Pradópolis	Estado de SP
1 – Baixíssima	0	6,1
2 - Muito baixa	21,8	40,1
3 – Baixa	22,5	18
4 - Média (urbanos)	31,3	19,2
5 - Alta (urbanos)	18,7	11,1
6 - Muito altas (aglomerados subnormais)	0	4,4
7 - Alta (rurais)	5,8	1
Total	100	100

Fonte: Próprio autor, baseado em Fundação SEADE, 2010.

3.2. O Complexo Canavieiro e a economia local

A lavoura canavieira domina a paisagem rural no município de Pradópolis, constituindo-se como a principal cultura, em termos de produção e de ocupação de área, do município.

Tabela 15: Ocupação do solo do município de Pradópolis, por tipo de cultura, no período 2007/2008.

TIPO DE OCUPAÇÃO	ÁREA OCUPADA (em ha)
Cultura Perene	38,40
Cultura Temporária	14.968,20
Pastagens	864,70
Reflorestamento	554,60
Vegetação Natural	2.715,10
Vegetação de brejos e várzeas	212,30
Área de descanso	208,10
Área complementar	1.079,00
Total	20.640,40

Fonte: Próprio autor, a partir de dados CATI, 2013.

A área cultivada ocupada pela lavoura de cana-de-açúcar é desproporcionalmente maior do que todas as outras culturas encontradas no município de Pradópolis.

Tabela 16: Área cultivada no município de Pradópolis, por lavouras, no período 2007/2008:

CULTURA	ÁREA OCUPADA (em ha)
Cana-de-açúcar	14.657,70
Branquearia	857,90
Eucalipto	554,60
Milho	288,80
Mandioca	81,00
Feijão-de-corda	20,40
Arroz	10,90
Laranja	10,50
Maracujá	10,30
Mucuná	9,80
Café	9,70
Feijão	8,50
Feijão-de-lima	8,50
Outras culturas temporárias	7,20
Limão	7,00
Manga	6,00
Capim-napier	5,80
Feijão-vagem	2,00
Jiló	1,80
Banana	1,50
Goiaba	1,10
Abacate	1,00
Alface	1,00
Melancia	1,00
Gramas	1,00
Feijão-adzuki	1,00
Pomar doméstico	0,90
Caju	0,70
Pepino	0,50
Total	16.568,10

Fonte: Próprio autor, a partir de dados de CATI, 2003.

A cana ocupava – no período de 2007/ 2008 – 88,45% da área total cultivada no município de Pradópolis e é a matéria-prima da principal atividade econômica do município: a agroindústria canavieira.

A importância do sub setor para o município de Pradópolis se evidencia ao se observar os dados de constituição do PIB municipal.

Tabela 17: Evolução do PIB total (por setor econômico), no período entre os anos 2000 e 2010.

ANO	PIB Total	AGROPECUÁRIA	INDÚSTRIA	IMPOSTO ¹	SERVIÇOS ²
	R\$ milhões	%	%	%	%
2000	218,45	2,56	53,43	10,19	33,8
2001	222,62	2,73	51,06	10,51	35,7
2002	223,74	5,29	47,73	9,66	37,32
2003	533,99	2,23	61,78	9,41	26,58
2004	533,55	1,42	63,35	9,27	25,96
2005	674,74	1,33	64,08	8,05	26,54
2006	966,96	1,2	66,78	9,04	22,98
2007	616,18	1,37	62,79	8,59	27,25
2008	330,13	2,92	44,99	11,42	40,67
2009	574,46	2,16	56,21	9,55	32,08

¹ Total de impostos gerados no município.

² Setor de serviços, incluindo a Administração Pública.

Fonte: Próprio autor, adaptado de Fundação SEADE 2012.

Muito embora as informações sobre o PIB da agropecuária e da indústria não estejam detalhadas, impedindo uma análise acurada sobre as empresas cujas atividades foram as maiores responsáveis pelo resultado final, é possível inferir que a agroindústria canavieira é a grande geradora desses resultados, tendo-se em vista que a usina São Martinho é única grande indústria transformadora do município e, além disso, é também a que possui a maior lavoura de cana-de-açúcar. (CATI, 2009). Com isso, torna-se evidente o peso da usina na economia do município.

Além do PIB, os dados referentes a evolução do emprego no município evidenciam também o predomínio que a atividade econômica da usina exerce em Pradópolis. Avaliando esses números é possível visualizar a influência socioeconômica que a usina desempenha naquela localidade.

Tabela 18: Relação entre Vínculo Empregatício e População total; e População Economicamente Ativa; em Pradópolis, no período entre 2000 e 2010.

ANO	População Total	PEA	Vínculo Empregatício	Vínculo X População	Vínculo X PEA
2000	12880		3906	30,33	
2001	13301	6549	4127	31,03	63,02
2002	13716	6743	4215	30,73	62,51
2003	14138	6997	4591	32,47	65,61
2004	14580	7208	4686	32,14	65,01
2005	15037	7628	5003	33,27	65,59
2006	15494	7853	5196	33,54	66,17
2007	15950	8086	5677	35,59	70,21
2008	16407	8325	5887	35,88	70,71
2009	16865	8438	6278	37,22	74,4
2010	17334		6118	35,29	

Fonte: Próprio autor, adaptado de Fundação SEADE 2012.

A tabela abaixo aponta a evolução dos vínculos empregatícios no município divididos por setor econômico. Observe-se que os dados mais recentes (2010) identificam que do total da população formalmente empregada, 70,61% de vínculos partem da indústria.

Tabela 19: Evolução de Vínculos Empregatícios Totais por Setor Econômico em Pradópolis, no período de 2000 a 2010.

ANO	Total	Setor Econômico				
		Agropecuária	Comércio	Construção Civil	Indústria	Serviços
2000	3906	62,52	4,33	0,08	20,05	13,03
2001	4127	55,15	7,05	0,05	20,98	16,77
2002	4215	0,78	7,64	0,43	78,20	12,95
2003	4591	0,52	7,82	0,26	79,83	11,57
2004	4686	0,28	7,34	0,43	77,91	14,04
2005	5003	0,40	8,69	2,84	75,59	12,47
2006	5196	0,38	10,26	3,41	74,23	11,72
2007	5677	0,37	11,36	3,63	69,98	14,66
2008	5887	0,65	11,70	3,09	70,53	14,03
2009	6278	0,25	10,86	3,9	66,50	18,48

Fonte: Próprio autor, adaptado Fundação SEADE 2012.

Apesar de existir no município um total de 23 estabelecimentos industriais, a quase totalidade dos empregos diretos gerados por esse setor econômico se concentra na

agroindústria canavieira. Além disso, os demais estabelecimentos têm seus negócios ligados diretamente as atividades econômica da usina, o que transforma esses postos de trabalho formal numa geração de empregos indireta da grande agroindústria. (CATI, 2009).

Pradópolis apresenta números econômicos bastantes díspares em relação ao Produto Interno Bruto – PIB *per capita* e em relação a Renda *per capita*.

O primeiro índice aponta para um resultado superior ao verificado no estado como um todo e na Região Administrativa de Ribeirão Preto, região essa em que o município se localiza. Importante frisar que essa região se caracteriza por ter uma atividade econômica bastante semelhante àquela encontrada em Pradópolis, ou seja, economia cuja base se assenta na atividade canavieira.

Em se considerando a renda *per capita*, o que se observa é um movimento em sentido contrário, ou mais claramente, a renda apresenta-se sensivelmente mais baixa do que aquela verificada na Região Administrativa e no estado.

Tabela 20: Variação do resultado de PIB *per capita* e Renda *per capita* do município de Pradópolis, no período entre 2000 e 2010.

ANO	PIB <i>per capita</i>			RENDA <i>per capita</i>		
	ESTADO	RA Ribeirão Preto	Pradópolis	ESTADO	RA Ribeirão Preto	Pradópolis
2000	R\$ 11.471,76	R\$ 9.446,51	R\$ 16.960,94	R\$ 5.291,04	R\$ 5.127,96	R\$ 3.352,20
2005	R\$ 18.554,95	R\$ 15.977,60	R\$ 44.872,04			
2008	R\$ 24.814,96	R\$ 20.328,03	R\$ 20.121,35			
2010	R\$ 30.264,06	R\$ 25.573,57	R\$ 36.912,43	R\$ 10.245,00	R\$ 10.199,88	R\$ 7.786,80

Fonte: Próprio autor, adaptado de Fundação SEADE, 2012.

Analisando os valores demonstrados no ano de 2010, em termos percentuais, o PIB *per capita* de Pradópolis apresentou-se 18,01 p.p. maior que o apurado no estado e 30,82 p.p. maior que o verificado na RA de Ribeirão Preto. Em sentido contrário, oscilou a Renda *per capita* anual, sendo que a renda apurada em Pradópolis é 24 p.p. menor que a do estado e 23,66 p.p. menor que a da RA de Ribeirão Preto.

Em comparação com municípios de sua própria região, os números apresentados por Pradópolis são bastante diferentes, como pode ser observado na tabela 15.

Tabela 21: PIB *per capita* e Renda *per capita* de alguns dos principais municípios da RA de Ribeirão Preto:

VARIÁVEL	MUNICÍPIO	PERÍODO			
		2000	2005	2008	2010
PIB per capita	São Simão	R\$ 5.575,15	R\$ 10.768,13	R\$ 14.801,00	R\$ 17.288,03
	Guaíra	R\$ 10.137,09	R\$ 14.277,17	R\$ 17.589,15	R\$ 22.911,25
	Jaboticabal	R\$ 8.861,38	R\$ 14.680,10	R\$ 17.634,54	R\$ 23.367,74
	Ribeirão Preto	R\$ 10.968,02	R\$ 18.157,39	R\$ 23.708,12	R\$ 28.162,89
	Sertãozinho	R\$ 9.872,46	R\$ 18.473,85	R\$ 31.492,95	R\$ 43.359,32
	Pradópolis	R\$ 16.960,44	R\$ 44.872,04	R\$ 20.121,35	R\$ 36.912,43
Renda per capita	São Simão	R\$ 3.750,84			R\$ 7.646,92
	Guaíra	R\$ 3.660,24			R\$ 7.830,00
	Jaboticabal	R\$ 4.674,96			R\$ 10.223,76
	Ribeirão Preto	R\$ 6.468,84			R\$ 12.633,12
	Sertãozinho	R\$ 4.765,56			R\$ 9.359,76
	Pradópolis	R\$ 3.352,20			R\$ 7.787,80

Fonte: Próprio autor, adaptado de Fundação SEADE, 2012.

3.3. O ICMS nas receitas públicas de Pradópolis

O papel desempenhado pelo governo federal e pelo governo estadual na composição das receitas de governos municipais é questão central nas discussões acerca do federalismo em geral e do federalismo brasileiro em particular.

Isso porque, no Brasil, o federalismo compreende três níveis de governo – a União, os estados e os municípios – todos com considerável grau de autonomia político-administrativa, ao contrário do que ocorre na maioria dos países que adotam essa forma de organização política do território e que consideram apenas dois níveis de divisão de poder: o governo central e os governos estaduais/ provinciais. (ARRETCHE, 2001); (RODDEN, 2005).

A autonomia dos governos federativos foi garantida no texto da Constituição brasileira de 1988, com destaque para a descentralização de poder para os governos sub nacionais (SOUZA, 2005). A descentralização é marcante na provisão de serviços sociais, uma vez que consta claramente do texto constitucional a divisão de responsabilidades entre os três níveis de governo, reservando importante papel para os municípios.

Para fazer frente às novas responsabilidades dos governos estaduais e municipais, o texto constitucional procurou estabelecer um equilíbrio fiscal,

assegurando aos governos sub nacionais aproximadamente 32% do total de valores arrecadados por impostos no país, sendo que, somadas as transferências da União, 43% das receitas totais ficam nas mãos desses entes federados. (SOUZA, 2005).

Símbolo desse esforço constituinte foi o aumento da parcela de transferência de recursos arrecadados em dois dos principais impostos federais: o Imposto de Renda (IR) e o Imposto sob Produtos Industrializados (IPI). Com o objetivo de equilibrar a distribuição de recursos entre os entes federados e entre as regiões do país (procurando evitar a concentração de renda nas regiões mais desenvolvidas em detrimento das regiões mais pobres), os estados recebem 21, 5% desses impostos – sendo que 85% são destinados às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e o restante, 15%, são destinados aos estados das regiões Sul e Sudeste. Já os municípios recebem 22, 5% desse total – sendo que 10% são destinados às capitais e 90% ao restante dos municípios. Tanto para estados como para municípios, a regra para a definição da cota dessas transferências são as mesmas: o tamanho da população e o inverso da renda *per capita*. (SOUZA, 2005).

A Constituição de 1988 garantiu aos estados a responsabilidade pelo maior imposto em volume de arrecadação do sistema tributário nacional: o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS.

Mesmo com a restrição quanto a determinação das alíquotas desse imposto tenha sido mantida desde a reforma tributária de 1965-1967 (no início do regime militar) até os dias atuais – vide a Emenda Constitucional 42/2003 (ARRETCHE, 2005); (SOUZA, 2005), o ICMS continua conferindo grande poder fiscal aos estados que, dessa maneira, mantém sua influência sobre os municípios devido as regras que determinam a distribuição de parte desses recursos através da definição da cota-parte.

O ICMS⁵⁶ é uma espécie de tributo que devido às suas características muito peculiares, detém uma grande importância nas receitas do município, o que acaba por evidenciar não apenas o desequilíbrio nas relações entre governos sub nacionais, mas

⁵⁶ Entende-se por ICMS um imposto: “... *extrafiscal* (induz e enseja políticas desenvolvimentistas, setoriais, e, até mesmo, arrecadatórias), *indireto* (quem paga ao fisco, contribuinte de direito, transfere o ônus respectivo para o adquirente, contribuinte de fato), *proporcional* (alíquotas aplicáveis independentes da importância tributável e estabelecidas em percentagem constante), *real* (fixado apenas em função da matéria tributável, pouco cogitando no tocante à pessoa do contribuinte) e *não cumulativo* (obrigatória compensação do imposto incidente nas operações/prestações anteriores).” (OLIVEIRA, 2009, p. 3)

também a dependência do município em relação à atividade econômica que concentra a arrecadação desse imposto.

Esse imposto é de ampla abrangência, com incidência vinculada à movimentação física de bens, em regra quando da saída da mercadoria quer em procedimento de venda e/ou troca de titularidade, quer para outro estabelecimento do mesmo titular. Essa saída de mercadoria se configura no fato gerador para a incidência do imposto, sendo que esse fato gerador não se vincula a natureza jurídica da operação de saída⁵⁷.

Em São Paulo 25% da arrecadação do ICMS⁵⁸ é repassada ao conjunto dos municípios do estado, sendo que aproximadamente 75% do total repassado a cada município refere-se à arrecadação do tributo na própria localidade (base para o cálculo do valor adicionado fiscal) (CHAGAS ET AL, 2009). Por isso a importância do ICMS para a composição das receitas municipais, em especial para aqueles municípios que sediam grandes empresas concentradoras de recolhimento desse imposto.

Chagas *et al* realizaram interessante estudo sobre o desempenho fiscal de municípios canavieiros em comparação aos demais municípios agrícolas no estado de São Paulo, destacando a importância de determinados impostos na composição das receitas municipais, dentre esses o ICMS.

Primeiramente, foram considerados agrícolas aqueles municípios que dispunham de pelo menos 20% de sua área total disposta para essa atividade. Esse conjunto de municípios foi dividido em três grupos: no primeiro encontram-se os municípios em que a cana represente menos de 30% de sua produção agrícola total; no segundo

⁵⁷ “Excetuados os casos previstos na legislação, desde que haja a saída das mercadorias, o imposto incide, quer se trate de venda, de permuta, de doação em pagamento, de transferência (operação entre estabelecimentos de um mesmo titular – remessa da matriz para a filial, por exemplo) ou mesmo de doação. O que gera o imposto não é o negócio jurídico de venda de mercadorias (até porque a operação em que o ICMS incide pode não ser de venda), mas a situação de fato de saída das mercadorias do estabelecimento.” (FERREIRA, 2009, p. 86).

⁵⁸ “The ICMS transfers are originated from a value added tax collected by the states. According to the federal constitution, one-fourth of this tax must be transferred to the municipalities, and 75% of this amount should go to the municipality where the tax was collected (derivation principle). This means that the voter has bargaining power over this part of the ICMS transfer based on the derivation principle because his moving to another municipality will cause a revenue loss by the local government. In addition, the variable on which it is based, the calculation of this transfer installment (added value), is well known by the taxpaying companies, which means that there is low fiscal illusion.” (MENDES, 2005, p. 431).”

encontram-se aqueles em que a cana represente entre 30% e 60% da produção; e no terceiro grupo aqueles municípios onde a cana representa mais que 60% do total de sua produção agrícola. (CHAGAS ET AL, 2009).

Os autores apuraram que nos municípios canavieiros, aqueles em que a produção de cana-de-açúcar represente de 30% a 60% e mais de 60% da produção agrícola, a arrecadação de todas as categorias de impostos avaliados é maior do que nos demais municípios agrícolas. Destaca-se a conclusão de que “(...) no que se refere à cota-parte do ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços), os municípios canavieiros apresentam desempenho fiscal superior ao dos demais municípios agrícolas.” (CHAGAS ET AL, 2009, p. 11).

Em outro estudo, desenvolvido por Palomino *et al*, partindo do pressuposto que a expansão da cana tem provocado um aumento no uso da terra tornando os municípios dependentes da atividade canvieira, os autores procuram avaliar o impacto dessa atividade sobre a arrecadação fiscal dessas municipalidades. Nesse trabalho, levaram em conta a produção de cana e atividade usineira.

Em breve síntese, concluem os autores, que a expansão da atividade canvieira promove um aumento na arrecadação de impostos na localidade, destacando que: “A expansão da cana e os novos investimentos em usinas tende a impactar as receitas municipais tanto pela geração de renda como por ampliar transferências associadas ao ICMS.” (PALOMINO ET AL, 2008, p. 4).

As receitas públicas em Pradópolis

No caso específico de Pradópolis, nota-se que apesar dos esforços constituintes, há um flagrante desequilíbrio na capacidade de tributar se comparado a obtenção de receitas próprias com a participação dos governos central e estadual na composição total das receitas.

Tabela 22: Composição da Receita Pública Total de Pradópolis, dividida pela participação percentual de cada um dos entes federativos, no período de 2000 a 2010.

ANO	Receita Total	Porcentagem		
		Município	Estado	União
2000	R\$ 11.083.814,06	13,57	63,62	22,81
2001	R\$ 13.328.700,16	14,84	55,45	29,71
2002	R\$ 13.292.798,71	18,61	56,2	25,19
2003	R\$ 14.476.028,50	9,95	56,07	33,98
2004	R\$ 17.303.525,43	43,15	34,71	22,14
2005	R\$ 19.370.939,43	20,8	47,8	31,4
2006	R\$ 23.751.142,67	18,35	56,34	25,31
2007	R\$ 28.457.739,66	26,32	52,08	21,6
2008	R\$ 35.838.428,69	12,77	59,82	27,41
2009	R\$ 42.333.020,84	29,22	46,94	23,84
2010	R\$ 40.603.494,40	38,01	35,15	26,84

Fonte: Próprio autor, adaptado de Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, 2012.

No caso da União as transferências de impostos se referem ao Fundo de Participação do Município – FPM – composto por partes do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e as outras transferências se referem ao cumprimento dos Programas do governo federal previstos no Plano Plurianual (PPA) e que são realizados nos municípios, além das transferências voluntárias – aquelas realizadas através de convênios com objeto específico. No caso do estado, as transferências de impostos se referem principalmente ao ICMS e ao IPVA, sendo que as outras transferências advêm de Programas sociais próprios do estado e aquelas realizadas através de convênios, que representam muito pouco do total de transferências do estado.

Como na maioria dos municípios brasileiros, em Pradópolis as receitas provenientes de impostos são as mais importantes, conforme se evidencia nos dados abaixo:

Tabela 23: Participação dos impostos no total de receitas públicas arrecadadas.

ANO	Receita Total	Receita de Impostos	Participação dos Impostos (%)
2000	R\$ 11.083.814,06	R\$ 8.520.554,35	76,87
2001	R\$ 13.328.700,16	R\$ 9.885.765,63	74,17
2002	R\$ 13.292.798,71	R\$ 9.219.603,02	69,36
2003	R\$ 14.476.028,50	R\$ 9.638.347,70	66,58
2004	R\$ 17.303.525,43	R\$ 11.215.063,45	64,82
2005	R\$ 19.370.939,43	R\$ 15.244.399,22	78,70
2006	R\$ 23.751.142,67	R\$ 20.785.712,27	87,52
2007	R\$ 28.457.739,66	R\$ 22.576.010,94	79,33
2008	R\$ 35.838.428,69	R\$ 33.330.635,69	93,00
2009	R\$ 42.333.020,84	R\$ 29.155.365,50	68,87
2010	R\$ 40.603.494,40	R\$ 24.719.816,40	60,88

Fonte: Próprio autor, adaptado de Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, 2012.

Avaliando-se a participação de cada um dos níveis de governo na composição das receitas provenientes de impostos (tabela 27), pode-se atentar para o desequilíbrio existente entre a capacidade de obtenção de recursos próprios pelo município em relação as transferências efetuadas pela União e, sobretudo, pelo governo do estado:

Tabela 24: Participação por ente federativo na composição das Receitas Públicas Municipais provenientes de impostos de Pradópolis, no período de 2000 a 2010.

ANO	Receita de Impostos	Participação por ente federativo (%)		
		Município	Estado	União
2000	R\$ 8.520.554,35	4,85	70,47	24,68
2001	R\$ 9.885.765,63	4,65	67,78	27,57
2002	R\$ 9.219.603,02	9,55	60,46	29,99
2003	R\$ 9.638.347,70	8,75	59,49	31,85
2004	R\$ 11.215.063,45	12,28	53,56	34,16
2005	R\$ 15.244.399,22	8,50	59,87	31,63
2006	R\$ 20.785.712,27	8,35	62,72	28,93
2007	R\$ 22.576.010,94	7,13	65,64	27,23
2008	R\$ 33.330.635,69	6,21	64,32	29,43
2009	R\$ 29.155.365,50	6,58	67,74	25,68
2010	R\$ 24.719.816,40	9,90	57,04	33,06

Fonte: Próprio autor, adaptado de Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, 2012

A participação do governo do estado no total das receitas provenientes de impostos é nitidamente desproporcional. Isso ocorre, principalmente, devido ao volume de arrecadação do ICMS.

Tabela 25: Participação do ICMS na composição da Receita proveniente de impostos no município de Pradópolis no período de 2000 a 2010.

ANO	Receita de Impostos	Participação do ICMS (%)
2000	R\$ 8.520.554,35	56,58
2001	R\$ 9.885.765,63	55,01
2002	R\$ 9.219.603,02	47,80
2003	R\$ 9.638.347,70	47,09
2004	R\$ 11.215.063,45	41,36
2005	R\$ 15.244.399,22	47,23
2006	R\$ 20.785.712,27	50,42
2007	R\$ 22.576.010,94	51,33
2008	R\$ 33.330.635,69	49,07
2009	R\$ 29.155.365,50	50,48
2010	R\$ 24.719.816,40	40,79

Fonte: Próprio autor, adaptado de Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, 2012.

Torna-se mais evidente a importância desse imposto ao se visualizar sua participação na composição das receitas totais no município de Pradópolis (tabela 29):

Tabela 26: Participação do ICMS na composição das Receitas Totais do município de Pradópolis no período de 2000 a 2010.

ANO	Receita Total	Participação do ICMS (%)
2000	R\$ 11.083.814,06	43,49
2001	R\$ 13.328.700,16	40,80
2002	R\$ 13.292.798,71	33,15
2003	R\$ 14.476.028,50	31,35
2004	R\$ 17.303.525,43	26,80
2005	R\$ 19.370.939,43	37,16
2006	R\$ 23.751.142,67	44,12
2007	R\$ 28.457.739,66	40,71
2008	R\$ 35.838.428,69	45,63
2009	R\$ 42.333.020,84	34,76
2010	R\$ 40.603.494,40	24,83

Fonte: Próprio autor, adaptado de Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, 2012.

Segundo Arretche, em situações nas quais é patente a incapacidade do governo local⁵⁹ obter receitas suficientes para o atendimento das necessidades de sua população,

⁵⁹ “Governos desprovidos de autonomia para obter – por meio de taxaço – recursos, em montante suficiente para atender minimamente às demandas de seus cidadãos, tendem a incorporar à sua agenda as

esses municípios ficam expostos às influências políticas dos demais níveis de governo⁶⁰ (no caso em tela o governo federal e, especialmente, o governo do estado) na execução de seus programas, além de ser influenciado também pelos interesses privados de empresas instaladas em seu território (ARRETCHE, 2005).

3.4. Entrevistas

Parte importante da pesquisa foi executada através da realização de entrevistas com representantes do poder público municipal.

O principal objetivo foi o de conseguir acessar informações relevantes para aprofundar a análise sobre o impacto da presença da usina na organização econômica, política e nas relações socioculturais próprias do município.

Para tanto, optou-se pela adoção de um modelo de entrevista semi estruturada⁶¹, uma vez que esse modelo tem como característica mais evidente ser composto por questionamentos básicos que se encontram apoiados nas hipóteses que se relacionam com o tema da pesquisa. Além disso, a entrevista semi estruturada permite o surgimento de informações de modo mais livre, uma vez que as respostas não estão condicionadas a uma padronização de alternativas. (MANZINI, 2004).

Assim, foi efetuada uma entrevista, em meados do mês de novembro de 2012, com a participação de dois cidadãos que participavam efetivamente da vida política da cidade: uma assessora da Prefeitura e um assessor da Câmara de Vereadores.

No mês de abril, com o objetivo de complementar as informações colhidas na primeira entrevista, buscou-se contato com a antiga assessora da Prefeitura para que ela

orientações políticas do nível de governo – ou agente privado, ou ainda organismo internacional – que de fato tem controle sobre tais recursos.” (ARRETCHE, 2005, p. 71).

⁶⁰ Note-se que, no caso específico de Pradópolis, além da dependência clara em relação aos outros níveis de governo, as atividades econômicas da Usina também exercem grande influência na composição das receitas públicas locais, expondo o município às decisões privadas da direção desse grupo empresarial.

⁶¹ “(...), a entrevista semi estruturada é uma das formas para coletar dados. Ela se insere em um espectro conceitual maior que é a interação propriamente dita que se dá no momento da coleta. Nesse sentido, para nós, a entrevista pode ser concebida como um processo de interação social, verbal e não verbal, que ocorre face a face, entre um pesquisador, que tem um objetivo previamente definido, e um entrevistado que, supostamente, possui a informação que possibilita estudar o fenômeno em pauta, e cuja mediação ocorre, principalmente, por meio da linguagem.” (MANZINI, 2004, p. 9)

indicasse membros do governo local para aprofundar algumas questões colhidas na primeira entrevista.

Nesse momento, a assessora informou que não fazia mais parte do governo local, indicando os contatos do atual Secretário de Finanças e da Secretária de Agricultura. Assim, foi estabelecido contato com o Secretário de Finanças, primeiro por meio telefônico e num segundo momento por meio de mensagem eletrônica via rede mundial de computadores.

O primeiro contato foi utilizado para explicar de maneira geral o intuito da realização de uma entrevista, utilizando mensagem eletrônica, tendo sido explicado que se tratava de uma pesquisa para fins científicos, sendo expostos os objetivos gerais da pesquisa e o meio pelo qual chegou-se até ele. A resposta a esse contato foi bastante positiva, apresentando-se o Secretário muito solícito.

No entanto, ao receber a informação por ele solicitada sobre o nome de quem o teria indicado para responder as questões, em nenhuma outra oportunidade foi conseguido contato com o Secretário, muito embora tenha sido tentado contato por mais quatro vezes.

Dadas as informações de que houve uma mudança do grupo político que administrava a cidade nas eleições de 2012, num ambiente de disputa mais aguerrida, ficou-se a impressão de que a interrupção abrupta na comunicação com o Secretário poderia ser fruto de uma recusa de se vincular de alguma maneira a uma representante do governo passado.

Transcrição da entrevista realizada em 10 de novembro de 2012, na sede da Prefeitura Municipal de Pradópolis.

ENTREVISTADOR: As perguntas basicamente giram em torno do desenvolvimento econômico do município, porque a pesquisa que estou realizando é sobre o desenvolvimento de municípios em geral, mas peguei o caso de Pradópolis em particular por conta da relação com a usina. Gostaria de saber como o município vê essa coisa geral com base nas seis perguntas que vou fazer, se vocês puderem me ajudar, eu agradeceria.

ENTREVISTADOR: A questão do emprego na cidade, gostaria de saber primeiro se esse é um problema que ocorre na cidade e como a prefeitura lida com a questão do desemprego.

ENTREVISTADO: A cidade sempre foi uma cidade dormitório, muito embora Pradópolis, apesar de ser uma cidade modelo com toda a infraestrutura, ela entra nessa linha de cidade dormitório porque as pessoas trabalham durante o dia e vem para cá dormir. Com a mecanização da agricultura e a industrialização com informatização o emprego caiu barbaridade. Tem vindo muito migrante para cá, principalmente do Maranhão, mas não para trabalhar no município, eles dormem aqui, moram aqui, mas trabalham nas usinas da região no corte de cana. Agora quanto a indústria que está aqui dentro, a usina São Martinho tem empregado apenas mão de obra qualificada, utilizando o mínimo do mínimo de mão de obra para o corte. Na parte industrial também, a automação é quase que geral, então a mão de obra especializada tem campo de emprego aqui, mas a mão de obra braçal já não tem mais. Só que a cidade arca com o ônus de ter esse pessoal morando aqui, com saúde, com educação, com área social; e esse pessoal trabalha em usinas de Luiz Antônio, de Serrana, Guariba, sendo que esse pessoal fica aqui, principalmente do Maranhão.

ENTREVISTADOR: Quando pesquisei nos jornais da cidade, eu pude ver que a mão de obra do corte de cana para a São Martinho vinha principalmente do Maranhão.

ENTREVISTADO: A São Martinho, eu não sei agora, mas quando eu estava na Prefeitura na gestão passada, nós conversamos muito por conta dessa responsabilidade que a prefeitura tinha de gerir a educação, a saúde e principalmente a área social, desse pessoal que vinha todo de fora e acampava aqui, Então a usina tinha um protocolo que só contratava esse pessoal maranhense, ou o migrante que vinha para o corte da cana, um por endereço. A estratégia deles era a seguinte: eles vêm nos ônibus que contratam, os famosos gatos, eles alugam uma casa, enchem de gente sem condição de moradia, Quando fomos atrás disso, com Vigilância Sanitária, com médicos para ver se tinham condições habitáveis, eles falavam ‘aqui mora um só, uma família só, o resto está apenas fazendo uma visita’, mas não era assim. Os proprietários dos imóveis alugavam por cabeça. Então a usina decidiu contratar uma pessoa por cada endereço, para não ter essa aglomeração, e junto com a prefeitura fazia esse esquema para diminuir esse problema.

ENTREVISTADA: Mas não resolveu, continua da mesma forma porque eles largam a São Martinho e procuram usinas da região, ficando como cidade dormitório.

ENTREVISTADO: Aqui fica só com o ônus, o bônus mesmo não fica por aqui. Porque vem mulher grávida, vem sem pré-natal sem nada e usa o serviço médico daqui.

ENTREVISTADA: Vem com criança doente, com deficientes. Muitos deficientes vêm para cá, deficiente mesmo, físico e mental.

ENTREVISTADO: Passam dificuldades de alimentos, de tudo e então incham lá o serviço social. Na educação o índice escolar caí, então é complicado para o município.

ENTREVISTADOR: Mas mesmo assim é sazonal, vem para o corte...

ENTREVISTADO: Antes era até sazonal, agora não, eles acabam fixando moradia aqui, porque eles veem que aqui tem tudo que precisam. Eles trazem família, trazem a avó doente para se tratar aqui.

ENTREVISTADOR: Acabam fixando moradia.

ENTREVISTADO: E os que voltam para lá, para tocar a vida lá, deixam alugado o imóvel aqui para a próxima safra, para poderem voltar na próxima safra. Acabam fixando residência, acabando com a sazonalidade.

ENTREVISTADOR: O curioso é que agora não é mais o emprego na São Martinho.

ENTREVISTADO: Não é. Agora é nas usinas da região.

ENTREVISTADOR: Mas isso é para o pessoal que está empregado. Você tinha me dito que a São Martinho desempregou.

ENTREVISTADO: Eu não sei qual é o índice de desemprego aqui, mas minha impressão é que não tenhamos um índice grande de desemprego.

ENTREVISTADA: Há falta de emprego para os jovens que estão iniciando uma carreira.

ENTREVISTADO: Mas acho que isso é nacional.

ENTREVISTADA: Há uma falta de emprego muito grande, então eles vão para Ribeirão Preto, Sertãozinho.

ENTREVISTADOR: É porque eu vinha pesquisando a São Martinho e vi que eles até estimulam um pouco os jovens, com cursos técnicos, mesmo na área de agricultura, e acabam abrindo possibilidades, que é um emprego mais qualificado.

ENTREVISTADA: Eles tem parceria com o SEBRAE.

ENTREVISTADO: Sem qualificação não tem mais. Um dos maiores empregadores de município desse porte aqui, pode pegar os municípios da região, é a prefeitura. A prefeitura dá muito emprego.

ENTREVISTADOR: A São Martinho ela gera muito imposto, principalmente ICMS, que o município acaba tendo uma participação e ela não só era um bom empregador há algum tempo atrás, como é um bom gerador de impostos. Isso para o desenvolvimento da cidade é muito importante. A prefeitura se preocupa com uma

diversificação desse desenvolvimento, de modo a não ficar ligada só na São Martinho, vocês na prefeitura pensam em algumas estratégias.

ENTREVISTADA: A São Martinho ainda é a maior fonte arrecadação do município. O município tem tentado atrair algumas coisas, mas é muito difícil.

ENTREVISTADO: Nessa região, na região de Ribeirão Preto e mesmo no estado de São Paulo onde tem a cultura da cana, é muito difícil uma diversificação. O que a prefeitura tem aqui é um distrito industrial, mas são empresas ligadas à indústria da cana também, transporte, manutenção de caldeiraria, todas essas coisas, tudo ligado à usina. Não tem como um município como Pradópolis falar que vai trazer uma indústria de calçados para cá, não tem mão de obra. Aqui é tudo ligado à indústria da cana. O município, 99% é plantado de cana, quando não é terra da usina é de fornecedor ligado à usina.

ENTREVISTADOR: As pequenas propriedades que ainda existem fornecem cana para a usina.

ENTREVISTADA: Até o assentamento rural já planta cana.

ENTREVISTADOR: Esse é o assentamento Guarani.

ENTREVISTADO: É o Horto Guarani, uma invasão de terra meio desordenada. Eles fizeram uma parceria com a usina e plantam cana também. Então é o pequeno produtor rural que seria o intuito da reforma agrária está desvirtuado também, estão ligados a usina.

ENTREVISTADOR: No meio rural (o assentamento) é uma possibilidade de diversificação, através da produção de alimentos, produzindo outros produtos. Eu trabalhei um pouco com o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (PMDRS) que a CATI fez. Não sei como vocês veem, mas eu achei um plano bem feito, bem interessante, porque abrem uma possibilidade de diversificação, citam muito o assentamento.

ENTREVISTADO: Na teoria é uma beleza. (O assentamento) é uma área muito grande, que era plantada com eucalipto. Na invasão começaram a cortar os eucaliptos para fazer carvão, para a subsistência das famílias, queimando uma fortuna em dólares em madeira. Antes não era o Incra que cuidava do assentamento, era o Itesp. Eles deveriam ter feito uma vila agrícola, facilitando a instalação das famílias, com infraestrutura de água, esgoto. Mas não, dividiram um pedaço de terra para cada família, sendo que não plantam nada, nem um pé de mandioca, passam fome. O governo até tem os orientadores, mas não funciona.

ENTREVISTADA: Não funciona porque eles não tem meios, não tem dinheiro.

ENTREVISTADOR: Então a relação do município com o assentamento...

ENTREVISTADO: É igual com os migrantes: o município arca com tudo ali. No começo o município tinha que levar água de caminhão.

ENTREVISTADA: Ainda leva. Os poços (artesianos) perfurados pelo Incra, nenhum está distribuindo água.

ENTREVISTADO: E aí vem para o município. O mais próximo é Pradópolis. O prefeito mora na cidade, as vezes ao invés de irem na prefeitura, eles vão até a casa do prefeito, cobrar do prefeito.

ENTREVISTADA: Porque a necessidade é muito grande.

ENTREVISTADO: Tem a água, a saúde, a educação, transportar os alunos de lá para cá, não tem estrada, é difícil. É mais um ônus para o município sem retorno nenhum.

ENTREVISTADOR: O Projeto de Assentamento acaba virando, ao invés de uma possibilidade de desenvolvimento, um entrave?

ENTREVISTADO: Um retrocesso.

ENTREVISTADOR: A Prefeitura tem políticas sociais específicas, por exemplo, de emprego, ou alguma coisa parecida com o Bolsa Família, de distribuição de renda?

ENTREVISTADA: Não.

ENTREVISTADO: Não. Aqui a prefeitura até faz alguma coisa. Aqui a prefeitura distribui um sopão, para pessoas de baixa renda. A Assistência Social fornece para famílias cadastradas esse alimento em forma de sopa.

ENTREVISTADOR: É para famílias cadastradas?

ENTREVISTADA: É. De baixa renda.

ENTREVISTADO: De baixa renda. E tem outras atividades que a rede social ensina como bordado essas coisas.

ENTREVISTADA: É mais para mulher mesmo, atende a área feminina.

ENTREVISTADO: É mais da área urbana também...

ENTREVISTADA: É. Tem também algumas pessoas do assentamento que vem, mas é mais para a área urbana mesmo. São (atividades de) trabalhos manuais.

ENTREVISTADOR: É para ocupar um pouco, para gerar renda...

ENTREVISTADA: Tudo que foi tentado colocar no assentamento com relação à capacitação, como por exemplo: foi colocado panificação...

ENTREVISTADOR: Pela prefeitura?

ENTREVISTADA: Pela prefeitura. Foi colocado a compota de doces, foi colocado também aquele do maracujá, para retirar o extrato...

ENTREVISTADO: É, eles iam plantar o maracujá e extrair (a poupa) para fazer suco.

ENTREVISTADA: Para fazer suco, mas também, por conta deles mesmos, não vai para frente.

ENTREVISTADO: É, não vai. Já teve junto com a Faculdade de São Carlos plantio de hortaliças em estufa, mas acabou.

ENTREVISTADA: Acaba assim: não indo para frente, mesmo com técnico agrícola, com engenheiro agrônomo acompanhando tudo, mas eles não têm uma visão de agronegócio, cada um tem o seu problema e eles querem resolver o problema individual e não na área coletiva.

ENTREVISTADOR: Não conseguem se relacionar com o município?

ENTREVISTADO: Não conseguem. Já se tentou fazer cooperativas, mas não conseguem.

ENTREVISTADA: Não conseguem criar uma união entre eles. A área é muito extensa e não conseguem criar uma união.

ENTREVISTADOR: Várias políticas de produção que a prefeitura tentou implementar não deram certo?

ENTREVISTADA: Teve até o palmito pupunha, teve vários plantios...

ENTREVISTADO: Plantio de frutíferas, goiabeira...

ENTREVISTADA: Hortaliças, mas não deu certo.

ENTREVISTADO: A prefeitura até criou lei aqui dizendo que ia comprar a produção para a merenda (escolar).

ENTREVISTADO: Acompanhando a lei nacional?

ENTREVISTADA: Isso. Com o advento da lei que obriga (a prefeitura) a comprar 30% (dos alimentos de merenda escolar) da agricultura familiar, mas se você for atender a lei e for verificar, eles não tem produção, não tem (condições de manter o) abastecimento para o ano todo, mesmo a questão da higiene, porque você tem que ter uma higiene, então não dá para, com aquele tipo de agricultura, atender o fornecimento para a merenda.

ENTREVISTADOR: A prefeitura tentou comprar deles antes?

ENTREVISTADA: Até antes (do surgimento da lei) da agricultura familiar.

ENTREVISTADO: A prefeitura montou lá um posto médico...

ENTREVISTADA: Para tocar o Programa de Saúde da Família. Foi colocada a equipe do Programa Saúde da Família, mas também veio a perder. Hoje vem a ser um posto de, está horrível. Durante a campanha (eleitoral) eu fui lá e está horrível, está morando gente.

ENTREVISTADOR: Você citou também a poupa do maracujá. Até a agroindustrialização tentou-se fazer lá e...

ENTREVISTADA: Tentou-se fazer uma feira, que com a produção deles nós fechávamos uma rua específica para eles para que pudessem explorar o produto deles, mas também acho que durou quanto, uns dois meses.

ENTREVISTADO: Não foi muito tempo não. Depois começou a virar pirataria, virou aquelas feiras lá do Brás. Produto agrícola que era interessante para eles comercializarem aqui...

ENTREVISTADA: A única coisa que eu acredito que permaneceu, não sei hoje se você consegue ver, ali em frente ao supermercado Cogiba tem uma barraquinha de produtos de milho, ali tem cural, tem pamonha, tem bolo, acho que tem doce de leite também, aquele agricultor foi para frente, que é o Sr. Luiz.

ENTREVISTADO: Mas de (de um total de) trezentas famílias.

ENTREVISTADA: É, trezentas e sessenta e sete. Só aquele que eu vejo, o Sr. Luiz é do assentamento.

ENTREVISTADO: É. E o comércio que eles conseguiram fazer foi o comércio extrativista do carvão que eles queimavam. Queimaram toda a madeira que tinham e vendiam para a cidade. Teve gente por aí que ficou muito rica comprando madeira deles no começo, há vinte anos né.

ENTREVISTADA: Então esse do Sr. Luiz eu vejo que ele tem uma barraquinha em frente ao supermercado e vende todos os dias produtos do milho.

ENTREVISTADOR: Fora o assentamento, vocês tem agricultura de pequeno produtor, porque é difícil caracterizar agricultura familiar, mas pequeno produtor?

ENTREVISTADA: Tudo cana.

ENTREVISTADO: Não existe.

ENTREVISTADOR: O abastecimento da cidade vem de outro município?

ENTREVISTADO: É, vem de outro município. Aqui é só cana mesmo.

ENTREVISTADOR: No fim o assentamento poderia ser uma possibilidade.

ENTREVISTADA: Nós fizemos várias coisas. Nós tentamos. Fizemos até alfabetização solidária para alfabetizá-los, porque eles eram praticamente analfabetos, não conseguiam nem fazer planilha de custo mesmo de produção, mas foi em vão.

ENTREVISTADOR: Foi uma tentativa que não prosperou...

ENTREVISTADA: Até agora nada que nós tentamos lá deu certo.

ENTREVISTADOR: Como vocês vêm aquele plano da CATI?

ENTREVISTADA: É um plano muito bonito, mas não tem aplicabilidade.

ENTREVISTADOR: Mas a CATI está presente aqui?

ENTREVISTADOR: A prefeitura trouxe essa coisa para cá, contratou um agrônomo.

ENTREVISTADA: Nós fizemos a municipalização, contratamos um agrônomo, o agrônomo era presente no assentamento, a CATI ajudou muito, mas nós não conseguimos êxito. Eu percebo assim: eu conheci outros assentamentos, aqui eles reclamam muito da falta de água, os outros assentamentos reclamam também da falta de água. Só que nós conseguimos através do INCRA trazer a perfuratriz, o INCRA trouxe a perfuratriz, para quem precisasse de água perfurar poço, a prefeitura até ajudou. Mas eles querem facilidades, o que é que eles querem: é que a prefeitura faça tudo isso, que a prefeitura compre os canos, ou seja lá o que precisa, para fazer uma extensão (ligação de água do poço até o lote). Inclusive tem gato que eles fazem pegando ali do poço perto do distrito industrial para eles, você entendeu. E nos demais assentamentos que eu conheci eles vão atrás: eles perfuram com a perfuratriz do INCRA, tentam conseguir subsídios do INCRA para fazer os reservatórios de água. Eu conheci outros assentamentos como os de Motuca, que eles acham as alternativas. Conheci um

assentamento na região de Andradina, muito melhor e bem menos desenvolvido, mas são os próprios assentados que fazem. Essa é a dificuldade que eles tem (assentados do Guarani), eles querem facilidades. A terra é deles e tem muita coisa que a prefeitura não consegue fazer e eles acham que a prefeitura deveria fazer. A gente faz o transporte das crianças, de lá para cá, mas eles acham que deveria fazer uma escola lá, mas, de repente, se você construir uma escola lá você está discriminando a criança, onde ela teria mais oportunidades. Então é muito dificultoso trabalhar com eles por causa dessa visão. Eles querem a terra, mas a terra não está produzindo. Da dó se você entrar lá é uma judiação, sem produção. Eles reclamam muito: eu queria criar porco mas não tem água para lavar o chiqueiro, eu queria criar galinha, mas ela morre de sede, só que qualquer lugar que você perfura aqui sai água. O INCRA até perfurou poços, tem até o reservatório, só não está fazendo a distribuição.

ENTREVISTADOR: A última questão: vocês estão numa região rica, o município é bem estruturado, vocês tem relação com os municípios vizinhos no sentido de criar umas políticas comuns, de desenvolvimento econômico?

ENTREVISTADA: Cooperativismo, consórcios?

ENTREVISTADOR: Isso, exatamente.

ENTREVISTADA: Já foi tentado, mas também não progrediu. Principalmente os consórcios municipais, com a participação do (governo do) estado na aquisição de equipamentos agrícolas, mas não deu certo.

ENTREVISTADOR: O programa de micro bacias também trabalha um pouco com isso.

ENTREVISTADA: Nós fazemos parte do Baixo Mogi. A gente até consegue alguns recursos, mas não através de consórcios. Cada município apresenta seu projeto.

ENTREVISTADOR: Acabam não fazendo uma coisa comum.

ENTREVISTADA: Não. Nunca foi feito um consórcio ou um projeto para agregar vários municípios.

ENTREVISTADOR: Mas você acha que tem possibilidade disso, tem potencial para isso?

ENTREVISTADA: Eu trabalho muito, gostaria muito que desse certo e acredito que seria a solução para alguns municípios seria a implantação de uma usina de reciclagem de lixo, para isso precisaria (da união) de alguns municípios, porque a tonelada de lixo (de um só município) seria pouca, mas também tiveram várias reuniões e não progrediu por enquanto, mas eu acho que há uma possibilidade dentro dessa linha.

ENTREVISTADOR: Porque isso atende a microrregião, não é?

ENTREVISTADA: Isso. Eu acredito ainda nesse trabalho. Não sei a intenção do próximo governo (municipal), mas eu acredito que nessa linha daria para fazer.

4. DISCUSSÃO

4.1. Diversificação da atividade econômica em comparação aos municípios de Sertãozinho e de Piracicaba

Como ficou evidente no decorrer desse estudo, a atividade da agroindústria canavieira dominou por completo a atividade econômica no município de Pradópolis: na produção agrícola a cana não deixou espaço para outras culturas; e na atividade industrial as pequenas oficinas existentes no município não apresentam resultados econômicos expressivos, sendo dependentes da atividade da usina São Martinho para continuarem operando. Não há, portanto, diversificação econômica no município.

Cenário diferente verifica-se em Sertãozinho, cidade localizada na Região Administrativa de Ribeirão Preto, a mesma de Pradópolis. A origem de Sertãozinho é muito parecida com a de outros municípios da Região, inclusive Pradópolis: o município surgiu a partir da expansão cafeeira e se consolidou com a chegada dos imigrantes, principalmente italianos, para substituir a mão-de-obra escrava. (SANTOS, 2010).

Após a derrocada do café, no início dos anos 1930, a atividade agrícola se diversifica, até se concentrar na cultura da cana a partir de 1944. A década de 1940 marca a sobrepujança da atividade canavieira sobre qualquer outra atividade econômica na localidade, tornando-se o centro dinâmico da economia sertaneza. (SANTOS, 2010).

A consistente expansão da atividade canavieira na região gera forte demanda por equipamentos para as novas usinas. Com o objetivo de aproveitar esse nicho de mercado e, ao mesmo tempo, contrapor-se à primazia da empresa Dedini S/A no fornecimento de bens de capital para a agroindústria canavieira, Maurílio Biagi se associa a Ettore Zanini e fundam a Oficina Zanini. A empresa cresceu rapidamente, levada pela grande demanda existente na região devido a expansão do sub setor a partir dos anos 1960, tornando-se a maior empresa da cidade, uma das mais importantes da Região de Ribeirão Preto e do estado de São Paulo. (SANTOS, 2010).

Os intensos investimentos na Zanini provocaram uma diversificação da atividade econômica no município, deslocando o papel protagonista da agroindústria

canavieira para a indústria de bens de capital, consolidando Sertãozinho como um pólo de produção de bens de capital.

Na esteira do crescimento vertiginoso da Zanini, Sertãozinho conseguiu atingir o dinamismo econômico responsável pela diversificação de sua economia. Assim, em suma, mesmo com sua relevância ainda observada nos dias atuais, o município não é mais dependente economicamente das usinas instaladas em seu território.

Essa situação é ainda mais clara em Piracicaba. Esse município foi um dos principais produtores de açúcar do estado de São Paulo em fins do século XIX, tendo sido a região onde se instalaram os principais engenhos centrais. Piracicaba também concentrava em sua região as principais usinas do estado no início do século XX. Além disso, foi em Piracicaba que se fundou a mais importante empresa para a produção de bens de capital para o sub setor: as Oficinas Dedini.

Esse fato possibilitou que em Piracicaba ocorresse uma diversificação da atividade econômica, superando a especialização na produção de cana e em seu processamento industrial.

“Assim, o município de Piracicaba passou a viver um processo bastante intenso de dinamismo econômico, como efeito encadeado de sua tradição na produção do complexo, constituindo uma produção diferenciada, de base manufatureira/industrial. Em outras palavras, as produções de cana, de açúcar (e também de álcool e de aguardente), passaram a ser gradualmente obscurecidas pela produção industrial de equipamentos e de peças de reposição que tais produções exigiam. Dessa forma, o município viveu um processo de industrialização cujo mercado não foi desde o início local, mas sim estadual e mesmo nacional.” (PERES; RAMOS, 1999, p. 4).

No decorrer do século XX, o município deixou de ser uma referência na produção de cana e no seu processamento, muito embora não tenha deixado de se manter uma referência para o sub setor, porém nas áreas de produção de bens de capital e de pesquisa. No entanto, o município conseguiu diversificar sua economia, principalmente na indústria, trazendo consigo diversificação também nos setores de comércio e serviços.

Ao comparar-se os exemplos de Sertãozinho e de Piracicaba com Pradópolis, verifica-se que nos dois primeiros ocorreu um fato fundamental para caracterizar o desenvolvimento econômico: a diversificação das atividades econômicas.

O desenvolvimento econômico é caracterizado quando a diversificação das atividades transmuta as articulações produtivas setoriais originais, nesse caso baseada na atividade usineira, construindo novas relações produtivas, nas quais as atividades originais ou são superadas (como no caso de Piracicaba), ou assumem papel secundário (caso de Sertãozinho), sendo substituídas pelas atividades industriais. Mais precisamente: “Assim, se a noção de desenvolvimento está inexoravelmente atrelada ao processo de industrialização, está também indissociavelmente articulada ao advento do ‘novo’, ou seja, com o fato de que o ‘velho’ deixa de ser o mais importante, dando lugar às novas relações, fruto da divisão social do trabalho, cuja manifestação não exclui ou se choca com a noção de especialização, mas antes a incorpora.” (PERES; RAMOS, 1999, p. 07)

4.2. A atividade canavieira e seus reflexos socioeconômicos e nas finanças públicas

É comum encontrar produções científicas (artigos científicos, dissertações e teses), que destaquem os efeitos positivos, do ponto de vista socioeconômico e nas finanças públicas locais, advindos da atividade canavieira. Nesse sentido, procurou-se estabelecer um diálogo com as conclusões de cinco dessas produções científicas, buscando comparar seus resultados com os resultados encontrados em Pradópolis.

Em tese apresentada em 2012, Morilhas procura avaliar os impactos econômicos, sociais e ambientais, propondo uma análise baseada em diferentes cenários advindos da inovação tecnológica no sub setor, tentando desvendar quais são os padrões de ocorrência desses impactos, principalmente quanto aos tipos e ordem de ocorrência.

O autor cita muito superficialmente os efeitos negativos da atividade sucroalcooleira, tratando-os com externalidades de simples mitigação, principalmente se os três níveis de governos atuarem na resolução desses problemas. Em contrapartida, a tese destaca os efeitos positivos das atividades das empresas, defendendo que essa atividade econômica deva ser estimulada pelo Estado, uma vez que os benefícios econômicos (geração de renda e desenvolvimento para as regiões onde se localizam); sociais (geração de empregos); e ambientais (diminuição da poluição gerada pela

queima de combustível fóssil automotor); são, segundo seu entendimento, inegáveis e de fácil demonstração⁶².

Na segunda tese analisada, Chagas se propõe avaliar os impactos da produção de cana-de-açúcar sobre os indicadores sociais das regiões produtoras, utilizando-se de sofisticados modelos estatísticos/ matemáticos para estimar os efeitos da atividade canavieira sobre o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH – dessas regiões, propondo-se a realizar uma comparação entre regiões produtoras e não produtoras, de modo a provar que localidades onde se desenvolvem as atividades sucroalcooleiras gozam de melhores índices sociais do que aquela em que essas atividades não existem.

Além da pesquisa em torno do IDH, o trabalho também se debruça na avaliação dos impactos que a atividade canavieira gera nas receitas públicas de um município sede de uma usina, procurando identificar os efeitos positivos da economia canavieira para as finanças municipais (CHAGAS, 2009).

Em breve síntese, Chagas demonstra que o IDH-M (Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios) das regiões produtoras de cana é maior, em média, do que o observado nas regiões não produtoras; que a atividade canavieira impacta positivamente na arrecadação de receitas públicas municipais.

Conclui, por fim, que (1) na média os municípios onde se concentram as atividades canavieiras apresentem patamares melhores de IDH do que em locais onde não existam usinas; (2) é possível afirmar, segundo o autor, que a atividade canavieira é responsável pela geração de efeitos multiplicadores importantes, que promovem impactos positivos nas receitas públicas municipais, em especial nas receitas provenientes de impostos, destacando o ICMS, afirmando que movimentos de expansão da cana sobre outras culturas resultam em aumento na arrecadação de impostos.

Na terceira tese estudada, Guardabassi discute a produção de etanol sob o aspecto das boas práticas sócio ambientais. A autora intenta demonstrar que é possível compatibilizar a atividade canavieira com o respeito as questões sociais.

⁶² “Apesar dos dois grupos pesquisados concordarem que os impactos estão relacionados aos agentes que impulsionam os surgimentos, sejam eles, governos, consumidores ou empresas, os pesquisadores acreditam que a preocupação principal da organização seja com o aspecto econômico e que os aspectos ambientais e sociais são inseridos por meio da pressão de *stakeholders*, como consumidores e governos. Já, as empresas têm buscado atingir o resultado econômico, por meio das ações sociais ambientais.” (M ORILHAS, 2012, p. 169).

Para isso, pesquisa as ações desenvolvidas pelas empresas do sub setor voltadas à inclusão e aprendizagem de trabalhadores desempregados pela mecanização; a integração social da comunidade onde as empresas mantêm suas unidades produtoras; e a implementação de projetos de alfabetização de pessoas dessas comunidades. Combinadas a essas ações, a autora ainda destaca os projetos de na área de saúde coletiva, em especial as campanhas de vacinação; campanhas de prevenção de doenças; e projetos de prevenção à dependência química.

Conclui sua tese afirmando que a produção de biocombustíveis em geral; e de etanol em particular, traz efeitos positivos às comunidades locais onde estão instaladas as usinas, tanto do ponto de vista econômico, quanto do ponto de vista social, em que pese admitir que existam casos de afronta as leis ambientais e trabalhistas de parte das empresas do sub setor (GUARDABASSI, 2012).

Na quarta tese, Santolo constrói cuidadosa análise sobre os efeitos da expansão da sub setor no estado de São Paulo, utilizando-se de sofisticados métodos econométricos para avaliar os impactos dessa expansão sobre o PIB real *per capita* municipal, assim como a distribuição da renda *per capita* nos municípios paulistas.

Em suma, conclui o autor que, no período entre os anos 2000 e 2008, o resultado da expansão do sub setor sobre o nível do PIB real *per capita* municipal foi positivo, além de observar que a expansão também melhorou a distribuição de renda entre os municípios paulistas, afirmando que o sub setor, ao instalar novas unidades produtivas (novas usinas) em municípios onde não havia essas unidades de produção, além de expandir a área ocupada pela lavoura de cana-de-açúcar, proporcionou um impacto socioeconômico positivo nesses municípios, o que pode ser atestado pela elevação do PIB real *per capita* e da desconcentração de renda *per capita* nos municípios paulistas⁶³.

Em trabalho realizado para avaliar os impactos da instalação de uma usina no município paranaense de Cidade Gaúcha, Shikida e Souza pesquisam o crescimento econômico do município baseado em três aspectos principais: (1) a oferta de emprego

⁶³ “Dados o impacto positivo sobre o PIB real *per capita* e a existência de uma relação de dependência espacial positiva nessa variável, pode-se inferir que a expansão do setor sucroenergético também melhorou a distribuição de renda entre os municípios paulistas. (...). Dessa forma, conclui-se que a expansão do setor sucroenergético ocorrida entre 2000 e 2008 apresentou um impacto positivo sobre o bem-estar social no Estado de São Paulo.” (SANTOLO, 2012, p. 157).

após a instalação da usina; (2) a relação da usina com outras atividades econômicas no município e na região; (3) a influência da instalação da usina no crescimento populacional e nas receitas públicas municipais.

Como principais conclusões apresentadas pelos autores, houve um aumento no número de empregos no município a partir da instalação da usina, com destaque para a geração de empregos fixos; pôde-se verificar que as atividades da usina alavancaram o setor de serviços, além de estimular outras atividades na região, principalmente no comércio de produtos agrícolas e de maquinários e veículos; após o início das atividades da usina o município passou a apresentar números melhores de crescimento urbano e diminuição do êxodo rural se comparado aos municípios de sua mesorregião (mesorregião Noroeste Paranaense); houve um sensível aumento nas receitas públicas do município observado após a instalação da usina, com destaque para as receitas provenientes de impostos transferidos pelo governo do estado.

Muito embora o estudo trate de município localizado no estado do Paraná, interessa atentar para a forma como os autores avaliam o impacto da instalação de uma unidade produtora do sub setor canavieiro em um pequeno município, algo que pode ser considerado também para os municípios paulistas. Note-se que os autores observam que os benefícios socioeconômicos gerados pelo início das atividades da usina são inegáveis, porém destacam que há que se considerar que o sub setor também gera efeitos negativos, principalmente o fato de que com a implantação da usina é implantada também a monocultura canavieira⁶⁴.

Contraponto

Em que pese os autores abordados nesse tópico discorrem sobre os resultados socioeconômicos positivos para as cidades e/ ou regiões onde se encontram instaladas as usinas, não se pode afirmar que isso necessariamente ocorra.

Em Pradópolis os resultados encontrados no IPVS desautorizam deduzir que há no município uma situação de desenvolvimento social, apontando, na verdade, em direção oposta, uma vez que ao comparar esses resultados (IPVS x PIB *per capita* e

⁶⁴ “Em síntese, prevalece nesta análise a importância da agroindústria canavieira para a região estudada, que é inegável. Mas também existem aspectos negativos de uma estratégia de desenvolvimento baseada numa forte concentração/especialização na atividade canavieira. Neste contexto, frisa-se a vulnerabilidade de uma base produtiva concentrada em um único produto (...).” (SHIKIDA; SOUZA, 2009, p. 597).

Renda *per capita*) conclui-se que há concentração de renda e exclusão social, na medida em que 24,5% da população daquele município está exposta a uma situação de preocupante vulnerabilidade social (acima da média estadual que é de 16,5%), mesmo que os números do PIB *per capita* e de Renda *per capita* sejam bastante diferentes: R\$ 36.912,43 e R\$ 7.786,80 respectivamente em Pradópolis e R\$ 30.264,06 e R\$ 10.245,00 respectivamente no estado de São Paulo.

A atividade econômica em Pradópolis é extremamente concentrada na usina São Martinho, não havendo diversificação econômica, resultando numa situação de dependência, tanto do ponto de vista econômico geral como das finanças públicas em particular.

A usina é a principal geradora de empregos da região e é a responsável pela geração de recursos provenientes de impostos, principalmente por via do recolhimento do ICMS, concentrando grande poder de barganha nas mãos do Grupo.

Cumprir destacar que a extrema dependência na atividade da usina para arrecadação de recursos financeiros através do ICMS produz mais um elemento de instabilidade para o município: as políticas fiscais do governo do estado. Um exemplo disso foi a adoção da política de redução da alíquota de ICMS sobre o etanol hidratado no estado de São Paulo, que passou de 25% para 12% em 2004.

Em que pese a constatação apresentada na literatura de que essa redução foi benéfica ao se analisar o conjunto da economia no estado (COSTA; GUILHOTO, 2011), não se pode negar que os resultados para os municípios sede das empresas não se apresentaram, proporcionalmente, a mesma variação positiva, principalmente por dois motivos: (1) municípios produtores perdem com a redução (em especial uma redução tão significativa como essa) da alíquota do ICMS porque, devidas as características da agroindústria canavieira, a produção local dificilmente cresce em proporções suficientes para reduzir os impactos negativos da redução da alíquota; (2) os resultados positivos do aumento do consumo provocado pela redução do imposto são, em última análise, transferidos via cota de participação para os municípios não produtores.

Em resumo, o impacto para as receitas públicas dos municípios produtores é negativo, muito embora os defensores desse tipo de política argumentem que os efeitos

econômicos gerais – como aumento dos postos de trabalho – tem que ser considerados como benéficos para o conjunto do estado.

4.3. A usina e a produção local de alimentos

Nos últimos vinte anos as discussões sobre o direito a alimentação passou a ser pauta frequente nas rodadas mundiais sobre direitos humanos

Foi precisamente na Conferência Mundial sobre Direitos Humanos, ocorrida em Viena no ano de 1993, que o direito á alimentação se igualou aos demais direitos humanos pactuados na Carta de 1948. Esse fato demonstra um avanço em relação ao modo como os países capitalistas passaram a encarar a alimentação do homem, assumindo o compromisso de redução global da fome, encarando o Estado como ator principal na garantia do bem-estar alimentar da população de seu país. (BELIK, 2003).

Essa nova diretriz vem de encontro ao conceito de Segurança Alimentar, surgido no pós Segunda Guerra Mundial, quando a Europa, em sua grande parte devastada pelo conflito, não apresentava condições de produzir alimentos para suprir as necessidades de sua população.

Esse conceito é multidimensional, envolvendo toda a cadeia alimentar e engloba três aspectos principais: (1) produção de alimentos em quantidade suficiente para suprir as necessidades da população; (2) produção de alimentos de qualidade que garantam níveis desejáveis de nutrientes e boas condições sanitárias de consumo; e (3) produção que garanta a regularidade no acesso aos alimentos produzidos. (BELIK, 2003); (CORRÊA, 2007); (GUBERT ET AL, 2010) .

Belik destaca a ideia de acesso como a garantia de que a população alcance esses alimentos, suprimindo suas necessidades do ponto de vista da qualidade e da quantidade, diferentemente da ideia de disponibilidade de alimentos que está ligada a possibilidade de obtenção, dependendo da capacidade de renda da população, ou de outros fatores como, a necessidade de vencer obstáculos como conflitos internos, monopólios privados de distribuição ou mesmo desvios. (BELIK, 2003).

É fundamental a ideia de que o acesso a uma alimentação adequada do ponto de vista da quantidade e da qualidade não é um problema circunscrito ao indivíduo, senão pelo contrário, esse é um assunto de interesse coletivo, demandando então a elaboração

de políticas públicas capazes de assegurar a promoção e o acesso dos indivíduos aos alimentos, não deixando as pessoas expostas a uma relação mediada pelo mercado, exigindo, desse modo, que o Estado assuma a responsabilidade de preservar o acesso da população aos alimentos. (MAFRA; NAVES, 2009)

Esse conceito vem sendo construído durante as últimas décadas, encartando novos termos e ideias, como a soberania alimentar e a sustentabilidade alimentar. A ideia de soberania surgiu em 1996 durante os trabalhos da Cúpula Mundial da Alimentação e está vinculado a autonomia alimentar dos países e com sua menor dependência de importações, assim como a menor exposição as flutuações de preços dos alimentos, atribuindo importância a cultura e aos hábitos alimentares de um país. Do lado da sustentabilidade, as facetas mais relevantes são a preservação do meio ambiente, a não utilização de agrotóxicos e a diminuição da produção extensiva por meio de monoculturas. (BELIK, 2003).

Um dos fatores mais impactantes na segurança alimentar das populações é o nível de renda, sendo que no Brasil o baixo nível de renda é responsável pela limitação no acesso aos alimentos (BELIK, 2003); porém ela não é suficiente para explicar a insegurança alimentar, pois mesmo em se considerando famílias com renda que as colocam acima da linha de pobreza podem estar em situação de insegurança alimentar, graças a outras condições⁶⁵ que impedem ou dificultam o acesso ao alimento. (GUBERT ET AL, 2010).

Dentre essas outras condições se encontra a produção, a forma como se produzem os alimentos e também condições correlatas, como a comercialização. Todas essas condições influenciam diretamente no acesso da população aos alimentos, principalmente porque impactam no preço⁶⁶.

⁶⁵ “(...), sob pressão da expansão de monoculturas, com grande concentração de terras e crescente aumento dos preços da terra, parece que a fragilidade dos pequenos produtores (Neuburger, 2000) não é considerada, tampouco a garantia de alimentos e a fragilidade dos ecossistemas com contaminações excessivas do meio ambiente. É comprovado que a homogeneização da paisagem agrária leva ao esvaziamento do espaço rural e fortifica a migração dos excluídos ao circuito da pobreza urbana.” (KOHLHEPP, 2010, p. 247).

⁶⁶ “Entre as preocupações associadas à expansão dos biocombustíveis, destacam-se os impactos negativos advindos de mudanças no uso da terra. A elevação na demanda e produção de biocombustíveis tem ocorrido concomitante à redução da área plantada de culturas agrícolas tradicionais e pressão para expansão da fronteira agrícola pelo desmatamento e conversão de áreas nativas. O aumento nos preços

Por isso, a produção local de alimentos entra como uma das componentes de avaliação sobre o acesso da população que vive nos municípios, uma vez que, ao menos em tese, a produção local influenciaria nos preços praticados no município. Além do preço, a produção local também impacta na utilização da energia gasta para garantir o acesso aos alimentos.

Essa preocupação tem ganhado mais relevância, graças as questões ambientais, criando um movimento de apoio e valorização da produção local, principalmente nos Estados Unidos e na Europa, que aos poucos vem ganhando espaço nos demais países.⁶⁷

O aumento de preços dos alimentos é resultado de um conjunto de fatores, como o aumento da capacidade de compra por parte de populações que antes tinham dificuldades de acesso, exatamente pela renda insuficiente. Porém, essa é apenas uma parte da explicação. A outra ponta que contribui sobremaneira para o movimento de alta dos preços é a diminuição da oferta, causada pelo avanço da monocultura⁶⁸ de produção de *commodities* agrícolas, combinada com os efeitos da devastação ambiental, que provoca o desgaste e a diminuição da fertilidade do solo, limitando o acesso à água (ABRAMOVAY, 2008), além do controle que é exercido por grandes corporações através do fornecimento de sementes híbridas e de defensivos agrícolas que restringem (quando não impedem) a capacidade de produção de alimentos por agricultores independentes.

Abramovay destaca que a questão dos preços dos alimentos é demasiadamente preocupante e vem se agravando com o decorrer dos anos. O autor cita dados do Banco Mundial que afirmam que até o ano de 2030 a oferta de produtos agrícolas terá que subir 50% e de carnes 85% em relação ao que é produzido atualmente. Ainda citando o

dos alimentos nos últimos anos vem sendo atribuído à redução da produção agrícola de alimentos em prol de matéria-prima para biocombustível.” (GURGEL, 2011, p. 183).

⁶⁷ “Baseado nesse fato, cresce com força nos Estados Unidos e na Europa um movimento de valorização da 'comida local', ou seja, de estímulo ao consumo de produtos – até mesmo industrializados – obtidos com insumos da região onde vivem os consumidores e que tenham a mínima necessidade possível entre a produção e a mesa.” (NITZKE ET AL, 2012, p. 7).

⁶⁸ “(...), 'a monocultura é uma grave doença da economia agrária', que bloqueou o acesso da população a um imenso potencial de suprir suas necessidades básicas (o latifúndio e a monocultura estão na raiz do paradoxo de uma região dotada de alta fertilidade e onde a fome crônica se traduz também por doenças específicas como o diabetes).” (ABRAMOVAY, 2008, p. 2706)

International Food Policy Research Institut – IFPRI – afirma o autor que um terço da elevação de preços dos alimentos em 2008 pode ser atribuído a utilização da maior parte da produção estadunidense de milho para a obtenção de etanol. (ABRAMOVAY, 2008).

Devido a questões como essa, que reduzem o acesso da população aos alimentos⁶⁹, é imperativo que o Estado, nas esferas de governo federal, estadual e municipal, assuma posição clara no sentido de preservar o direito a esse acesso, através de políticas públicas efetivas. Dessa maneira, governos municipais assumem papel relevante, tendo em vista que esse nível de governo está mais próximo da população, administra conflitos dessa natureza mais diretamente.

Mafra e Naves, citando Renato Maluf, apontam as cinco diretrizes que devem ser seguidas por governos municipais na formulação de políticas de segurança alimentar: (1) promover a produção local de alimentos, orientando para canais de comercialização que favoreçam o equilíbrio social; (2) ampliar o acesso aos alimentos de qualidade, regulando as condições pelas quais esses alimentos são disponibilizados à população; (3) difundir a educação alimentar, ao mesmo tempo em que estimulam os indivíduos a se organizarem na defesa de seus direitos; (4) desenvolver programas específicos, voltados a populações em risco, observando-se a necessidade de garantir a qualidade dentro desses programas; (5) estimular a participação democrática da população na formulação e na implementação dos programas municipais, além de incentivar e apoiar as iniciativas não governamentais. (MAFRA; NAVES, 2009).

Dessa forma, acreditam os autores que o município pode estimular o aumento de oferta, fomentando a concorrência entre fornecedores, diminuindo os preços e aumentando a qualidade dos alimentos ofertados. Uma das formas utilizadas para isso é a abertura de espaços de comercialização, mantidos pelo governo local, em que o

⁶⁹ A questão do aumento dos preços dos alimentos vem sendo alvo de inúmeras produções científicas, inclusive de órgãos governamentais, denunciando a preocupação de diferentes entidades: “Assim, considerando a reduzida participação de frutas, legumes e verduras (FLV) e aumento da participação de alimentos processados altamente energéticos e de baixo teor nutritivo na dieta da população urbana do país nas últimas décadas, os achados deste estudo indicam que o preço dos alimentos pode representar uma limitação para a adoção de uma alimentação saudável.” (MONDINI ET AL, 2012, p. 53).

produtor consegue vender diretamente aos consumidores, ao mesmo tempo garantindo mercado de venda e se livrando de possíveis atravessadores. Em contrapartida a permissão para a utilização dos locais de venda, os produtores tem que se comprometer a praticar preços menores do que aqueles encontrados no mercado local, permitindo que a população acesse alimentos a preços razoáveis. (MAFRA; NAVES, 2009)

Ao mesmo tempo, àquelas pessoas que não conseguirem comprar os alimentos nesses equipamentos públicos de comercialização, é necessário que o poder público municipal garanta que o fato de não possuir dinheiro suficiente para comprar alimentos seja um empecilho ao acesso de pessoas à alimentação. Assim, é imperativa a elaboração de políticas públicas de incentivo a produção para o autoconsumo ou de fornecimento de alimentos a grupos específicos que não tenham outra alternativa de se alimentar. (MAFRA; NAVES, 2009).

A implantação desse tipo de política no âmbito municipal exige de seus executores esforço e vontade política para garantir que esses programas atinjam seus reais objetivos, protegendo o interesse público dos interesses de grupos privados que atuam sobre o poder público municipal de forma a pressionar para que programas desse tipo atendam aos seus interesses específicos. (MAFRA; NAVES, 2009).

Esses interesses se manifestam de diversas maneiras, desde atravessadores que procuram garantir ganhos na comercialização de alimentos, como de produtores que procuram manter seus ganhos através do monopólio no fornecimento. Note-se que em regiões onde se encontram as grandes monoculturas, esses interesses se manifestam de forma diferente, na tentativa de garantir que suas lavouras não percam espaço para o cultivo de alimentos⁷⁰.

Quando se opta pela especialização na produção industrial de *commodities* agrícolas, ou mais precisamente na agroindustrialização sucroalcooleira, está se optando por uma industrialização que, em regra, resulta em baixo valor agregado, constituindo-

⁷⁰ “O crescente comprometimento da agricultura como fonte de biocombustíveis entrará em conflito com a necessária ampliação da produção de alimentos no futuro e, provavelmente, terá impactos ambientais negativos na qualidade da água e do ar. (...) A concorrência por matérias-primas ou por terra pode provocar aumento de preços dos alimentos (RFA, 2008). Ros e colegas (2010, p. 3) fornecem um panorama dos impactos diretos e indiretos da produção de bionergia e afirmam que ele tem potencial para reduzir a emissão de gases de efeito estufa (GEE), mas que os *efeitos indireto, tais como modificações indiretas no uso da terra que levam à intensificação da agricultura e de emissões de GEE, podem eliminar parcial ou completamente este benefício.*” (HORLINGS; MARSDEN, 2011, p. 160-161).

se um modelo de economia primarizada. Esse modelo gera altos lucros ao capital ao mesmo tempo em que proporciona empregos com baixa remuneração e também ocupações informais, cuja resultante não pode ser outra senão a extrema concentração de riqueza. (SICSÚ, 2009).

Além disso, a monocultura provoca a expulsão do campo dos pequenos produtores (e quando não expulsa, integra essa pequena produção à agroindústria) e o aumento do desemprego no meio rural, na medida em que altera o padrão tecnológico de produção, o que impacta negativamente nas atividades econômicas urbanas, constituindo-se numa ameaça à soberania alimentar local, uma vez que (1) ao provocar desemprego e concentração de renda, aumenta o número de pobres e diminui o acesso da população local aos alimentos; e (2) ao concentrar a ocupação de área com a monocultura, diminui a produção de alimentos, fazendo com que os preços locais aumentem. (SMRECSÁNYI, 2007).

De uma maneira geral, a expansão da lavoura de cana no Brasil tem provocado uma mudança no tipo de produção agropecuária, influenciando na oferta de alimentos. Essa situação gera a diminuição de sua produção no local onde a cana-de-açúcar se instala como monocultura, aumentando a necessidade de compra de alimentos de outras localidades para o abastecimento da população que reside no município que se especializa no cultivo de cana. (ROVERE ET AL, 2011).

Em regra, municípios (em especial os de pequeno porte) que abrigam em seu território grandes agroindústrias têm sua estrutura econômica ligada diretamente às atividades dessas empresas. Em maior ou menor grau, a influência econômica e política desses complexos afetam diretamente a forma como essas localidades organizam suas relações socioeconômicas.

Esses pequenos e médios municípios são afetados principalmente pela falta de infraestrutura básica e pela falta de empregos no campo, fato que contribui para o processo de êxodo rural, diminuindo o potencial de trabalho nesses locais. (GRAZIANO DA SILVA, 1995).

Essas relações socioeconômicas sofrem um sem número de influências que moldam sua estrutura, produto das disputas de interesses de atores sociais (grandes empresas, agricultores, agentes financeiros, agências públicas do Estado, associações,

cooperativas, sindicatos, organizações diversas da sociedade civil) por um maior controle dos fluxos técnicos/ produtivos e de poder. Além disso, os arranjos socioeconômicos locais ainda estão bastante expostos a fatores que podem desestabilizar sua estruturação, como (1) políticas macroeconômicas; (2) conflitos de interesse econômico e/ou político; (3) disputas concorrenciais baseadas em práticas desleais; (4) ausência de políticas públicas. (PAULILLO; PESSANHA, 2002).

Para modificar a situação de exclusão no campo, há que se adotar uma série de medidas, conforme propostas por Sachs: (1) identificar as oportunidades de emprego e autoemprego nos sistemas agropecuários familiares que combinem a policultura com outras atividades de produção que respeitem as vocações locais, como as agro florestais, pecuária e aquicultura; (2) promover a organização dos pequenos produtores em cooperativas e associações – de produção e de comercialização – ao mesmo tempo em que se incentive a instalação de pequenas agroindústrias; (3) promover a criação de empregos e autoempregos ligados a valorização do meio ambiente, como o tratamento e reutilização dos resíduos agrícolas, a gestão dos solos, a gestão das águas, ao trabalho de recuperação e conservação de áreas de preservação permanente e reserva legal; (4) promover a geração de empregos ligados ao processo de transformação da biomassa, como alimentos, ração animal, bioenergia, fertilizantes, materiais de construção, fibras, celulose, óleos, resinas, fármacos e cosméticos. (SACHS, 2004).

O Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Pradópolis

A produção de alimentos é um desafio para qualquer município que se preocupe com a segurança alimentar de sua sociedade. Esse desafio é ainda maior naqueles municípios que tem sua área agrícola monopolizada pelo cultivo de monoculturas destinadas à produção de *commodities*, com destaque para a agroindústria canavieira⁷¹.

Uma forma de diminuir esse impacto negativo é promover a reorganização do sistema de produção e os canais de comercialização do município, aproveitando os

⁷¹ “A semi perenidade da lavoura canavieira acentua os aspectos danosos da monocultura em termos de biodiversidade e do uso continuado de insumos. Já a perenidade da implantação industrial, que possui altos custos de instalação e manutenção, induz uma consolidação a longo prazo de impactos sociais, econômicos e ambientais dificilmente reversíveis, na medida em que seu funcionamento exige uma oferta constante e em larga escala da matéria-prima cana-de-açúcar, dentro de um extenso raio em torno da unidade industrial. Ou seja, se comparada com monoculturas de lavouras anuais, a expansão da lavoura canavieira apresenta um caráter mais ‘agressivo’ de hegemonização territorial e é de muito menor reversibilidade depois de instalada.” (RAMOS FILHO ET AL, 2007, p. 6).

espaços (mesmo que pequenos) que a cana não ocupou, fomentando a diversidade e, conjuntamente, a adoção de formas de produção que levem em consideração a sustentabilidade ambiental no longo prazo.

Dessa maneira, o impacto negativo da monocultura canavieira seria reduzido em dois aspectos principais: (1) ao introduzir a diversificação da produção agrícola tem-se a inclusão dos pequenos produtores no mercado local e microrregional, não integrado diretamente à usina, abrindo-se a possibilidade de uma nova fonte geradora de renda para a população pobre do município; (2) com a diversificação em bases que levem em consideração aspectos ecologicamente sustentáveis, os efeitos nocivos da monocultura seriam diminuídos a ponto de permitir, ao menos parcialmente, uma recuperação do equilíbrio ambiental local. (RAMOS FILHO ET AL, 2007).

Em regra, modificar uma realidade local através do desenvolvimento econômico endógeno não é uma tarefa simples e envolve grande esforço coletivo no sentido da construção de um novo paradigma (VARELA; MATSUMOTO, 2012). Esse fato ganha contornos bastante dramáticos quando a arena na qual se desenrola o jogo de poder conta com a participação de um ator do porte de uma grande corporação multinacional, com grandes influências econômicas e políticas, além de uma ligação histórica com o surgimento do município, como acontece com Pradópolis em relação à usina São Martinho.

Essa situação fica mais clara ao analisar-se o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – PMDRS. Esse Plano realiza um pormenorizado diagnóstico da produção agrícola do município, apontando alternativas e potencialidades de atividades agrícolas que devem ser fomentadas para que o município se desenvolva com maior equilíbrio socioeconômico.

Note-se que, em regra, o Plano não propõe mudanças substanciais no modelo produtivo avaliado, apenas se concentrando na construção de propostas que promovam um melhor aproveitamento dos espaços no sentido de construir alternativas econômicas que observem o atendimento às questões sociais e ambientais da localidade.

O PMDRS de Pradópolis foi construído com base nas informações do meio rural oriundas do Plano da Microbacia Hidrográfica do Córrego Guarani. Contou com a participação da sociedade civil, representada pelo Conselho Municipal de

Desenvolvimento Rural, membros de Cooperativas, Associações, Sindicatos, Prefeitura Municipal, coordenado pela Coordenadoria de Assistência Técnica Integral – CATI⁷².

O objetivo central do Plano é o de avaliar a situação do município, identificando os pontos fracos de desenvolvimento, propondo ações locais para viabilizar as etapas de produção e comercialização de produtos agrícolas, em especial de alimentos, e de estipular meios para o enfrentamento de dificuldades de acesso às tecnologias de produção; de acesso ao mercado; e de estruturação do meio rural.

O PMDRS dividiu os produtores rurais do município em dois grupos, que denominou de (1) grupo do Assentamento Guarani; e (2) grupo de fora do Assentamento.

Para o grupo do Assentamento, o Plano identificou que no ano de 2008 foi realizado um Levantamento Conjuntural Socioeconômico pela CATI, que avaliou em detalhes o Projeto de Assentamento Guarani, constatando que os assentados têm que prestar serviços fora de seu lote para garantir a complementação da renda familiar; que a falta de renda é um problema presente no Assentamento; que no que tange à produção há falta de infraestrutura padronização para melhorar a produção; e no que diz respeito à comercialização, os assentados não têm acesso ao mercado consumidor municipal e nem regional. Parte substancial dos assentados produzem cana-de-açúcar para a usina São Martinho, sendo que 78 famílias estão organizadas em uma Associação que o PMDRS trata como uma “(...) é uma associação de fornecedores de cana da usina que conta com 78 associados, todos os membros são assentados que produzem cana-de-açúcar em metade dos seus lotes.” (CATI, 2009, p. 9).

Já o grupo fora do Assentamento corresponde a 30,5% do total de propriedades do município, sendo que, excluídas aquelas destinadas ao laser, a maioria dessas áreas é utilizada para a produção de cana-de-açúcar para a usina, sendo que a cana apenas deixa de tomar essas áreas quando do período de reforma dos canaviais, momento em que é plantada a lavoura de amendoim, tocada por outros arrendatários que exportam grande

⁷² “Este plano tem como finalidade identificar pontos de estrangulamento que dificultam e inviabilizam as etapas de produção e comercialização dos produtos agrícolas do município, como a falta de recursos financeiros e estruturais, a dificuldade de acesso aos padrões técnicos de produção e as dificuldades de acesso ao mercado, além de propor projetos de estruturação básica do meio rural e de acesso ao mercado para a solução dos problemas.” (CATI, 2009, p. 1)

parte de sua produção por via da Cooperativa dos Plantadores de Cana da Zona de Guariba – Coplanar. Esses proprietários não se encaixam no perfil de produtores familiares e são responsáveis por áreas que são arrendadas para a usina São Marinho produzir cana; suas terras não possuem sede; e são, em parte, pequenos empresários de outro ramo da economia. (CATI, 2009).

Tabela 27: Uso do solo de Pradópolis, 2009

Descrição de uso	Área (hectare)	% (em relação à área total)
Cultura Perene	38,40	0,18
Cultura Temporária	14968,20	72,51
Pastagem	864,70	4,18
Reflorestamento	554,60	2,68
Vegetação Natural	2715,10	13,15
Vegetação Brejo e Várzea	212,30	1,03
Área em descanso	208,10	1,00
Área complementar	1079,00	5,23

Fonte: CATI, 2009.

Tabela 28: Principais lavouras estabelecidas no município de Pradópolis.

Cultura	Área (hectare)	% (em relação à área)
Cana-de-açúcar	14657,70	88,95
Braquiária	857,90	5,21
Eucalipto	554,60	3,36
Milho	288,80	1,75
Mandioca	81,00	0,49
Feijão-de-Corda	20,40	0,12
Arroz	10,90	0,06
Hortaliças	10,50	0,06
Total	16481,80	100

Fonte: CATI, 2009.

A visão dos entrevistados

Os dados colhidos durante a realização das entrevistas junto aos representantes dos poderes executivo e legislativo de Pradópolis apresentam informações relevantes para a compreensão da relação da usina com o município, em especial na produção local de alimentos.

Ao serem perguntados sobre a questão do emprego na cidade, ambos os entrevistados dizem que a cidade se tornou uma espécie de cidade dormitório, onde as

peças fixam residência para trabalhar em outros municípios. Essa situação se aprofundou com a diminuição drástica do número de postos de trabalho no corte da cana-de-açúcar na usina São Martinho, resultado do processo de mecanização, que restringiu os postos de trabalho a atividades mais elaboradas, que demandam mão de obra qualificada.

Assim, os migrantes que antes vinham para o corte na São Martinho, agora se empregam nas usinas dos municípios vizinhos, mantendo a residência em Pradópolis. Essa situação é reportada por ambos entrevistados como desvantajosa para o município, uma vez que consideram que Pradópolis arca com o ônus de manter serviços públicos para essas pessoas, sem a contrapartida do emprego ser gerado no município.

Confirmaram que o pessoal contratado para o corte vinha principalmente do estado do Maranhão, arrematados por intermediários conhecidos no meio como “gatos”, que disponibilizavam ônibus para o transporte dos trabalhadores de sua cidade de origem para Pradópolis e que também intermediavam o aluguel dos imóveis para fixá-los no município. Era comum que os “gatos” alugassem um imóvel e colocassem muitos trabalhadores juntos, tornando as condições de habitação desconfortáveis e insalubres, o que aumentava o problema social e de saúde pública com os quais a prefeitura tinha que lidar.

Ainda no tempo em que a São Martinho utilizava-se dos serviços desses trabalhadores, a usina adotou como regra contratar apenas um cortador por endereço, com vistas a diminuir o problema de superlotação em residências, situação que não se sustentou no momento em que os trabalhadores se vincularam a outras usinas da região que ainda não mecanizaram a colheita.

Além disso, pelo fato de Pradópolis ter uma boa infraestrutura de serviços públicos, em especial de saúde e educação, é comum que os trabalhadores se desloquem com seus familiares, para acessarem atendimento nessas áreas. Isso é tido pelos entrevistados como mais um fator que onera os serviços públicos municipais.

Outro problema levantado na entrevista foi a fome enfrentada por esses trabalhadores e seus familiares, situação que sobrecarrega o serviço social do município, além da educação pública sob responsabilidade do poder local, obrigada a responder à demanda gerada pela vinda desses trabalhadores. Um ponto interessante levantado na

entrevista foi que esse movimento de aumento da demanda por serviços públicos municipais não acontece apenas na época de colheita, deixando de ser sazonal, pois muitos trabalhadores acabam por fixar moradia na cidade.

Especificamente sobre níveis de desemprego no município, os entrevistadores não souberam especificar se Pradópolis enfrenta problemas nesse sentido, afirmando que o desemprego acomete mais a população jovem, fato que um dos entrevistados relaciona com a situação nacional.

Mesmo assim, disseram que os jovens do município acabam se deslocando para cidades maiores da região, notadamente Ribeirão Preto e Sertãozinho, em busca de emprego. A São Martinho gera empregos que exigem qualificação técnica mais apurada, isso faz com que o maior empregador do município seja a Prefeitura, fenômeno que um dos entrevistados diz ser comum nas cidades da região.

Relatam os entrevistados que a São Martinho é a maior responsável pela geração de receitas públicas provenientes de impostos. Relatam também que a Prefeitura tenta promover uma diversificação de atividades econômicas, através da atração de novas empresas, mas mostram-se céticos em relação ao sucesso da empreitada, pois consideram que municípios que tem sua economia ligada à atividade canavieira dificilmente conseguem obter sucesso com políticas de diversificação de sua economia.

Reiteram que em Pradópolis toda atividade econômica é dependente da usina, desde empresas instaladas no município até a produção agrícola, destacando que as terras do município são destinadas à produção de cana, quando não em terras próprias da usina, em terras de pequenos e médios produtores que se dedicam a produzir cana para a São Martinho, inclusive os beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária do Projeto de Assentamento Guarani.

Ao serem questionados sobre a possibilidade de diversificação da produção do meio rural, tendo o PA Guarani como um meio de planejar essa diversificação, os entrevistados são categóricos em demonstrar que os assentados, em sua maioria, já se encontram alinhados à estratégia de produção de cana para a usina. Tratam o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – PMDRS – da CATI como um conjunto de boas intenções que não tem condições fáticas de se transformar em ação, por dois motivos principais: (1) pelo fato da produção agrícola do município estar

voltada ao atendimento às necessidades de cana para a usina; e (2) pelo desinteresse dos assentados em implementar outras culturas que não a cana.

Acerca do PA Guarani, os entrevistados comparam a situação dos beneficiários à situação dos migrantes, entendendo que os assentados representam um ônus ao poder público municipal, na medida em que não produzem nenhuma cultura além da cana, nem mesmo para sua sobrevivência. Isso se soma a enorme demanda por serviços públicos, diante da precariedade social do assentamento, pois não existem equipamentos nem serviços públicos capazes de atender às necessidades daquela população, não restando a Prefeitura alternativa senão assumir a prestação desses serviços. Resumem o assentamento como um problema, um retrocesso ao município.

Explicaram que as ações da Prefeitura, na área de assistência social, se concentram no fornecimento de uma refeição (sopão) aos munícipes carentes, devidamente cadastrados, não tendo conhecimento de nenhum programa de garantia de renda às famílias necessitadas, como é o caso do Programa Bolsa Família nacional. A Prefeitura também desenvolve projetos de ensino de pequenas atividades econômicas voltadas mais para as mulheres, como bordado, para gerar aumento de renda familiar.

Sobre o meio rural, voltaram a dizer, em determinado momento da entrevista que o assentamento não conseguiu prosperar com nenhuma das variadas políticas públicas de fomento à produção e agro industrialização; e comercialização. Tudo o que foi tentado pela Prefeitura acabou por não resistir ao desinteresse dos assentados. Citam o espaço reservado para a feira de produtos do assentamento, que se transformou num local para o comércio de produtos ilegais, como cópias não autorizadas de produtos musicais e filmes. Citam, para sustentar sua afirmação, o exemplo de um assentado que permanece comercializando seus produtos defronte ao supermercado da cidade. Frisam ser apenas um produtor num conjunto de trezentas e setenta e sete famílias.

Retomado o tema da produção local de alimentos, os entrevistados reafirmam, de uma maneira mais contundente, que não existe produção agrícola no município que não seja cana-de-açúcar, dizendo que todo o alimento consumido no município é produzido em outro local e transportado para Pradópolis.

Concordam que o assentamento poderia significar uma alternativa de produção agrícola de outras culturas que não a cana, mas que isso não se concretizou, apesar dos

esforços das três esferas de governo, municipal através de políticas próprias de fomento e de apoio às políticas estaduais; estadual através da atuação da CATI e do ITESP; e do governo federal através do INCRA.

6. CONCLUSÃO

A concentração de poder no sub setor canavieiro se faz sentir de maneira bastante clara no estado de São Paulo, onde os grandes grupos econômicos desempenham papel relevante na economia e na política.

O poderio econômico e político desses grupos são ainda mais evidentes nos municípios onde se encontram instaladas suas unidades produtoras, em especial naqueles de pequeno porte. É comum que nesses municípios as usinas subordinem a economia e a política local aos seus interesses.

Esse é o caso do município de Pradópolis, que desde o início de sua história esteve ligado a grande produção de monocultura, originalmente do café e, num segundo momento, a produção de cana-de-açúcar.

Os dados levantados durante a pesquisa são suficientes para embasar a afirmação de que não se verifica em Pradópolis uma situação de desenvolvimento socioeconômico, tendo-se observado grande concentração de renda; um quarto da população local exposta à preocupante situação de vulnerabilidade social; produção local de alimentos praticamente inexistente.

Em outras palavras, pôde-se constatar que, no caso de Pradópolis, a presença de uma das principais unidades produtoras de açúcar e etanol do país não foi capaz de gerar desenvolvimento econômico e bem-estar social à população local.

7. BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, Ricardo. Integrar sociedade e natureza na luta contra a fome no século XXI. **Rio de Janeiro**, v. 24, n. 11, p. 2704-2709, nov. de 2008.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Modernização e Pobreza: a expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social**. São Paulo: Editora Unesp, 1994.

ARRETCHE, Marta Tereza da Silva. Quem taxa e quem gasta: a barganha federativa na federação brasileira. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, n. 24, p. 69-85, junho de 2005.

_____. Federalismo e democracia no Brasil: a visão da política norte-americana. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, n. 4, v. 15, p. 23-31, out/ dez. de 2001.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **Os senhores da terra: família e sistema sucessório entre os Senhores de Engenho do oeste paulista, 1765-1885**. Campinas: CMU/ Unicamp, 1997.

BELIK, Walter. Perspectiva para a segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Saúde e Sociedade**. São Paulo, v. 12, n. 1, p. 12 – 20, jan-jun 2003.

_____.; VIAN, Carlos Eduardo de Freitas. Desregulamentação estatal e novas estratégias competitivas da agroindústria canavieira em São Paulo. *In*: MORAES, Márcia Azanha Ferraz Dias de; SHIKIDA, Pery Francisco Assis. (orgs.). **Agroindústria Canavieira no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. A tecnologia de um setor controlado: o caso da agroindústria canavieira em São Paulo. **Cadernos de Difusão Tecnológica**. Brasília, v. 2, n. 1, p. 99-136, jan. – abr. 1985.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo (séculos XV-XVIII). Volume 1 – As estruturas do cotidiano: o possível e o impossível**. Segunda Tiragem. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária – MAPA. **Câmara Setorial do Açúcar e do Alcool: reunião ordinária nº 20**. (2012) Disponível em http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/camaras_setoriais/Acucar_e_alcool/20RO/Ata_20RO_Alcool.pdf. Acesso em 10 de junho de 2013.

BRAY, Silvio Carlos. **A formação do capital na agroindústria açucareira de São Paulo: revisão dos paradigmas tradicionais**. Tese de Livre Docência do Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista – UNESP. Rio Claro-SP, 1989.

BUENO, Eduardo. **Brasil: uma história – cinco séculos de um país em construção**. São Paulo: Leya, 2010.

BYE, Pascal; MEUNIER, Ariel; MUCHNIK, José. As inovações açucareiras: permanência e diversidade de paradigmas. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**. Brasília: v. n. 10, 1/3, p. 35-52, 1993.

CARVALHO, Horácio Martins de. Impactos econômicos, sociais e ambientais devido à expansão da oferta de etanol no Brasil. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**. São Paulo, v. n. 34, 2, p. 155-177, julho-dezembro de 2007.

CASTRO, Josué. **Geografia da Fome, o dilema brasileiro: pão ou aço**. Quinta

Edição. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2005.

CHAUI, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

CHAGAS, André Luiz Squarize. **Três ensaios sobre o setor produtor de cana-de-açúcar no Brasil**. 2009, 127 f. Tese (doutorado em Economia) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo.

_____; TONETO JUNIOR, Rudnei; AZZONI, Carlos Roberto. **A expansão da cana-de-açúcar e o impacto nas receitas municipais: uma aplicação de painéis espaciais dinâmicos para municípios do estado de São Paulo**. In: 47º CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL – SOBER, 2008, Porto Alegre-RS. Evolução e estrutura da agropecuária no Brasil. Porto Alegre: SOBER, julho de 2009.

Coordenadoria de Assistência Técnica Integral – CATI. **Banco de dados**. <http://www.cati.sp.gov.br/projetolupa/dadosestado.php>. Acesso em 11 de junho de 2013.

_____. **Plano Municipal de Desenvolvimento Regional Sustentável – PMDRS**. Governo do Estado de São Paulo, 2009
http://www.cati.sp.gov.br/new/cmdr_plano.php?cod_mun=410.

CORRÊA, Roberto Lobato. Territorialidade e corporação: um exemplo. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. De; SILVEIRA, Maria Laura. **Território: globalização e fragmentação**. Hucitec: São Paulo, 2007.

COSTA, Cinthia Cabral da; GUILHOTO, Joaquim José. O papel da tributação

diferenciada dos combustíveis no desenvolvimento do estado de São Paulo. **Economia Aplicada**. São Paulo, v. n. 15, 3, p. 369-390, 2011.

CUNHA FILHO, Joaquim Henrique da. **A estrutura socioeconômica da produção de etanol no Brasil: o uso de fatores primários de produção e as suas relações intersetoriais**. Tese de doutorado da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da USP. Piracicaba-SP, 2009.

DELAGADO, Guilherme da Costa. Tensões externas e internas sobre os preços dos alimentos: fatores explicativos. **Retratos de Assentamentos**. Araraquara, n. 12, p. 125-136, 2009.

DIAS, Guilherme Leite da Silva; BARROS, José Roberto Mendonça de; BARROS, Alexandre Lahóz Mendonça de. Modelo de intervenção mínima para o setor canavieiro. *In*. MORAES, Márcia Azanha Ferraz Dias de; SHIKIDA, Pery Francisco Assis. (orgs.). **Agroindústria Canvieira no Brasil: evolução, desenvolvimento e desafios**. São Paulo: Atlas, 2002.

ELIAS, Denise. **Globalização e agricultura: a região de Ribeirão Preto-SP**. Edusp: São Paulo, 2003.

FERLINI, Vera Lúcia Amaral. Uma capitania dos novos tempos: economia, sociedade e política na São Paulo restaurada (1765-1822). **Anais do Museu Paulista**. São Paulo, v. 17, n. 2, p. 237-250, jul.-dez./2009.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta; BARONE, Luís Antônio; DUVAL, Henrique Carmona. O preço amargo das parcerias dos assentamentos com as usinas. **Retratos de Assentamentos**. Araraquara, n. 11, p. 21-44, 2008.

FERREIRA, Ricardo José. **Manual do ICMS de São Paulo: teoria e questões sobre ICMS, IPVA, ITCMD e processo administrativo-tributário**. Segunda Edição. Rio de Janeiro: Editora Ferreira, 2009.

FRONZAGLIA, Thomaz. Cana-de-açúcar na região de Ribeirão Preto. **Análises e indicadores do agronegócio**. São Paulo: IEA, v. 1, n. 3. março de 2007.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Publifolha, 2000.

_____. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

GNACCARINI, José César. **Latifúndio e proletariado: formação da empresa e relações de trabalho no Brasil rural**. São Paulo: Editora Polis, 1980.

GRAZIANO DA SILVA, José. Urbanização e pobreza no campo. *In*: RAMOS, Pedro; REYDON, Bastiaan Philip (orgs.). **Agropecuária e agroindústria no Brasil: ajuste, situação atual e perspectivas**. Campinas: ABRA, 1995.

GRUPO SÃO MARTINHO. **Sítio institucional do Grupo São Martinho**. Disponível em www.saomartinho.com.br. Acesso em 16 de junho de 2013.

GUARDABASSI, Patrícia Maria. **Os desafios à expansão sustentável da produção de etanol de cana-de-açúcar**. 2012. 139 f. Tese (doutorado em Ciências) – Programa de Pós-Graduação em Energia, Universidade de São Paulo.

GUBERT, Muriel Bauermann; BENÍCIO, Maria Helena D'Aquino; SANTOS, Leonor Maria Pacheco dos. Estimativas de insegurança alimentar grave nos municípios

brasileiros. **Cadernos de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v 26, n. 8, p. 1595-1605, agosto de 2010.

GUEDES, Sebastião Neto Ribeiro; GALLO, Zildo; MARTINS, Lília A. de Toledo Piza. Passado, presente e futuro da agroindústria canavieira do Brasil: uma reflexão a partir da perspectiva do desenvolvimento sustentável. *In*: MORAES, Márcia Azanha Ferraz Dias de; SHIKIDA, Pery Francisco Assis. **Agroindústria canavieira no Brasil: evolução, desenvolvimento e desafios**. São Paulo: Atlas, 2002.

GURGEL, Ângelo Costa. Impactos da política americana de estímulo aos biocombustíveis sobre a produção agropecuária e o uso da terra. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Piracicaba-SP, v. 49, n. 1, p. 181-214, jan-mar de 2011.

HOLANDA, Sergio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Vigésima Sexta Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

HORLINGS, Ina; MARSDEN, Terry. Rumo ao desenvolvimento espacial sustentável? Explorando as implicações da nova bioeconomia no setor agroalimentar e na inovação regional. **Sociologias**. Porto Alegre, v. n. 13, 27, p. 142-178, mai-ago de 2011.

IANNI, Octavio. **Origens agrárias do Estado brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. **A formação do Estado populista na América Latina**. Segunda Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

_____. O Estado e a acumulação capitalista. **Debate e Crítica**. São Paulo, 3, p. 121-129, julho de 1974.

Instituto de Economia Agrícola - IEA . **Banco de dados**. Disponível em ciagri.iea.sp.gov.br/nia1/subjetiva.aspx?cod_sis=1&idioma=1. 2007. Acessado em 09 de junho de 2013.

JORNAL CANA. **Consultor alerta para cumprimento da Lei do PAS**. Disponível em: http://www.jornalcana.com.br/news_print.php?id_news=21119. Acesso em 11 de junho de 2013.

JULIO, Jorge Eduardo; PEREIRA, Leonam Bueno; PETTI, Regina. **Dinâmicas regionais e questão agrária no estado de São Paulo**. Segunda Edição. São Paulo: INCRA, 2006.

KOHLHEPP, Gerd. Análise da situação da produção de etanol e biodiesel no Brasil. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. n. 24, 68, 223-253, 2010.

LEVI, Darrel E. **A família Prado**. Cultura 70: São Paulo, 1977

LOSURDO, Domenico. **Hegel, Marx e a tradição liberal: liberdade, igualdade, Estado**. São Paulo: Editora Unesp, 1998.

MAFRA, Luiz Antônio Staub; NAVES, Flavia Luciana. Gestão de políticas sociais: a importância das articulações institucionais e setoriais em programas de segurança alimentar e nutricional. **Cadernos EBAPE.BR**. Rio de Janeiro, v. n. 7,1, março de 2009.

MANZINI, Eduardo José. **Entrevista semi estruturada: análise de objetivos e de roteiros**. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE PESQUISA E ESTUDOS QUALITATIVOS, 2, 2004, Bauru. A pesquisa qualitativa em debate. Anais... Bauru: USC,

2004. CD-ROOM. ISBN:85-98623-01-6. 10p

MATOS, Marcos Antônio; NINAUT, Evandro Scheid; CAIADO, Rodrigo Chaer; SALVI, José Vitor. A elevação dos preços das *commodities* agrícolas e a questão da agroenergia. **Informações Econômicas**. São Paulo, v. n. 38, 9, p. 68-83, setembro de 2008.

MEIRA, Roberta Barros. **Banguês, Engenhos Centrais e Usinas: o desenvolvimento da economia açucareira em São Paulo e sua correlação com as políticas estatais (1875-1941)**. São Paulo: Alameda, 2010.

MENDES, Marcos. Capture of fiscal transfers: a study of brazilian local governments. **Economia Aplicada**. v. 9, n. 3, p. 427-444, 2005.

MONDINI, Lenise; MARTINS, Vagner Azarias; MARGARIDO, Mário Antônio; BUENO, Carlos Roberto Ferreira; CLARO, Rafael Moreira; LEVY, Renata Bertazi. Evolução dos preços dos alimentos em São Paulo, Brasil, 1980-2009: considerações sobre o acesso à alimentação saudável. **Informações Econômicas**. São Paulo, v. n. 42, 2, p. 47-55, março-abril de 2012.

MORILHAS, Leandro José. **Cenários tecnológicos e os padrões de impactos econômicos, sociais e ambientais: um estudo prospectivo no setor sucroenergético brasileiro**. Tese de doutorado do Departamento de Administração da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade – FEA/USP: São Paulo, 2012.

NITZKE, Julio Alberto; THYS, Roberta; MARTINELLI, Sônia; OLIVERAS, Lina Yamachita; RUIZ, Walter Augusto; PENNA, Neidi Garcia; NOLL, Isa Beatriz. Segurança alimentar – retorno às origens?. **Brasilian Journal of Food Technology**. Campinas-SP, n. 15, maio de 2012.

OLIVEIRA; José Jayme de Macedo. **Impostos Estaduais: ICMS, ITCD e IPVA**. São Paulo: Saraiva, 2009.

PALOMINO, Josiane Mayara Gil; TONETO JUNIOR, Rudnei; CAMPOS, Celso Vilela Chaves; STOCCO, Leandro. **A expansão da cana-de-açúcar e o impacto sobre a arrecadação fiscal nos municípios paulistas**. In: XLVI CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL – SOBER, 2008, Rio Branco-AC. Desenvolvimento Rural, Territorial e Regional. Rio Branco: SOBER, junho de 2008.

PASSOS, José Luiz. O rito da modernização impossível. In: REGO, José Lins do. **Usina**. Vigésima Edição. Rio de Janeiro: José Olympo, 2010.

PAULILLO, Luiz Fernando; PESSANHA, Lavínia. Segurança alimentar e políticas públicas: conexões, implicações e regionalização. In: PAULILLO, Luiz Fernando; ALVES, Francisco (orgs.). **Reestruturação agroindustrial: políticas públicas e segurança alimentar regional**. São Carlos: EDUFSCAR, 2002.

PERES, Alice Miguel de Paula; RAMOS, Pedro. **Complexo agroindustrial e desenvolvimento: o caso da região de Piracicaba**. In: XXXVII CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL – SOBER. Foz do Iguaçu-PR: SOBER, 1999.

QUEDA, Oriowaldo; **A intervenção do Estado e a agroindústria açucareira paulista**. 1972. 173 f. Tese (doutorado em Economia e Sociologia Rural) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo.

_____; SZMRECSÁNYI, Tamás. Usinas açucareiras de Piracicaba, Villa-Raffard, Porto-Feliz, Lorena e Cupim: missão de inspeção do Senhor J. Picard, Engenheiro, de 1 de março a 15 de julho de 1903. São Paulo: Hucitec, 1996.

RAMOS FILHO, Luiz Otávio; SZMRECSÁNYI, Tamás; PELLEGRINI, João Batista Rosseto. Biodiversidade e reforma agrária: uma experiência agroecológica na região canavieira de Ribeirão Preto, Brasil. *In: INTERNATIONAL CONGRESS OF THE LATIN AMERICAN STUDIES ASSOCIATION* , 27, 2007, Montréal. Montréal: Latin American Studies Association – LASA, 27 p., 2007.

RAMOS, Pedro. **Dimensões do Agronegócio brasileiro: políticas, instituições e perspectivas**. Brasília: MDA, 2007a.

_____. Os mercados mundiais do açúcar e a evolução da agroindústria canavieira do Brasil entre 1930 1980: do açúcar ao álcool para o mercado interno. **Economia Aplicada**. São Paulo, v. n. 11, 4, p. 559-585, outubro-dezembro de 2007b.

_____. Heterogeneidade e integração produtiva na evolução recente da agroindústria canavieira do Centro-Sul (1985-2000). *In: MORAES, Márcia Azanha Ferraz Dias de; SHIKIDA, Pery Francisco Assis. Agroindústria canavieira no Brasil: evolução, desenvolvimentos e desafios*. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. **Agroindústria canavieira e propriedade fundiária no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1999.

RANGEL, Ignacio. A questão agrária brasileira. *In* STEDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

REGO, José Lins do. **Usina**. Vigésima Edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 2010.

RODDEN, Jonathan. Federalismo e descentralização em perspectiva comparada: sobre significados e medidas. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, n. 24, p. 09-

27, junho de 2005.

ROVERE, Emílio Lebre La; OBERMAIER, Martin; WILLS, William. **Perspectivas dos investimentos sociais no Brasil: Estudo 55**. 2011. Disponível em: web.face.ufmg.br/cedeplar/site/pesquisas/pis/Estudo%2055.pdf. Acessado em 29/05/2013.

SACHS, Ignacy. Inclusão social pelo trabalho descente: oportunidades, obstáculos, políticas públicas. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 18, n. 51, p. 23-49, maio-agosto de 2004.

SAID, Edward W. **Cultura e imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SANTOLLO, Luiz Fernando. **Impactos socioeconômicos do setor sucroenergético: uma análise espacial dinâmica sobre o bem-estar social no estado de São Paulo (2000-2008)**. 2012. 187 f. Tese (doutorado em Economia Aplicada) - Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo.

SANTOS, Adriano Pereira. **A usinagem do capital e o desmonte do trabalho: reestruturação produtiva nos anos de 1990, o caso da Zanini S/A de Sertãozinho-SP**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Horizonte do desejo: instabilidade, fracasso coletivo e inércia social**. Segunda Edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SCOPINHO, Rosimeire Aparecida. Qualidade total, saúde e trabalho: uma análise em empresas sucroalcooleiras paulistas. **RAC**. São Paulo, v. n. 4, 1, 93-112, jan-abr 2000.

_____. A região de Ribeirão Preto e a agroindústria sucroalcooleira. *In*: SCOPINHO, Rosimeire Aparecida; VALARELLI, Leandro. **Modernização e impactos sociais: o caso da agricultura sucroalcooleira na região de Ribeirão Preto**. Rio de Janeiro: FASE, 1995.

Sistema Estadual de Análise de Dados – SEADE. **Banco de dados**. Disponível em http://www.seade.gov.br/produtos/imp/index.php?page=consulta&action=ano_save#0. Acesso em 13 de julho de 2012.

_____. **Índice paulista de vulnerabilidade social**. <http://www.iprsipvs.seade.gov.br/view/pdf/ipvs/metodologia.pdf>, 2010.

SEGATTI, Sonia. **A Expansão da Agroindústria Sucroalcooleira e a questão do desenvolvimento da microrregião de Dracena-SP**. Dissertação de Mestrado da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Unesp. Presidente Prudente, 2009.

SHIKIDA, Pery Francisco Assis; SOUZA, Elvanio Costa de. Agroindústria canavieira e crescimento econômico local. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Piracicaba-SP, 47, 3, p. 569-600, jul-set de 2009.

SICSÚ, João. A construção de uma estratégia de desenvolvimento. *In*: SICSÚ, João; CASTELAR, Armando. **Sociedade e economia: estratégias de crescimento e desenvolvimento**. Brasília: IPEA, 2009.

SOUZA, Celina. Federalismo, desenho constitucional e instituições federativas no Brasil pós 1988. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, n. 24, p. 105-121, junho de 2005.

SZMRECSÁNYI, Tamás. Pressupostos teóricos da análise do planejamento do setor agropecuário. *In*: STOREL JÚNIOR, Antônio Osvaldo. **Tamás Szmrecsanyi e a análise sobre a agropecuária brasileira**. São Paulo: INCRA, 2010.

_____. Expansão do Agronegócio e ameaças à soberania alimentar: o problema dos biocombustíveis. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**. São Paulo, v. n. 34, 2, p. 149-154, julho-dezembro de 2007.

_____. Efeitos e desafios das novas tecnologias na agroindústria canavieira. *In*. MORAES, Márcia Azanha Ferraz Dias de; SHIKIDA, Pery Francisco Assis. **Agroindústria canavieira no Brasil: evolução, desenvolvimento e desafios**. São Paulo: Atlas, 2002.

_____; MOREIRA, Eduardo Pestana. O desenvolvimento da agroindústria canavieira do Brasil desde a Segunda Guerra Mundial. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. n. 11, 5, p. 57-79, 1991.

_____. **O planejamento da agroindústria canavieira no Brasil (1930-1975)**. São Paulo: HUCITEC, 1979.

TAFNER JÚNIOR, Armando Wilson; SILVA, Fábio Carlos da. Expansão da fronteira gropecuária do oeste paulista para a Amazônia. **IV Conferência Internacional de História Econômica e VI Encontro de Pós-Graduação em História Econômica**. Faculdade de Administração, Economia e Contabilidade da Universidade de São Paulo, outubro de 2012. Disponível em [http://cihe.fflch.usp.br/sites/cihe.fflch.usp.br/files/Armando Tafner% 20&% 20Fabio% 20Carlos% 20da% 20Silva.pdf](http://cihe.fflch.usp.br/sites/cihe.fflch.usp.br/files/Armando_Tafner%20&%20Fabio%20Carlos%20da%20Silva.pdf). Acesso em 13 de junho de 2013.

TAKAHASHI, Bruno. A natureza jurídica da contribuição ao Programa de

Assistência Social aos trabalhadores da agroindústria canavieira: direito do trabalhador ou crédito tributário?. **Revista de Doutrina TRF 4**. Disponível em http://www.revistadoutrina.trf4.jus.br/artigos/edicao049/bruno_takahashi.html. Acesso em 12 de julho de 2013.

Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – TCE. Disponível em <http://www.tce.sp.gov.br>. Acesso em 10 de outubro de 2012.

TRENNEPOHL, Natascha. Brazil's Policy on Climate Change: Recent Legislation and Challenges to Implementation. **Carbon & Climate Law Review**. Berlin, v. n. 4, 3, p. 271-277, 2010.

VARELA, Carmen Augusta; MATSUMOTO, César Yojiro. Política pública inovadora de geração de renda e desenvolvimento local: o caso da Câmara de animação econômica da sub prefeitura do Itaim Paulista (CAE-IT), São Paulo, Brasil. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v. n. 46, 4, julho-agosto de 2012.

VEIGA, José Eli da. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica**. São Paulo: Hucitec, 1991.

VINHAS, Moisés. **Problemas agrário-camponeses do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

WALKER, Thomas; BARBOSA, Agnaldo de Souza. **Dos coronéis à metrópole: fios e tramas da sociedade e da política em Ribeirão Preto no século XX**. Ribeirão Preto-SP: Palavra Mágica, 2000.